

MANUELA EUGÊNIO MAIA

**PRÁTICAS AUTORAIS DO CORDEL NO CONTEXTO DA PROPRIEDADE
INTELLECTUAL**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), área de concentração Informação, Conhecimento e Sociedade, na linha de pesquisa Memória, organização, acesso e uso da informação, em cumprimento à exigência para a obtenção do grau de Doutora.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira

JOÃO PESSOA - PB
2018

Catalogação na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

M217p Maia, Manuela Eugênio.

Práticas autorais do cordel no contexto da propriedade intelectual / Manuela Eugênio Maia. - João Pessoa, 2018.

137 f. : il.

Orientação: Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira.

Tese (Doutorado) - UFPB/CCSA.

1. Ciência da informação. 2. Literatura de cordel. 3. Direito autoral. 4. Propriedade intelectual. 5. Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida. I. Oliveira, Bernardina Maria Juvenal Freire de. II. Título.

UFPB/BC



MANUELA EUGÊNIO MAIA

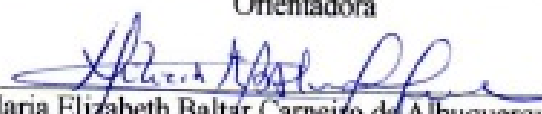
**PRÁTICAS AUTORAIS DO CORDEL NO CONTEXTO DA PROPRIEDADE
INTELLECTUAL**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), área de concentração Informação, Conhecimento e Sociedade, na linha de pesquisa Memória, organização, acesso e uso da informação, em cumprimento à exigência para a obtenção do grau de Doutora.

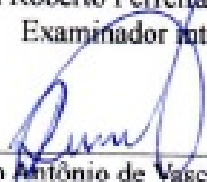
Defesa em: 28/03/2018.

BANCA EXAMINADORA


Prof.ª Dr.ª Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira (PPGCI/UFPB)
Orientadora


Prof.ª Dr.ª Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque (PPGCI/UFPB)
Examinadora interna


Prof. Dr. Marckson Roberto Ferreira de Sousa (PPGCI/UFPB)
Examinador interno


Prof. Dr. Fernando Antônio de Vasconcelos (PPGCI/UFPB)
Examinador externo


Prof.ª Dr.ª Jacqueline Echeverría Barrancos (UEPB)
Examinadora externa


Prof. Dr. Antônio Guedes Rangel Júnior (UEPB)
Examinador externo (suplente)

A *essência* de minha vida, minha filha amada e querida,
razão do meu viver,
Clarisse Castor Maia de Lima,
DEDICO!

AGRADECIMENTOS

Aos cordelistas, Beto Brito, Chico Salles (*In memorian*), Francisco Diniz, Gonçalo Ferreira, Janduhi Dantas, José Costa Leite, Manoel Monteiro (*In memorian*), Marcelo Soares, Marco di Aurélio, Marco Haurélio, Medeiros Braga, Narli Dias de Oliveira, Nelcimá de Moraes, Sabiá da Jurema, Santa Helena, Valentim Quaresma e demais poetas, por acreditar e fazer acontecer com as suas produções, que permitem em seus versos encantar a vida.

À Professora Dr.^a Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira pela orientação, companheirismo, carinho e atenção.

Aos professores Dr. Fernando Antônio de Vasconcelos, Dr.^a Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque e Dr. Marckson Roberto Ferreira de Sousa pelos encaminhamentos sugeridos no processo de qualificação.

Ao Reitor da Universidade Estadual da Paraíba, Dr. Antônio Guedes Rangel Júnior, meu agradecimento duplo: pela liberação das atividades acadêmicas, permitindo-me tempo de pesquisa que envolveu a produção deste documento, e pela participação e pertinentes contribuições acadêmicas para a melhoria da tese.

À professora Dr.^a Jacqueline Echeverría Barranco pela participação e por suas sugestões na melhoria dessa tese.

À minha mãe Márcia Maria (*In memorian*), por sua eterna presença...

Ao meu pai Osvaldo Maia, a minha avó Maria Lina, as minhas irmãs Beatriz e Gabriela Maia, as minhas tias Ivanise e Ivone Maia, ao meu tio André Maia e a minhas primas, Ana Catarina Maia e Ana Carolina Maia.

Aos amigos Francisca Alexandre, Arnaldo Saraiva, Danilo Ferreira, Wellington Gomes, Marcelo Perrayon, Jefferson Higino, Marli Soares, Ítalo Vilarim, João Francisco, Eutrópio Bezerra, José Tavares, Rebecka Dutra, Jessika Kaliwya, Francilene Jane Rodrigues, Evllon Sá, Rosane Lacet, Eliete Correia, Marcos Oliveira, Acácia Garcia, Silvia Ulisses, Nazaré Oliveira, Marinalva Alves, Cláudio Lucena, Gilmar Carvalho e Rubem Amaral, pelo estímulo e pelos momentos de alegria que tornaram esse período de trabalho mais gracioso.

À Nayana Mariano e Nilza Rosa, extensivo aos demais colegas do próspero Grupo de Pesquisa em Cultura, Informação, Memória e Patrimônio (GECIMP), pelas leituras, reuniões, debates que muito acrescentaram ao amadurecimento dessa tese.

À equipe de saúde Maria do Desterro Leiros, Ricardo Arcoverde, Talita Brasileiro, Jozilda Britto, Artur Henrique da Cunha, Maurus Holanda, Suami Nunes, Antônio Carlos, Sara Maciel, Gean Fracaro, Silvaneide de Freitas, Vagnier Almeri, Martina Rodrigues, Maria do Carmo, João Clímaco, Flávia Mesquita e Marcelli Elias, que me acompanha com dedicação.

Às minhas ex-alunas Amanda Lemos, Naiany Carneiro, Naftály Melo, Jaqueline Cruz, Ana Cristina Flôr, Lydia Kelly, Priscila Rodrigues e Erika Costa, por acreditarem e por

fazerem funcionar as pesquisa em cordel via Iniciação Científica (PIBIC) e Programa de Incentivo à Pós-graduação e Pesquisa (ProPesq).

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em especial, Edivanio Duarte de Souza, Edvaldo Carvalho Alves, Gustavo Henrique Freire, José Mauro Matheus Loureiro, Mirian de Albuquerque Aquino, Dulce Amélia de Brito Neves, Edberto Ferneda, Guilherme Athaíde Dias e Carlos Xavier de Azevedo Netto, que contribuíram ao longo das disciplinas, ampliando oportunidades pedagógicas nas minhas reflexões no campo da Ciência da Informação.

A Franklin Kobayashi, funcionário do PPGCI/UFPB, pela presteza e pela competência em suas atividades, facilitando nossa relação com o Programa.

Aos colegas de doutorado, em especial, Rosilene Paiva, Rosilene Agapito, Mariza Pinheiro, Hamilton Tabosa, Lucas Serafim, Kelly Barros, Ana Córdula, Luiz Eduardo, Adriana Oliveira, Emy Porto, Fabiana França, Débora Sampaio, Roberto Satur e Marta Penner.

Face a um mero estar dado dos fenômenos da consciência objetiva, de um estar dado em vivências intencionais, essa reflexão representa o acréscimo de uma nova dimensão da pesquisa. Pois há também dados que, de sua parte, não são objeto de atos intencionais. Toda vivência implica os horizontes do anterior e do posterior e se funde, em última análise, com o *continuum* das vivências presentes no anterior e posterior na unidade da corrente vivencial (GADAMER, 2015, p. 372, grifo do autor).

RESUMO

O cordel é um tema inexplorado no âmbito das teses produzidas junto à Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil. Dos 17 (dezessete) programas identificados pela Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (2014) e, correlacionados com os dados obtidos na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, há um campo potencial para pesquisas que tratem desse gênero literário no contexto da área. Isso possibilita ao pesquisador uma pluralidade de análises que podem ser realizadas. Nessa direção, há mais de uma década trabalhando nesse universo, principiado em 2006 pelo gerenciamento da Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida, um dos temas que ganhou destaque nesse espectro foi o relativo à autoria, principalmente, no tocante à disponibilização do conteúdo digital na base desenvolvida no âmbito dessa Biblioteca. Debruçando-se sobre o cordel, fenômeno literário nordestino ressignificado, percebeu-se uma complexidade descritiva e, no tocante ao produtor intelectual, controvérsias em função do papel do proprietário e autor-proprietário. Pesquisar acerca dessa distinção entre autor e proprietário de modo diacrônico envolve a percepção dos cordelistas quanto aos mecanismos que envolve a propriedade intelectual e sua esfera legalista na atualidade. Problematisa-se: como se caracterizam e se efetivam as práticas autorais do cordel no contexto da propriedade intelectual? Assim, o objetivo geral deste estudo é analisar as práticas autorais do cordel no contexto da propriedade intelectual. Nessa direção, a tese repousa na comprovação da seguinte assertiva: a autoria no cordel se caracteriza em três perspectivas - o ineditismo, o plágio e a intertextualidade, quando o documento perpassa o processo de ressignificação autoral. Essa pesquisa envolve uma perspectiva da multiplicidade de sentidos, ancorando-se na hermenêutica enquanto mecanismo de interpretação, incluindo o sujeito no seu universo simbólico, cultural e processual. De abordagem quanti-qualitativa, a pesquisa assume características documental, bibliográfica e descritiva, utilizando-se dos seguintes instrumentos de coleta de dados: (a) entrevistas com cordelistas e personalidades relacionadas, (b) 1.044 cordéis digitalizados oriundos do acervo da Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida e (c) lista com 13.296 títulos de folhetos da citada biblioteca. Comprova-se nas esferas sociais, culturais e comerciais a demarcação das complexas relações que envolvem o cordel nos campos das práticas autorais e do direito da propriedade intelectual.

Palavras-chave: Folheto de cordel - Ciência da Informação. Direito autoral. Propriedade intelectual. Representação da informação. Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida.

AUTHORSHIP PRACTICES IN THE CONTEXT OF THE INTELLECTUAL PROPERTY

ABSTRACT

The Cordel is an unexplored theme in the ambit of thesis produced along with the Post-Graduation into Information Science in Brazil. From the 17(seventeen) programs identified by the Brazilian Association of Education in Information Science (2014) and, correlated with data obtained in the Digital Library of Thesis and Dissertations, there is a potential field for researches that approach this literary genre in the context of the area. It makes possible to the researcher a plurality of analysis, which can be performed. Towards this, one of the themes that stood out in this spectrum was regarding the authorship, mainly, concerning the provision of digital content in the base developed in the ambit of this Library, which has been worked for more than a decade in this universe, commenced in 2006 by the managing of the Library of Rare Artworks Átila Almeida. By addressing the cordel, the reframed northeastern literary phenomenon, a descriptive complexity was noticed and, concerning the intellectual producer, controversies regarding the role of the owner and author-owner. Researching on this distinction between author and owner in a diachronic way involves the perception of the cordelistas about the mechanisms, which involve the intellectual property and its legalist scope today. Problem: How are characterized and how are performed the copyright practices of the cordel in the context of the intellectual property? Therefore, the general objective of this study is to analyse the authorship practices of the cordel in the context of the intellectual property. In this direction, the thesis lays on the proof of the following statement: the authorship in the cordel is characterized by three perspectives – the uniqueness, the plagiarism and the intertextuality, when the document pervades the process of authorial reframing. This research involves a perspective of multiplicity of meanings, anchoring on the hermeneutic as mechanism of interpretation, including the subject in its symbolic, cultural and procedural universe. The research is quantitative and qualitative, assuming documental, bibliographic and descriptive characteristics, using the following data collection instruments: (a) interview with cordelistas and related personalities, (b) 1,044 digitalized cordéis from the acquis of the Library of Rare Artworks Átila Almeida and (c) list with 13,296 pamphlets of the mentioned library. It is proved in the social, cultural and commercial fields the limits of the complex relations, which involve the cordel in the areas of the authorship practices and of the intellectual copyright.

Key words: Cordel Pamphlet – Information Science. Copyright. Intellectual Property. Representation of the Information. Library of Rare Artworks Átila Almeida.

PRÁCTICAS AUTORALES DE PLIEGOS DE CORDEL EN EL ENTORNO DE LA PROPIEDAD INTELECTUAL

RESUMEN

El pliego de cordel es un tema inexplorado en el ámbito de las tesis producidas junto al Posgrado en Ciencia de la Información en Brasil. De los 17 (diecisiete) programas identificados por la Asociación Brasileña de Educación en Ciencia de la Información (2014) y correlacionados con los datos obtenidos en la Biblioteca Digital de Tesis, se puede identificar un campo potencial para investigaciones que trabajen ese género literario en el entorno del área. Esto permite al investigador una pluralidad de análisis que se pueden realizar. A ese respecto, hace una década trabajando en esa esfera, comenzado en 2006 por la gestión de la Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida, uno de los temas que llamó la atención en esa variedad fue el relacionado a la autoría, principalmente, en cuanto a la disponibilidad del contenido digital en la base desarrollada de esta Biblioteca. Centrándose acerca del pliego de cordel, que es un fenómeno literario nordestino resignificado, se observó una complejidad descriptiva y, respecto al productor intelectual, controversias en función del papel del propietario y autor-propietario. La búsqueda de esta distinción entre autor y propietario de modo diacrónico implica la percepción de los cordelistas en cuanto a los mecanismos que se relacionan con la propiedad intelectual y su esfera legalista en la actualidad. De esa manera se cuestiona: ¿cómo se caracterizan y se efectúan las prácticas autorales del pliego de cordel en el entorno de la propiedad intelectual? Así, el objetivo general de este estudio es analizar las prácticas autorales de los pliegos de cordel en el entorno de la propiedad intelectual. Por lo tanto, la tesis se apoya en la comprobación de la siguiente asertiva: la autoría en el cordel se caracteriza en tres perspectivas - el ineditismo, el plagio y la intertextualidad, cuando el documento pasa al proceso de resignificación autoral. Esta investigación implica en una perspectiva de la multiplicidad de los significados, que se fijan en la hermenéutica como mecanismo de interpretación, incluyendo el sujeto en su universo simbólico, cultural y procesal. Este estudio presenta un enfoque cuantitativo y cualitativo de características documental, bibliográfica y descriptiva, utilizando los siguientes instrumentos de recolección de datos: (a) entrevistas con cordelistas y personalidades relacionadas, (b) 1.044 pliegos de cordel digitalizados procedentes del acervo de la Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida y (c) lista con 13.296 títulos de folletos de la biblioteca. Se comprueba en las esferas sociales, culturales y comerciales la demarcación de las complejas relaciones que involucren la literatura cordel en los campos de las prácticas autorales y del derecho de la propiedad intelectual.

Palabras clave: Folleto de cordel - Ciencia de Información. Derecho autoral. Propiedad intelectual. Representación de la información. Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Produção de teses sobre cordel entre 1993 a 2014 nos Programas de Pós-Graduação brasileiros.....	51
Gráfico 2: Teses produzidas por estado brasileiro nos Programas de Pós-Graduação sobre cordel.....	51
Gráfico 3: Teses produzidas por área de conhecimento em Programas de Pós-Graduação brasileiras sobre cordel.....	52

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Desenho metodológico da tese.....	35
Figura 2: Capa e primeira página do cordel tipografado com a autoria de Antônio Silvino.....	57
Figura 3: Capa e quarta capa do cordel de Silvino Pirauá.....	59
Figura 4: Epistemologia do conhecimento anterior a Kant.....	73
Figura 5: Epistemologia do conhecimento segundo Kant.....	74
Figura 6: Classificação dos elementos legais acerca da propriedade intelectual conforme OMPI.....	85
Figura 7: Acróstico no cordel "História do boi misterioso", autoria de Leandro Gomes de Barros.....	91
Figura 8: "História do boi misterioso" com autoria modificada por João Martins de Athayde, contudo, sem alteração do acróstico original.....	92
Figura 9: "História do boi misterioso", autoria e acróstico modificados por João Martins de Athayde.....	93
Figura 10: Capa em xilogravura e primeira página do cordel tipografado com a autoria de João Martins de Athayde.....	95
Figura 11: Parte do cordel "O pinto pelado".....	100
Figura 12: Parte do cordel "A história do pinto pelado".....	101
Figura 13: Parte do cordel "História do pinto pelado do Amazonas".....	102
Figura 14: Parte do cordel " O gigantesco pinto pelado que nasceu em Trairí.....	103
Figura 15: Parte do cordel "O homem do pinto grande ou a verdadeira estória do pinto pelado".....	104
Figura 16: Parte do cordel "O pinto pelado do norte".....	105

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Levantamento de teses na BDTD sobre o objeto de estudo "cordel" e "folheto"	47
Quadro 2: Relação percentual entre universo e amostra.....	55
Quadro 3: Áreas de descrição catalográfica relacionando o AACR ₂ ao cordel.....	61
Quadro 4: Da especificidade brasileira dos atos jurídicos quanto à autoria e à propriedade.....	79
Quadro 5: Levantamento de parte dos títulos de cordel do acervo da Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida.....	97

SUMÁRIO

1 PRIMEIRAS PALAVRAS.....	14
1.1 A RELAÇÃO DO ESTUDO COM A PESQUISADORA: escolhas e inquietações.....	22
1.2 ESTRUTURAÇÃO DO ESTUDO.....	25
2 DOS ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	27
3 O CORDEL: matizes históricas e a ressignificação do seu conceito na perspectiva da Ciência da Informação.....	37
3.1 NECESSÁRIA EXPLICAÇÃO ACERCA DAS PRODUÇÕES DE TESES SOBRE CORDEL.....	46
3.2 O CORDEL SOB A PERSPECTIVA DE ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO FÍSICA DA INFORMAÇÃO.....	53
3.3 NOS DOMÍNIOS DO CONHECIMENTO E DA REPRESENTAÇÃO PELA PERSPECTIVA FILOSÓFICA SCHOPENHAUEREANA: aproximações com a CI e a representação temática da informação.....	66
4 PRÁTICAS AUTORAIS DO CORDEL NO CONTEXTO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL E AS SUAS COMPLEXAS RELAÇÕES.....	78
4.1 À GUIA DO MARCO HISTÓRICO EM TORNO DA AUTORIA.....	81
4.2 SOBRE O DIREITO AUTORAL.....	84
4.3 AS PRÁTICAS DO DIREITO AUTORAL NO CONTEXTO DO CORDEL E DA PROPRIEDADE.....	86
5 DEIXA.....	109
REFERÊNCIAS.....	114
ANEXOS.....	127

1 PRIMEIRAS PALAVRAS

Assim estaria eu a afirmar que é necessário capacidade literária para a escrita científica? Ou que esta é uma peça de literatura? Não, não exatamente. Quer dizer, caso se entenda literatura como *arte* literária ou ficcional, não. Mas caso seja possível afastar prejulgamentos para sustentar que se cumpre um *processo narrativo* ou escrever-se uma tese científica em ciência humana. [...] Fazer ciência humana significa responder a uma inquietação criativa. Quaisquer que sejam seus aspectos, que aqui não vale repetir, são atividade criativa (RODRÍGUEZ, 2012, p. 57-58, grifo do autor).

Como construir uma tese? Eis uma questão que não tem receita pronta. Desde sua estrutura aos seus enunciados, a liberdade narrativa precisa ser respeitada, pois há um olhar particular do sujeito que tece suas análises a um objeto de estudo peculiar ou, até mesmo, o modo como o pesquisador pode capturar e retratar o seu fenômeno. Emoldurar um texto, mesmo o científico, precisa de limites, porque nem todos pesquisam da mesma forma ou se enquadram num igual formato. No campo das Ciências Humanas e Sociais, essa inquietação é uma constante. Há quatorze anos, no período em que realizamos os estudos de mestrado em Educação, discutia-se nas salas de aula a necessária criação de metodologias ou de enlaces teóricos inovadores. Nesse processo de doutoramento, durante as aulas e encontros acadêmicos, continuam-se as mesmas questões.

São um "fardo" as ambíguas cobranças acadêmicas: a exigência por criatividade e por liberdade, mas, ao mesmo tempo, a imposição dos pares em seguir as frias regras que se tenta aplicar as Ciências Humanas em igual medida como nas Ciências Exatas. Contudo, não esqueçamos que a matemática, a física, a química, e outras, são escritas, narradas, aplicadas por humanos. Suas produções representam as limitações do seu tempo, do seu espaço e das regras culturais e morais. São os humanos que determinam o que é um objeto passível de investigação e como estabelecer as formas de experimentação e aplicação. Poderíamos testar medicamentos em animais no século XV? Acreditamos que não e, talvez a causa não fosse moral, mas por limitações tecnológicas e culturais da época; atualmente, esse árduo debate repousa nos campos da moral e da ética.

No mundo moderno, considerando que o século XXI encontra-se inserido nesse contexto, o fenômeno que eclode com um vasto potencial problematizador e marco central de debate em variadas áreas do saber: a "informação". Fruto dessa relevância deu-se origem e

institucionalizou-se, na década de 1960 no Instituto Tecnológico de Georgia, localizado nos Estados Unidos da América (EUA), mais uma ciência, a da Informação. Esse parâmetro histórico é circunstancial e apenas é usado para situar no tempo e no espaço essa discussão em torno da Ciência da Informação (CI). Essa centralidade que a informação adquire já era sinalizada pelos europeus Otlet e La Fontaine, no início do século XX, sob a denominação de "Documentação", como apontam Buckland (1998), Capurro (2007), Linares Columbié (2010), Pinheiro (2005) e Romanos de Tiratel (2008). Considerada antecessora da CI, a Documentação é reavivada por Buckland (2012), quando questiona se de fato acessamos o suporte ou a informação nas bases de dados, biblioteca, museus ou arquivos. E acrescenta ainda que os documentos são difundidos na sociedade e moldam as nossas vidas; cada vez mais, a nossa dependência em torno deles cresce ao longo tempo por meio de variados suportes em função das facilidades oriundas de inovações técnicas, a saber, a escrita, impressão, telégrafo, rádio e internet (BUCKLAND, 2012).

O fato é que a documentação proposta por Otlet e La Fontaine multidimensiona a noção de objeto, garantindo-lhe ascender à categoria de documento. Esses documentos quando agregam informação é porque os sujeitos se reconhecem nele, produzindo-lhes uma sensibilização cognitiva, ou fazendo-nos reconhecer, ou perceber a sua relevância social, ou estabelecer nexos culturais, ou reavivando na mente sentimentos ou relações já experienciadas.

Lembre-mos do filme infantil "Ratatouille" (RATATOUILLE, 2007), quando Anton Ego, renomado crítico gastronômico, é remetido à infância ao degustar prato feito pelo protagonista do filme, o rato Rémy. Ampliando o escopo informacional dos objetos, das práticas, do cheiro e do sabor são elementos de sensibilização informativa, estudados atualmente no Brasil por Ribeiro, Dodebei e Orrico (2015). Nessa direção, ao ler acerca da memória afetiva (RIBEIRO; DODEBEI; ORRICO, 2015), que se refere ao ato de remeter sensações experienciadas a outras já vivenciadas, pensamos em situação que iniciou o nosso enlace com o cordel. Morávamos em 1987 em uma simples casa paralela à rua que dava início em todas madrugadas de sexta a famosa feira de Caruaru, Pernambuco. Amanhecíamos os sábados com a cantoria dos repentistas e com as declamações dos cordelistas na praça localizada em frente a rua onde iniciava a citada feira. Foram 3 (três) anos, da varanda da minha residência, ouvindo e vendo as violas e os pandeiros rimando junto as vozes de improviso dos cantores; quando não, visitávamos as barracas de madeiras pela extensão da feira, misturadas as tendas de carnes, queijos, rapaduras, temperos, verduras e frutas, com livrinhos pendurados em barbantes, sendo declamados, aplaudidos e vendidos. Vinte anos

depois, em setembro de 2006, estávamos em Campina Grande, cidade situada a 133,1 km de distância da capital paraibana, coordenando as atividades gerenciais e de ordem técnica frente a um dos mais significativos acervos de cordel do mundo, a saber, a Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida (BORAA). Ao abrir as suas portas e sentir o inigualável mundo literário deixado por seu titular, que ultrapassa o universo do cordel, a rememoração à infância foi imediata aos cheiros, sabores e versos, remetendo-nos ao nosso passado. Essa rememoração foi fundamental no estabelecimento de nexos e inaugurou uma etapa crucial em nossos estudos que culminou no nosso processo de doutoramento. Assim, o livro como outros registros e práticas informacionais são equitativamente relevantes desde que produza algum impacto ou reconhecimento ou construção/invenção em um dado espectro social.

Nesse contexto, perguntamos: a partir de qual momento esses documentos nos permitem perceber enquanto grupo social? Quando um documento ascende a outro patamar, de elemento de reconhecimento cultural que nos une, elevando-o a um grau inestimável de empatia e de sociabilidade? O documento possui capacidade informativa quando é potencialmente entendida pelo sujeito e quando possibilita aos membros de um grupo que se reconheçam nele, adquirindo outra configuração: o seu caráter identitário. Quando esse valor é agregado ao documento, há uma tendência em instituí-lo e preservá-lo para atual e futuras gerações, transformando-o em um patrimônio. Em certa medida, o "peso" que esse nome traz produz uma tendência em imortalizar o documento, pairando sobre ele o senso comum da permanência infinita assim quando de sua gênese histórica. Contudo, a sociedade se atualiza e isso também reflete nas práticas, nos ritos e nos documentos produzidos, que são significados e ressignificados a todo momento e, por isso, são inclusivos socialmente ao longo dos anos. Não é o passado copiado, mas a tradição repousa em seu realinhamento e, sendo assim, são vívidos e aceitos como tal no nosso presente (ASSMANN, 2011).

São documentos os bens materializados em instrumentos de representação de identidades culturais, viabilizando os processos sociais de transferência da informação. São produtos confeccionados por humanos, sem existência própria na natureza, já que ela é uma ferramenta, produzida e/ou percebida pelo homem, como um dos elementos necessários para a construção do conhecimento. São resultados da ação intencional de uma forma de registro, carregados por diversos níveis de interpretação e contextualização (AZEVEDO NETTO, 2007). Decorrendo dessa percepção, podemos deduzir que cultura faz parte de processos de aprendizagem dos sujeitos imersos nos grupos sociais como forma de se incluir e se reconhecer enquanto práticas, costumes e produtos transmitidos entre gerações, além de processos de renovação para garantir a longevidade de sua existência (LARAIA, 2002).

Thompson, citado por Mintz (2010), argumenta que a cultura nos influencia a cada minuto e constantemente. À medida que os humanos adquirem experiências e as acionam, processam e são processados enquanto agem. Somos seres de significação, ou seja, nosso comportamento e práticas são mediados por meio de símbolos. Por isso, podemos inferir que a cultura e o seu contexto, a sociedade, por serem produtos humanos, adquirem o estatuto de elementos simbólicos.

Consideramos que o cordel é um documento possuidor de forte potencial informativo, pois o sentido ocorre quando os sujeitos se reconheçam nos versos que tratam dos fatos reais, biográficos e/ou mitológico e/ou podem, ainda, descrever crenças, costumes e histórias mirabolantes. É também nominado no contexto social sob o título de "folheto", produzido no Brasil em finais do século XIX até os dias atuais, de forma peculiar e artesanal, com uso imagem na capa, usualmente xilogravuras, técnica milenar de reprodução imagética (SILVA, 2012). O cordel possui um tipo de estrutura textual metrificada em versos rimado, fazendo uso de vocábulos e expressões regionais, expressa o modo de ler o mundo do homem cotidiano com os preconceitos inerentes à sociedade e, por vezes contidas, não registradas em outros suportes de informação. Embora Foucault (2000, 2002a, 2002b) ressalte a existência de leis sociais que estabelecem o que pode ser dito - e isso revela o limite dos discursos - nem tudo pode ser dito em todo lugar e por qualquer pessoa. No caso do cordel, o seu espaço permite liberdade narrativa ilimitada; os tabus e os bons costumes podem ser deixados a margem e, em rimas, os poetas expõem o que muitos de nós pensamos, mas não podemos enunciar em função das regras e do papel social do qual estamos posicionados!

Tamanha sinceridade em meio a uma linguagem descontraída, o cordel atrai o público, que se reconhece, se atualiza ou se distrai nas histórias reais ou imaginadas (ALMEIDA; ALVES SOBRINHO, 1978, v. 1; CURRAN, 2011), caracterizando o folheto brasileiro como documento de valor e de força identitários. Esse argumento é comprovável pelo simples fato de em todo ocidente, apenas o Brasil continua a produzir cordel, que sobreviveu ao jornal, rádio, televisão e internet; aliás, esta, em particular, é responsável por sua ampla disseminação e divulgação no século XXI (CAVALCANTE, 2015; MENDES, 2006; UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA, 2011; VIANNA, 2014). A crescente força e aceitação desse documento na sociedade brasileira são percebidas nas publicações de seus versos nos textos escolares de norte a sul do Brasil; e ganham novos formatos e formas de comercialização, a exemplo de livros vendidos em livrarias e pela internet. Em pesquisa realizada no site da Livraria Cultura (2018) em março do corrente ano, conseguimos listar 327 (trezentos e vinte e sete) títulos de narrativas adaptadas da literatura universal ao cordel, como: "Alice no país das

maravilhas em cordel", "O conde de Monte Cristo em cordel", "Cordel encantado", "A guerra de Tróia em versos de cordel", "Mitos brasileiros em cordel", "O pequeno príncipe em cordel", "Shakespeare nas rimas do cordel", "Sonho de uma noite de verão em cordel", "Os três mosqueteiros em cordel", entre outros. Destacamos a produção da editora Nova Alexandria (2018), que publica coleção específica de cordel em formato de livro, quando os cordelistas são acionados a ressignificar em versos de cordel a nominada literatura clássica. Esse mecanismo que envolve a mudança de forma textual (de prosa para poesia) e o modo de contá-la, por meio do uso de vocabulário regional, visualizamos as marcas da ressignificação. Schopenhauer (2007) atesta que cada língua possui vocábulos, estruturas e semântica apenas entendíveis nela e, por isso, entende que a tradução ou adaptação de obras literárias, em especial os poemas, é um processo de recriação textual.

Essa produção que floresce e permanece no Brasil desde o final do século XIX, segundo aponta Abreu (1993; 1999), não se trata de uma continuidade dos folhetos que vieram nos navios portugueses, mas de um novo documento que surge com as peculiaridades e necessidades inicialmente nordestinas; encantando e se fixando, viaja e se expande pelo Brasil (GUILLEN, 2002). Assim, podemos entender que o cordel brasileiro não se tratou de uma simples assimilação e reprodução dos folhetos europeus vindos no século XIX com a família real portuguesa, mas foram ressignificados a partir das necessidades informativas e culturais locais. Isso não significa que reconhecemos o importante movimento e papel que a oralidade promoveu na produção e criação do cordel. Ressaltamos que vários dos cordelistas também são repentistas e que o mecanismo do falar e recitar (oralidade) foi fundamental para a sua inscrição em suporte. A princípio, os folhetos eram declamados em locais públicos em função de número significativo de iletrados no Brasil dos séculos XVI ao XIX, reforçando o argumento do seu vínculo motriz com a oralidade (SILVA, 2012). Contudo, nossa defesa advoga na direção do cordel como documento cultural materializado de domínio brasileiro.

O custo economicamente acessível da produção gráfica dos textos e o uso de vocábulos e expressões do cotidiano em meio à simplicidade e à leveza poética podem ter sido favoráveis ao processo de mobilidade e a aceitação do cordel. Sobre o cotidiano, os folhetos assumem um duplo papel no processo de memorização. Para além do mero registro, um dos papéis do cordel é a relação de existência e, por que não, por meio da escrita, a eternização de quem o produz, como expressa Assmann (2011). Por outro, também envolve a recordação dos que já viveram, vista principalmente nas biografias e nas narrativas sobre personagens reais, sejam históricas como Lampião, Padre Cícero, Getúlio Vargas, Elvis Presley, João Paulo II, entre outros, ou locais, rimando homicídios, acontecimentos e

catástrofes. Lembremos que o cordel brasileiro vai assumindo características próprias e, uma delas, é o seu caráter jornalístico. Ademais, incorpora muito dos elementos estruturais (versos, estrofes e esquemas de rimas) da oralidade, incorporando uma rica possibilidade de combinação estética.

Vendidos e declamados nas ruas das feiras livres interioranas, foi inevitável a sua penetrabilidade no Brasil e o desabrochar e apropriação de um grupo de talentosos poetas, inicialmente nordestinos e nominados como populares. Este termo, no nosso contexto, não possui qualquer sentido depreciativo, opondo o "popular" a ideia de erudição (CHAUÍ, 2000). Criando e recriando a natureza, a capacidade cognitiva humana é única, se consideramos os demais animais do globo. Desenvolvendo sofisticado sistema de comunicação, os produtos culturais gerados pelo homem traduz outra forma de refletir, atuar, registrar e acumular informação por meio da linguagem oral e, posteriormente, escrita. Passando de geração após geração, o acesso e a re-utilização acumulados, ao longo dos anos dos bens nominados por culturais, agregam valor formativo na natureza humana ao passo que caracterizam, segregam ou aglutinam grupos. Ao longo dos séculos, criou-se uma tipificação no âmbito da cultura: o erudito e o popular. Discussão superada, pois toda e qualquer produção humana está no âmbito da cultura e tal tipificação foi uma forma de apartação social (CHAUÍ, 2000; MAIA; AZEVEDO NETTO; OLIVEIRA, 2012).

No final do século XIX e início XX, num país de poucos alfabetizados, estes artistas cumprem papel social primordial nas esferas pedagógica e cultural, conduzindo por meio dos escritos informações atualizadas sobre fatos e pessoas dos cenários regional, nacional e internacional. Acrescenta-se aos folhetos a promoção da prática leitora, reunindo os letrados declamar os cordéis para os iletrados. Contudo, ao nominarmos "poetas do povo", desapegamo-nos de um sentido negativo; ao contrário, essa titularidade tem o sentido dos poetas que "escrevem o que o povo quer ouvir/ler" (MONTEIRO, 2012, p. 09). Esse argumento também valida o sentido atribuído nesse estudo ao termo popular. Assim, baseadas em Almeida e Alves Sobrinho (1978, v. 1), listamos os cordelistas e os seus campos de atuação profissional (ANEXO A), asseverando a transversalidade social quanto à autoria desse documento.

Agricultores, emboladores de coco, ferreiros, funcionários públicos, jornalistas, médicos, pescadores, policiais, políticos, professores, entre outros, é composta a rede de discursos cordelísticos. Isso demonstra a capacidade inclusiva e social desse documento que, independentemente da atuação profissional, permite a sua produção. As diversificadas ocupações laborais desses poetas permitem-nos perceber de forma transparente a sua

secularidade e vivacidade nos dias de hoje (MAIA, 2004; MAIA; AZEVEDO NETTO; OLIVEIRA, 2012; SARAIVA, 2011a; 2011b). Chartier (1999, p. 100-101) permite que tracemos uma relação da necessidade da inserção do letramento na Europa de séculos anteriores com o Brasil do início do século XX, quando afirma: "do ponto de vista histórico, é interessante ver como, aumentando as exigências que definem a alfabetização, transforma-se o valor [...] de certos comportamentos e de certas práticas" vinculadas também às exigências de um estado burocrático e cada vez mais dependente da escrita. "O acesso à leitura e à escrita leva [paulatinamente] uma população [...] a abandonar a terra, ou a loja, em favor dos ofícios da pena e das palavras" (CHARTIER, 1999, p. 108).

O folheto de cordel se caracteriza como um documento identitário, pois tem a capacidade de registrar, informar, retratar, integrar, atualizar e educar os leitores em meio a sua peculiaridade temática, estrutural e vocabular. Acreditamos que as possibilidades narrativas promovidas pelos folhetos permitem aos cordelistas um sentimento de pertença, baseada na sua produção textual. Nessa direção, percebemos 3 (três) aspectos que envolvem a relação entre o cordel e a identidade. Eis:

- a) as personagens retratadas: o Lampião (ora vilão, ora herói), o Padre Cícero e o Frei Damião, nossos santos nordestinos, entre outros. As personagens locais são elementos fundamentais no que se referem à identificação do leitor aos temas narrados. Ao usar de personagem local, há a associação e entrelaçamento real de quem escreve com quem lê, pois ambos estão inseridos no processo de reconhecimento do seu universo sociocultural no texto. Tanto o autor quanto quem o lê, percebem-se nas narrativas, reforçando os seus laços e conexões de união que os cercam. O leitor já ouviu falar ou teve um parente que diz ter conhecido ou vivido ou visto o fato ou as personagens narradas e isso estreita o interesse pelas histórias descritas. Por isso, o processo de empatia e de identificação se solidifica, podendo assumir uma garantia de aceitação, permanência e perpetuação do cordel;
- b) os temas de caráter local e nacional, vinculados aos fatos do cotidiano. O cordel reforça o seu papel informativo, noticiando em rimas e em versos as tristezas e as alegrias do dia a dia. A exemplo da falta de gasolina, narrada há 30 (trinta) anos pelo poeta José Francisco Soares, é uma temática recorrente em janeiro de 2016 na Paraíba, expressando o caráter atemporal desse documento, corroborando com a perspectiva de Haurélio (2010; 2012; 2016). Ainda sobre o referido poeta, escreveu sobre a Copa em que Brasil foi campeão; as cheias que assola(ra)m cidades nordestinas; se no século anterior passamos pela gripe inglesa, no século XXI, somos assombrados pelas viroses; biografia envolvendo a vida e

morte de personagens de políticos da região; e a mãe que matou filho, caso que sensibilizou a cidade de Limoeiro. Não foi sem tempo que José Francisco Soares nominou-se de "Poeta Repórter" (Campina Grande-PB, 05-01-1914 – Timbaúba-PE, 09-01-1981)¹, indicando a sua vertente jornalística na produção de cordéis. Abaixo, listamos alguns títulos dos folhetos produzidos pelo renomado cordelista, indicando seu compromisso com a informação cotidiana:

Acabou a gasolina? Ou a gasolina acabou? (8p) [...]
 Bi super campeão é luxo – 2x0 (8p)
 Brasil campeão do mundo 1970 – Agora a taça é nossa [...]
 Carestia e o selo em tudo, A (8p) [...]
 Cheia do Capibaribe, A (8p) [...]
 Cheias de Alagoas 300 mortos, As [...]
 Gripe inglesa passeando no Brasil, A (8p) [...]
 Lamentável morte do deputado Alcides Teixeira, A (8p) [...]
 Lamentável morte do prefeito João Duarte, A [...]
 Mãe que matou o filho em Limoeiro, A (7p) [...] (ALMEIDA;
 ALVES SOBRINHO, 1978, v. 1, p. 235-292-294).

- c) no uso de vocabulário regional, rico em sinonímias, valendo-se de expressões tão peculiares que chegamos a identificar a microrregião a qual está vinculado o cordelista. Assim o cordel demonstra, diante do opulento contexto sociocultural brasileiro, sua natureza complexa e diversa, tanto na escolha das suas temáticas quanto aos termos significativos impressos. Nessa direção, no processo de sistematização dos acervos de cordel em ambientes de acesso, o controle vocabular é necessário como forma de identificar, relacionar e ajustar a informação documental aos processos de representação e recuperação, afinal, o documento é produzido para ser usado e compartilhado (SMIT; KOBASHI, 2003). Exemplificando a polissemia inerente ao cordel, em apenas 2 (duas) estrofes de um único folheto, sublinhamos 11 (onze) termos que possuem o mesmo conceito. Observemos o documento abaixo:

As prostitutas do mundo
 Muito outros nomes têm:
 Um, Mulher da Vida Fácil
 Pois acham que vivem bem,
 Mas isso é pura besteira
 Quer ver se a vida é maneira?
 Caía na vida também.

Catraia, quenga, piranha
 É assim que o povo chama,

¹ Informação obtida em entrevista semi-estruturada realizada em 18 maio 2017 com Marcelo Soares, filho do cordelista José Francisco Soares.

Biscate, puta, rameira,
Quebra-galho, mulher-dama,
 Ganha nova identidade
 Pra ser Moça de Programa (MONTEIRO, 2004, p. 05-06, grifo
 nosso).

Do ponto de vista da representação temática do documento, este é um dos muitos casos em cordéis que envolve problemática no processo de busca: dos 11 (onze) termos identificados, qual deles devemos eleger no sistema e que pode ser efetivamente recuperado pelo usuário? Percebemos a complexa tarefa tangencial aos processos de tratamento da informação no cordel sob os aspectos envolvendo a indexação e o controle do vocabulário, objeto de estudo de Albuquerque (2011; 2013). Para além das questões de ordem técnica, que não se esgotam com a acima destacada, o folheto também se configura como um espaço de liberdade discursiva, pois são retratados vários temas considerados tabus em nossa sociedade. Por esses motivos, ainda que sobre uma perspectiva ampla, percebemos o quão é instigante o debate em torno desse documento, sobretudo, pela ampla possibilidade de pesquisas sobre o cordel no campo da Ciência da Informação.

1.1 A RELAÇÃO DO ESTUDO COM A PESQUISADORA: escolhas e inquietações

Em 2006, começa a nossa história acadêmica com cordel, ano em que assumimos a direção da Biblioteca Central do Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade Estadual da Paraíba (SIB/UEPB). Tal sistema era composto por 16 (dezesesseis) unidades de informação e uma, em especial, destacava-se: a Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida (BORAA). Contendo inúmeras obras raras, ex-libris, dicionários, jornais datados do século XIX, edições de luxo, esgotadas e de tiragem reduzida, produção de autores paraibanos, acrescia a este espaço uma coleção com mais de 7.000 (sete mil) títulos de cordel (MAIA et al, 2010). Muito utilizados, os folhetos terminavam re-nominando entre os seus usuários a BORAA por Biblioteca dos cordéis, nome pelo qual era mais conhecida institucional e externamente. Da dificuldade em recuperar os folhetos nas consultas realizadas pelos pesquisadores, surgiu a necessidade e a curiosidade em desenvolver trabalho acerca de sua representação informacional.

Visto todo o seu potencial para pesquisa, entre 2009 a 2013, desenvolvemos três projetos envolvendo os cordéis, aprovados via Iniciação Científica (PIBIC) e Programa de Incentivo à Pós-graduação e Pesquisa (ProPesq). Tais estudos focalizavam a gestão dessa coleção nas práticas de descrições física e temática, de digitalização, de armazenamento e de

disseminação. Com o projeto "Desenvolvimento de uma aplicação web para gerenciamento de cordéis na biblioteca Átila Almeida" (2009-2010), construímos e concluímos uma base de dados de folhetos da referida biblioteca. Em seguida, passamos para as fases de "Otimização do processo de digitalização dos cordéis do Raro Acervo da Biblioteca Átila Almeida: tratamento imagético dos documentos digitais disponibilizados via banco de dados na web" (2012-2013) e de "Tratamento técnico aplicado ao raro acervo de cordel da Biblioteca Átila Almeida da Universidade Estadual da Paraíba: otimização de sistema de banco de dados e disponibilização do acervo via web" (2011-2013) (MAIA et al, 2010; MAIA; AZEVEDO NETTO; OLIVEIRA, 2012; MAIA, 2013), conseguindo cadastrar, catalogar, indexar e digitalizar 1.044 (um mil e quarenta e quatro) folhetos. Inserimos, na mesma base, 211 (duzentos e onze) cordéis na íntegra e de caráter de domínio público.

Dada a repercussão do trabalho realizado com os cordéis, fomos convidadas em 2011 a proferir palestra na *Library of Congress*, Washington, DC, no Simpósio Internacional de Cordel, nominado "Literatura de cordel: *change and continuity in Brazilian popular literature*" (LIBRARY OF CONGRESS, 2011). E, em 2013, submetendo o projeto "Análise de banco de dados web de acervo de cordel: otimização de sistema a partir das expectativas de usuários" recebemos o prêmio de menção honrosa junto a Emerald/Capes referente ao concurso "Promovendo a disseminação do conhecimento em Ciência da Informação no Brasil".

Essa trajetória demonstra o inevitável envolvimento e a construção de pesquisas de doutoramento, que já perfaz 12 (doze) anos, em torno das descrições física e temática do cordel, sua digitalização e a criação de um banco de dados específico que visa à disseminação e à democratização do acesso a esses documentos via *web* (MAIA; OLIVEIRA, 2008; 2016; MAIA, 2013; MAIA; ALBUQUERQUE, 2014). No período supracitado, deparamo-nos com várias questões que envolvem os cordéis articuladas à Ciência da Informação, a saber, a classificação, a indexação, os metadados, a reformatação, a representação, entre outros. Na leitura realizada nos cordéis, percebemos problemas complexos no tocante à autoria: (a) detectamos nos folhetos da BORAA a grafia do titular da Biblioteca, sinalizando outros autores, diferente dos tipografados nos documentos. Esse é um dado significativo considerando que Almeida e Alves Sobrinho (1978, v. 1) são titulares da mais ampla fonte de pesquisa bio-bliográfica realizada sobre poetas populares até o presente momento; (b) verificamos diferentes autores de folhetos com títulos e conteúdos quase idênticos, vezes modificados apenas o acróstico, elemento de identificação autoral metrificado nos últimos versos do documento. Este elemento é especialmente singular, tratando-se da assinatura do

cordelista nas últimas estrofes do poema, iniciando cada primeira letra do verso e formando no sentido vertical o nome do autor.

Além dos dois aspectos percebidos relativos a autoria do cordel, (c) há a identificação descritiva do ponto de vista físico dos cordéis quanto à demarcação tipografada entre autor e proprietário/editor. Esse elemento curiosamente chamava-nos a atenção nos folhetos que catalogávamos na base de dados - a clara distinção do detentor dos direitos autorais em relação aos que possuíam os direitos de reprodução e de comercialização. A infração decorre quando o editor assume "falsamente" o papel de autor; esse aspecto foi acentuado em entrevista com Almeida (2008). Assim, não é incomum encontrarmos nos cordéis a menção a esses dois personagens, o que nos fez identificar no nosso banco de dados esses dois campos de descrição. E os casos que entendemos como instigantes ponto de partida da nossa investigação: (d) o entrecruzamento de temáticas, quando diferentes autores de folhetos possuem títulos idênticos ou quase, mas o conteúdo poético demarca singularidade. Refere-se à demarcação dos discursos que se conectam, corroborando uma das máximas foucaultianas: os ditos são re-ditos. As práticas discursivas e não-discursivas interligam-se de tal maneira que as regras históricas, econômicas, geográficas, linguísticas (temporais e espaciais), geralmente anônimas, se encontram em práticas diversas (FOUCAULT, 2002a).

Enfim, uma variedade relevante de casos particulares desse universo que nos permite, com propriedade, discutir a compreensão de autoria nessa abstrusa estrutura cultural, primeiro, categorizando nos folhetos da BORAA nos níveis de dispersão quanto à produção do documento. Assim, construir um quadro analítico que enquadre as situações peculiares envolvendo a autoria nos cordéis parece-nos um trabalho tanto produtivo para o campo da memória na Ciência da Informação (CI) quanto frutífero, associando tal Ciência às atmosferas da cultural, da representação da informação e da ciência jurídica; eis o papel social do pesquisador.

Assim, discutir o envolvimento do cordel no campo da CI, em específico, dos mecanismos que envolvem tal documento no âmbito do direito autoral, se constitui uma pesquisa teórica que visa a contribuir no seu campo epistemológico. E, nessa direção, indagamos: Como se caracterizam e se efetivam as práticas autorais do cordel no contexto da propriedade intelectual? Portanto, a nossa tese repousa na comprovação da seguinte assertiva: a autoria no cordel se caracteriza em três perspectivas - o ineditismo, o plágio e a resignificação autoral.

Com vistas a responder a indagação norteadora de nossa investigação traçamos o seguinte objetivo geral: analisar as práticas autorais do cordel no contexto da propriedade intelectual. Para contemplar tal propositura, os objetivos específicos delineados foram:

- a) Ressignificar a compreensão acerca do cordel na perspectiva técnica da representação da informação no contexto da Ciência da Informação;
- b) Descrever nas esferas sociais, culturais e comerciais quanto à complexa demarcação legal das práticas autorais brasileiras;
- c) Classificar a propriedade intelectual no contexto de produção dos cordéis brasileiros em três categorias autorais: o ineditismo, o plágio e o a ressignificação autoral.

1.2 ESTRUTURAÇÃO DO ESTUDO

Esse estudo foi seccionado em mais quatro seções. O segundo capítulo da tese trata do percurso metodológico, apresentando a trajetória e as escolhas que conduziram na interpretação e análise dos dados durante o processo de pesquisa.

O terceiro capítulo responde ao re-enquadramento representacional acerca do cordel à luz da Ciência da Informação, ampliando os atributos descritivos limitados a 8 (oito) campos de circunscrição previstos no Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR₂), o qual sugerimos 30 (trinta) itens representativos. Nessa mesma seção, além de atentarmos para as nuances representacionais de ordem física sobre o cordel, incluímos um adendo que identifica as sutilezas e a complexidade em torno da representação temática, apresentando as possíveis contribuições de Schopenhauer a esse estudo. Essa foi a contribuição dessa tese para a Ciência da Informação: o olhar da representação da informação por assunto sob a perspectiva filosófica.

O quarto capítulo dessa pesquisa estabelece análise em torno da demarcação legal do direito autoral brasileiro, apresentando um quadro classificatório tendo como parâmetro as peculiaridades dos cordéis produzidos por poetas do Brasil. Nele, estão listados e exemplificados os casos verificados no acervo da BORAA, que possibilitou a comprovação de nossa tese.

E, por fim, as considerações finais, cuja seção foi nominada por "Deixa". Tal capítulo trata da retomada de elementos fundamentais que delinearam nossas escolhas epistemológicas e metodológicas. Assim como na "Deixa", prática de declamar os poemas nas feiras livres para o público, interrompendo a leitura com a finalidade de gerar a curiosidade e a venda dos cordéis, apontamos possibilidades para a construção de outras pesquisas que podem surgir a

partir dessa tese. Esse ciclo de estudo não se fecha, ao contrário, permite-se a curiosidade e a permissibilidade de outras tantas re-leituras.

2 DOS ASPECTOS METODOLÓGICOS

O Barco!
 Meu coração não aguenta
 Tanta tormenta, alegria
 Meu coração não contenta
 O dia, o marco, meu coração
 O porto, não!...

Navegar é preciso
 Viver não é preciso... (VELOSO, [20--], p. 01).

As marés da propriedade intelectual, da Ciência da Informação e do cordel, sem dúvida, é um turbulento triângulo náutico; um turbilhão de discursos que precisam ter seus vértices alinhadas no intuito de estabelecer um horizonte nessa tortuosa rota. Os primeiros folhetos, vindos nos naus portugueses e espanhóis, trouxeram a ideia de poetizar ficções em rimas. Carregadas de figuras de linguagem, tais documentos foram ressignificados em várias perspectivas nas "novas terras": metrificação (tonicidade silábica registrada em cada verso - linha poética), versificação (INSTITUTO CULTURA..., 2008; SILVA, 2012), enredo, fortalecimento da linguagem e expressões locais, temáticas, inserção geográfica, papel social e pedagógico que assumem, revelando as nuances da criatividade e das peculiaridades brasileiras (ACADEMIA... 2016; ALMEIDA; ALVES SOBRINHO, 1978, v. 1; MENDES, 2006; TAVARES, 2016). Haurélio (2012, p. 13) reforça: "e o cordel paradoxalmente, se renova [na temática, na linguagem, no formato] para continuar o mesmo".

Tal comunhão nos pareceu factual afirmar que nossa pesquisa possui uma abordagem quanti-qualitativa, vez que a descrição e explicação do nosso fenômeno se voltam para sua mensuração, caracterização e categorização, sendo desestimulada qualquer base puramente quantificacional e/ou estatístico (RICHARDSON, 2008). Se a abordagem quantitativa expressa o uso de elementos quantificacionais nesse estudo, por meio de levantamentos de teses e cordéis em tela, o aspecto qualitativo repousa na interpretação dos significados expressos em nosso fenômeno de análise, nas entrelinhas dos ditos e escritos capturados na detecção de seus valores e crenças delineados em cada verso e em cada estrofe. Tal análise considera as limitações das experiências de mundo e interlocuções da pesquisadora (SNAPE; SPENCER, 2003).

Para tanto, caracterizou-se por uma pesquisa documental, baseando-se em leis e em 1.044 (um mil e quarenta e quatro) cordéis digitalizados, que constam em base de dados que desenvolvemos desde 2010 por meio de projetos PIBIC, dos quais 211 (duzentos e onze) são de domínio público, acrescidos entre outros critérios, os autores já falecidos há mais de 70 (setenta) anos (PARANAGUÁ; BRANCO, 2009). Esse período pós-morte protege a família quanto aos ganhos financeiros oriundos da produção intelectual do autor. Todos esses folhetos reformatados são da coleção da BORAA, que perfez em 2013 um total de 12.000 (doze mil) títulos de cordéis físicos (MAIA; ALBUQUERQUE, 2014), listados em planilha excel, que também foi utilizada como documento de pesquisa. Nesta lista, estão identificados os títulos de cordéis brasileiros do início do século XX, ou seja, um montante considerado, que nos permitiu perceber as tessituras entre o passado e o presente dos folhetos dessa coleção (MAIA *et al*, 2010; MAIA, 2013). Além disso, como se tratam de cordéis que originaram a produção brasileira, permitiu um amplo comparativo que nos fez perceber as marcas de intertextualidade no campo autoral, possibilitando a nossa categorização desses documentos em relação a sua propriedade intelectual.

Nessa direção, a CI é acionada numa sociedade cada vez mais digital, cuja informação invade nosso dia a dia e se impõe no cotidiano por meio das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Compreendemos que a tal ciência lida com a informação atributos de significação capaz de produzir sentido no sujeito (LE COADIC, 1996) e o seu estatuto passa a dominar, interferir e integrar a sociedade por meio, inclusive, de sistemas computadorizados. Nessa perspectiva, há um nítido redirecionamento das áreas que tradicionalmente trabalhavam com o objeto de análise "documento", atualizando para a ponto de vista da "informação", que passou sem dúvida, a dominar o discurso a tal ponto de gerar uma "nova ciência". Não é sem tempo que Buckland (2012) revisa seus estudos e defende que a categoria "informação" aproxima-se da noção de documento enquanto coisa quando vincula-se diretamente ao suporte. São questões também assinaladas por Logan (2012), a saber, questionar os contextos que envolve à informação, principalmente, numa sociedade marcada por constantes mudanças desde meados do século XX. Para ele, mais outras duas categorias podem ser enquadradas à informação: enquanto conhecimento e processo. Essa tripartição é necessária para que compreendamos, segundo o autor, a turves que o conceito "informação" produz por encontrar-se envolta por múltiplos significados.

Pinheiro (2005) percebe, por sua vez sob outra ótica, que a CI supostamente estaria concentrada no processamento de documentos e nas técnicas correspondentes. Ou seja, envolve-se na perspectiva do fluxo e da transferência da informação desde a sua origem, isto

é, a geração – como é produzida? Nessa direção, o estudo da informação volta-se primeiramente para o ciclo da pesquisa e da criação. Citando Borko (1968), Pinheiro (2005, p. 19) ressalta que a interdisciplinaridade funciona como um norte que justifique a cientificidade da CI. Reforça que a área apresenta uma dupla face: de ciência pura, "que investiga o assunto sem relação com sua aplicação", e de ciência aplicada, "que cria serviços e produtos".

Ademais, a CI permite em seu estatuto, incluir possibilidades ilimitadas de documentos que carecem de análise técnica e sejam reconhecidos como tal: os nossos folhetos têm história e peculiaridades sutis. Interessante perceber que o referido documento possui marcas textuais que demarcam a autoria e o nome do seu produtor para além da inscrição nas capas. Essa marca é o acróstico, que na poesia popular, é visualizado no uso das primeiras letras de cada verso, geralmente na última estrofe, formando uma codificação, que se configura como a assinatura do poeta no texto.

Parece-nos um elemento visionário quanto ao respeito ao direito autoral, incluindo o acróstico impresso no cordel, que trata de uma das marcas registradas do autor.

Com a internet, o uso indiscriminado da produção alheia é percebido nos trabalhos acadêmicos (DIAS; OLIVEIRA, 2015) e na literatura popular também não é diferente. Esse problema foi identificado em narrativas orais de vários cordelistas de acordo com Gonçalo Ferreira, Manoel Monteiro (*In memorian*), Marcelo Soares e Medeiros Braga, em conversas que tivemos entre 2006 e 2013 nos corredores da BORAA. Por tal motivo, estreitou o nosso interesse em pesquisar o cordel e a autoria no espectro da CI. Enquanto pesquisadora, assumimos o nosso papel quanto ao compromisso e à responsabilidade de permitir dar voz a esses talentosos poetas por meio da escrita dessa tese. Por isso, no âmbito da pesquisa documental, utilizamos mais de 8 (oito) horas de gravações em DVD, já transcritas, do genuíno cordelista Manoel Monteiro (PB), *In memorian*. Tal registro decorreu de curso que o poeta ministrou em 2012, no Campus V na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Acrescente-se a essa transcrição 4 (quatro) horas de entrevista semiestruturada realizada na cidade do Recife, PE com a viúva do professor Átila Almeida, professora Ruth Almeida, em 2008. Nessa perspectiva, documento, independente do formato que assuma, refere-se a qualquer suporte que contenha informação. Esta se refere à potencialidade de produzir transformação cognitiva humana (LE COADIC, 1996).

As destoantes práticas que o cordel promove em seus plurais aspectos, a saber, o social, cultural e comercial, além de usar como documento central de análise, recorremos a leitura de textos acadêmicos como teses, dissertações, anais, artigos e livros, caracterizando-se como uma pesquisa bibliográfica. Sem embargo, os textos trabalhados incluíram as leituras

nas áreas do cordel, CI, representação da informação, memória, propriedade intelectual e direito autoral. É relevante ressaltar que os autores dos folhetos promovem atualmente textos em formato de livros e na internet, que tratam da concepção, gênese, estrutura e outras perspectivas sobre o folheto. A arrogância acadêmica às vezes revela o afastamento do estudioso em relação ao objeto de análise. Contrária a essa posição para descrever o documento de estudo, também nos apropriamos da visão do seu produtor, a saber, os cordelistas. Por isso, quanto aos instrumentos de coleta de dados, completamos com o uso de entrevista semiestruturada com os autores de folhetos para compreender a dinâmica da sua produção e relacionar quais elementos circulam o processo de inspiração, escrita, ressignificação e suas histórias sobre situações que envolvem a autoria.

Os estados da Paraíba e de Pernambuco possuem uma considerável produção dessa literatura (VIANNA, 2014), a saber, Beto Brito (PB), Cobra Cordelista (PE), José Costa Leite (PE), Marcelo Soares (PE), Marco di Aurélio (PE), Medeiros Braga (PB), entre outros. Ao passo que sua interiorização durante o século XX motivou uma gama de cordelistas presentes em todos os estados brasileiros, identificados mais de 3.000 poetas no projeto "Memória da cultura popular: poetas da literatura de cordel no Brasil".

Quanto à ótica da análise dos dados coletados, tratados e tabulados, propomo-nos a utilizar a hermenêutica enquanto exercício interpretativo dos textos eleitos para esse estudo nas seguintes perspectivas:

- (1) documental: identificados nos cordéis, na legislação, na lista de títulos dos folhetos do acervo da BORAA e nas gravações e transcrições dos registros oriundos de entrevistas e curso sobre cordel e;
- (2) bibliográfica: apresentados nos livros, nos periódicos, em anais, nas teses e nas dissertações produzidas em torno dos temas e subtemas que envolvem essa pesquisa.

A hermenêutica é usada enquanto lógica de análise que visa a relacionar e a confrontar distintos discursos, coletados nas entrevistas e nos impressos dos cordéis, e a sua carga simbólica, focalizando as suas nuances e plurivocidade. Em Ricouer (1969), esse posicionamento do pesquisador pode permitir potencialidades diferenciadas no processo de interpretação do jogo de símbolos que demarcam nossas raízes, nossas tradições e nossa cultura. No caso do cordel, a poesia, o paratexto e as imagens xilogravuradas ou desenhadas ou fotografadas carregam elementos significados de peculiaridade e criatividade ímpar, em que grupos sociais se reconhecem enquanto temática abordada e linguagem com sua riqueza vocabular local. A liberdade de escrita pode ser um elemento fundamental que conduz as pessoas a se reconhecerem nos folhetos - ler o que ocasionalmente não pode ser dito nos

demais registros de informação. Foucault (2000; 2002a) atenta sobre os espaços de liberdade discursiva, pois nem todos podem dizer o que quer em qualquer lugar. O sentido de lugar vai além do espaço físico, mas está posto nos símbolos, convenções, regras e documentos; por esses motivos, a utilização da hermenêutica procede enquanto análise do conjunto de discursos que envolvem os instrumentos coletados nessa pesquisa. No cordel, a liberdade narrativa e temática é ilimitada, podendo ser dito muito do que geralmente não pode ser enunciado em boa parte dos símbolos ou circuitos sociais.

No cordel, não só vislumbra em sua narrativa assuntos gracejosos e tratamento cômico e reveladores de "moralidade" (machismo, preconceito racial e de gênero, homossexualidade, conservadorismo político); também são temas de cordel: reportagens poetizadas de fatos políticos, econômicos, esportivos, pedagógicos, biográficos, policiais, crítica social, entre outros. Também há espaço para romances, mitos e histórias infantis atuais e as transmitidas por gerações (ALBUQUERQUE, 2011; 2013; SANTOS, 2015). Talvez essa abrangência fora um dos fatores desse reconhecimento secular e, por isso, podemos asseverar o seu caráter de enraizamento e de pertencimento cultural, sobrevivendo ao tempo e se incorporando aos novos formatos de informação e de comunicação. Do acesso e da leitura dos folhetos nas feiras livres, na primeira década do século XXI, recebemos cordéis de modo instantâneo por meio dos grupos do *facebook* e do *whatsapp*.

Essa resistência de sua existência ao longo das décadas no Brasil pode ser associada ao processo de recordação e implicados na formação da identidade nacional. O cordel, como elemento de recordar, participa como mais um foco ideológico, que vislumbra visões de mundo portadoras de recordações e construção de narrativa poética de histórias vivenciadas, ouvidas ou lidas. Ou seja, um solo fértil de personagens reais e lendários, conjugada da apartação de suas histórias dos livros ou outras fontes de informação (rádio, televisão, jornal, internet, principalmente, por meio das redes sociais), talvez tenham sido essenciais para a sua sobrevivência ao longo das décadas: sua capacidade de adaptar e de resistir. E, ao contrário do que se imaginasse, a internet potencializou o cordel, quiçá, dentre vários motivos, a conectividade, a preservação e a difusão, sendo sem dúvida crucial para a sua longevidade e entranhamento no circuito social. Por isso, o folheto se enquadra enquanto artefato de memória e informação (ASSMANN, 2011). Essa compreensão é claramente rimada por Medeiros, citado por Silva (2012, p. 136-140), da consciência do poeta sobre a pertinência do cordel no âmago da cultura brasileira:

O cordel é uma fonte
De costumes, de história,
De valores, de cultura,
De tempos de muita glória,
De tudo que constitui
De nossa gente a memória [...]

De algo tenho certeza
Suceda o que suceder
Televisão, *internet*
Tudo isso vai crescer
Porém, o nosso cordel
Sei que nunca vai morrer.

O acesso à informação é garantia legal brasileira a todo cidadão. Ao mesmo tempo que encanta o leitor, o cordel é espaço de expressão do modo de pensar acerca de suas experiências de vida e de costumes, do contrário, este não seria um objeto identitário. Podemos asseverar que se trata de um "documento de caráter civilizatório, [descrevendo e analisando] condutas e práticas sociais" (MAIA; AZEVEDO NETTO; OLIVEIRA, 2012, p. 101). O cordel brasileiro destaca-se como forma de expressão e de representação poética do povo sob a "perspectiva dos seus dilemas, da sua leitura de mundo, da resistência em manter viva [...] a sua voz, [reforçando o seu] componente civilizatório, [pois apresenta-se] para o mundo a sua pertinência cultural e patrimonial" (MAIA; AZEVEDO NETTO; OLIVEIRA, 2012, p. 88-89).

Assim, pensar numa perspectiva hermenêutica é entrecruzar o dito e o não dito, o que é mostrado e evocar o escondido. Não se trata da busca da verdade, pois essa é local e temporal, ou seja, a verdade em ciências humanas é situacional e provisória. O mundo é múltiplo de sentidos e, por isso, compreender a interpretação como um fenômeno simbólico e peculiarmente alicerçado na esfera cultural que o sujeito está inserido, com as suas conexões e articulações. O pensar, nessa perspectiva, é sempre processual e não se encerra no dito.

A hermenêutica em Ricoeur (1969) está alicerçada na Filosofia, balizada na relação entre o discurso, o simbólico e os seus conflitos. Considerando que a memória se inclui nessa relação, é percebê-la num mar de areia movediça com blocos flutuantes que se conectam. Esses blocos de memórias, mergulhados no esquecimento, são provocados a submergir por meio da hermenêutica, podendo essa flutuação trazer a tona e a ocupar espaços no plano aparente. Assmann (2011, p. 54) ilustra a mudança de perspectiva em torno da compreensão de "memória" a partir do impacto produzido na sociedade europeia em meados do século XV com a inserção da imprensa. A popularidade dela diversifica os temas e o acesso ao público, criando outras configurações de espaços de recordação distintos de outrora, quando os

registros manuscritos eram essencialmente vinculados aos textos sagrados e de restrita circulação e acesso. A imprensa amplia as questões relativas ao acesso e à circulação dos textos, promovendo na sociedade a necessidade por escolarização. Essa popularização da escrita e dos leitores produziu um rompimento em relação entre "memória divina" e "memória das gerações futuras". Assim, as práticas culturais e históricas vão reformulando concepções ao longo do tempo.

A interpretação é um modo de ver do pesquisador sobre o jogo simbólico que envolve o objeto e o contexto. Para Orlandi (1998, p. 64), interpretar é "construir sítios de significância" em determinados domínios. Nessa direção, ao nos debruçar sobre a produção gadameriana, esclarece-nos que a hermenêutica configura-se como um fenômeno, não se trata de um método ou de um "porto seguro" do ponto de vista metodológico. A hermenêutica em Gadamer (2015, p. 32) pode produzir uma potencial rota em direção ao conhecimento e à verdade.

O fenômeno da compreensão perpassa não somente tudo que diz respeito a o mundo do ser humano. Seu propósito é o de procurar por toda parte a experiência da verdade, que ultrapassa o campo de controle da metodologia científica, e indagar de sua própria legitimação, onde quer que a encontre.

Crítico da precária legitimação da verdade e do conhecimento que a ciência propõe, a exemplo do estabelecimento de ortodoxos critérios de cientificidade, a hermenêutica percebe o fenômeno a partir do processo de compreensão, considerando que as mudanças humanas são vorazes. Nessa direção, nossa análise sobre o objeto repousa na perspectiva filosófica, ancorada na cultura e na história do sujeito sobre as práticas sociais (GADAMER, 2015).

Do ponto de vista da hermenêutica, o foco inicial da pesquisa na ciência humana é a consciência vivida, que confere relação entre a razão e a experimentação do mundo e, por tal motivo, essa tese é também um exercício de re-memorização, buscando aproximar o nosso objeto de estudo a nossa trajetória de vida. Essa interação é capaz de produzir sentido no sujeito. Assim, é permitido afirmar que nessa acepção, a consciência é circunstancial e é o ponto de partida para o início da escrita e das escolhas acadêmicas para alcançar o "juízo", que trata da faculdade de gerar o argumento. Este tem o papel de demonstrar a lógica da razão. Contudo, algo que torna peculiar na escrita ou consciência dos sujeitos é a experimentação do mundo proporcionada pelos sentidos; o que Gadamer (2015, p. 84) entende com a denominação de "gosto". A mediação entre o "gosto" e o "juízo" é proporcionada

pela "vivência", pois esta é responsável pela impregnação no sujeito do conjunto simbólico produzida pela cultura e pela vida.

Gadamer (2015) propõe uma Filosofia prática, que permita o sujeito a se posicionar e apresentar a percepção de sua realidade, a sua verdade. A Filosofia prática permite ao sujeito refletir a sua experimentação, o seu mundo, a sua cultura, a sua sociedade. E esta mesma Filosofia teria a capacidade de aguçar as funções cognitivas do sujeito em direção do seu saber prático. Essas funções ativadas e reavivadas pela prática possibilitam que o sujeito promova argumentos fundamentados. Eis os alicerces da hermenêutica filosófica, que não carrega qualquer pretensão de produzir postulados universais, concluir qualquer linha argumentativa ou atribuir sentenças mascaradas de verdades absolutas (GADAMER, 2015). Ao contrário, a hermenêutica filosófica parte do pressuposto que a capacidade humana é capaz de produzir simbólicos de modo plural em função de sua sagacidade de ressignificá-los e estabelecer múltiplas possibilidades de leitura sobre tal produção. É nessa vertente que desenvolvemos nossa tese, imprimindo uma releitura do cordel na perspectiva da CI. Nessa direção, o cordel foi detalhado na expectativa do seu tratamento e organização enquanto prática de leitura vivenciada e ressignificada "por meio de suas correlações entre sujeito/autor e discurso/texto [e] dispersão/unidade" (ORLANDI, 1998, p. 69).

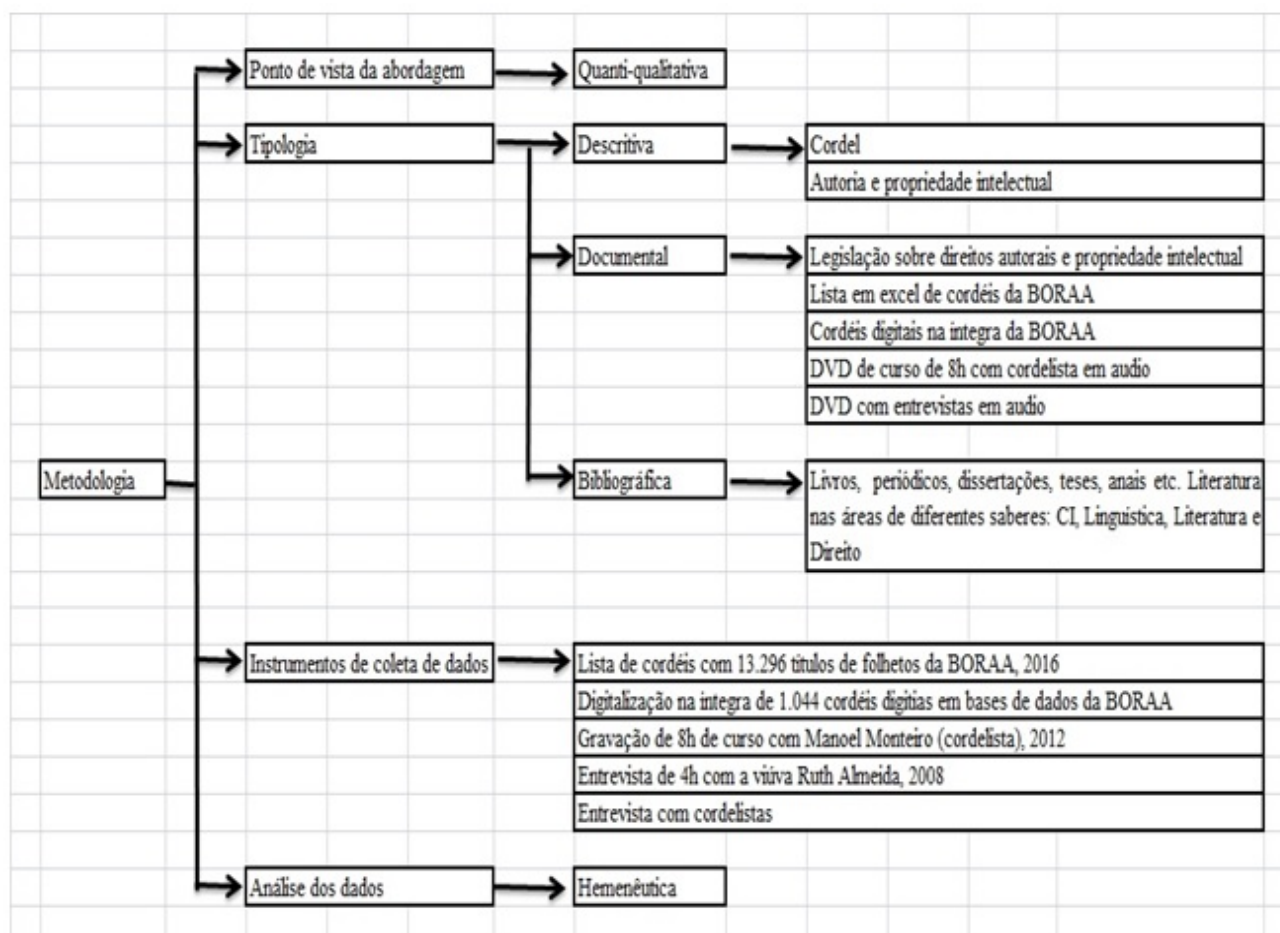
Essa tentativa de teorizar o humano, encaixando-o numa espécie de cientificidade e de esclarecimentos excessivamente técnicos, que "explicariam" a sociedade e a natureza com certa previsibilidade, aponta para a perda da capacidade do sujeito em se espantar com o mundo, de filosofar (GAARDER, 2012). Gadamer (2015) também constata e chama-nos a desenvolver um pensamento reflexivo diante do mundo, sermos curiosos e a questionarmos a nossa realidade social e natural. A hermenêutica filosófica proposta atenta-nos para reagirmos, posicionarmos, dialogarmos e de registrarmos a marca de nossa existência, sobretudo, como processamos e lemos o mundo, a natureza, as coisa e o outro. Nessa coerente direção, Gadamer (2015, p. 358) é enfático: "compreende-se a si mesma a partir de sua história. A consciência histórica é uma forma do autoconhecimento". Nisso, cremos que repousa o elemento central da hermenêutica, exercitar o "autoconhecimento".

Compreender e interpretar são dois processos indissociáveis e fundamentais para construção de um trabalho hermenêutico. Compreender um texto ou uma prática é saber aplicá-las à situações reais e nisto reside a interpretação, saber fazer. Com o intuito de possibilitar um processo interpretativo coerente com o objeto em foco e suas relações. No nosso estudo, envolve o cordel e as suas conexões com a CI, direito autoral e propriedade intelectual. Essas conexões se fortalecem e se entrelaçam por meio da força das TICs, que

permitiram a disseminação, o acesso e a democratização de volume gigantesco de informação. Estreitaram as relações entre usuários e a disponibilização em tempo quase imediato do momento no ato de produzir e de destinar a informação (SILVA, 2014). Cordelistas desconhecidos passam a ter visibilidade em função da internet; e o próprio documento se infiltra nas malhas da rede que garante penetrabilidade e prosperidade ao folheto e aos seus produtores. Por isso, a CI é chamada a pensar o cordel também no contexto das tecnologias digitais no que perpassa o seu tratamento, armazenamento, disseminação, acesso, usos e abusos e, por tais motivos, nos parece pertinente e frutífero o debate da autoria na literatura popular.

Por meio da Figura 1, desenhamos o organograma síntese que retrata o nosso percurso metodológico, eis:

Figura 1: Desenho metodológico da tese.



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Concretizando a perspectiva da hermenêutica filosófica gadameriana, a Ciência da Informação incluiu-se no nosso estudo como aporte metódico, permitindo refletir sobre o

cordel do ponto de vista do registro, do documento, da inscrição da informação num dado suporte. Esse olhar se legitima quando percebemos o potencial de pesquisa e de produção acadêmica acerca do nosso objeto de análise e suas conexões no âmbito da autoria e da propriedade no contexto da CI.

Por fim, mas não conclusivamente, tentamos do ponto de vista da narrativa proporcionar embate sem incorrer na falácia da conclusão. Quisemos propor diálogo fecundo, permitindo potencializar outras possibilidades de pesquisa *a posteriori* envolvendo os aspectos da autoria e da propriedade intelectual em meio as facetas que o cordel propicia. Sugestionada por Rodríguez (2012), não hesitamos em usar escrita criativa, dentro de certos limites em função do respeito ao espaço de enunciação, a saber, a universitária. Buscamos nos aproximar do nosso anseio de inovar inclusive, permitido pelo próprio objeto de análise: um documento pertencente à literatura popular. Tal escolha distancia-se do "luxuoso cárcere de grades de ouro" (RODRÍGUEZ, 2012, p. 17), exercitando a capacidade de expor as nossas vivências em meio às opções conceituais e documentais que foram utilizadas nessa tese. Tal vivência atrela-se ao uso de argumentos que justificam e fundamentam nossas escolhas enquanto mulher, mãe, professora, pedagoga, bibliotecária, pesquisadora, amante da literatura popular, nordestina e brasileira. Para além dos papéis sociais que assumimos ao longo de nossa trajetória (FOUCAULT, 2000; 2002b), somos sujeitos de uma história e imersos num contexto sociocultural. É nessa perspectiva que entendemos o papel da produção desta tese no processo de construção de uma ciência que de fato incorpore os princípios de humanidade. Comprometemo-nos a uma escrita reflexiva e coerente com a nossa trajetória de pesquisa, usamos de caráter inventivo e criativo necessários às produções no âmbito das ciências humana e social aplicada. Opomo-nos ao objetivismo puro e à tentativa de uma rigidez metodológica própria da ciência exata (RODRÍGUEZ, 2012).

A hermenêutica gadameriana inclui-se nessa tese como um exercício reflexivo que vise a atrelar a Ciência da Informação e autoria em cordel. Nos sistemas de informação, o registro de autoridade é um elemento crucial concernente à identificação do sujeito produtor, seja no processo de descrição individual ou coletiva; nas normas de descrição, esse ponto de acesso assume, portanto, pertinência singular. Implica em questões das formas do direito de acesso, restringindo ou permitindo o uso do conteúdo de modo restrito ou irrestrito do cordel. A autoria obedece a uma ordem de controle e perpassa a esfera do direito do produtor. Quem produziu, quando e onde, identifica, contextualiza e legitima o discurso dos poetas populares que secularizam a sua existência por meio desse documento que encanta pela sagacidade, pela atualidade, pela flexibilidade temática, quanto também, por seu caráter universal.

3 O CORDEL: matizes históricas e a ressignificação do seu conceito na perspectiva da Ciência da Informação

O cordel, definitivo,
Pôde um conceito ganhar:
**"É POESIA NARRATIVA
IMPRESSA POPULAR"**,
Por essa forma, podendo
O que se pensa narrar. [...]

Vamos, pois, efetivar
Sua comunicação.
O CORDEL que no passado
Foi o "**Jornal do Sertão**"
É hoje a biblioteca
Muitas páginas, por lição.
(BRAGA, [21--a], p. 01-20, grifo nosso).

Uma prática ou um documento/artefato/objeto são considerados elementos de tradição quando, além de se perpetuar num grupo social através dos tempos, constituem-se de capacidade regenerativa. Partimos da crença que a tradição não se ancora num processo de fria reprodução das rígidas práticas do passado, mas na atualização e no seu reconhecimento do homem no presente. Ilustrando a vivacidade inerente à tradição, Jarman (2001) descreveu o caso do desfile Ordem Laranja na Irlanda do Norte que, ao longo de cada ano, buscou reforçar a identidade irlandesa por meio de símbolos (tipo de tecidos das bandeiras, cores, roupas e outros objetos) que foram incorporados e, em outros casos, substituídos ao longo dos séculos. Essa modernização reforçou a ideia do relevante papel da mistura heterogênea de costumes locais, processo que agrega sujeitos e fortalece essa prática identitária.

Segundo preceitua Latour (1994), é relevante atentar para o aspecto da multiplicidade de relações que os fenômenos possuem quando analisados. Por isso, compreendemos o fenômeno da tradição em sua perspectiva processual e dialógica. A tradição é um elemento fundamental para que entendamos o motivo pelo qual o cordel se perpetuou, se expandiu territorialmente (ALMEIDA; ALVES SOBRINHO, 1978, v. 1; CAVALCANTI, 2007; GUILLEN, 2002, HAURÉLIO, 2010; 2012) e vem ganhando visibilidade como representação da cultura nordestina e nacional.

Há uma ideia no senso comum que a tradição é constitutiva e legitima-se apenas por seu aspecto atemporal, sendo tudo aquilo que permanece ao longo dos anos e, acrescenta-se a

falsa noção de sua imutabilidade. Contudo, percebemos que para além das décadas ou séculos, os objetos e as práticas de manifestação cultural adquirem o título da tradição por possuir valor informativo e identitário. Os sujeitos se reconhecem nos objetos/coisas e nas práticas sociais porque se atualizam e, por isso, conseguem se manter. Miller (2013), estudando o coletivo social, analisa o papel dos objetos e o seu significado simbólico cultural em seus fazeres e práticas ambientais, visando a consolidar o sentido de identidade e de tradição. Ou seja, a tradição, além de ser uma escolha social, está condicionada a sua capacidade de se atualizar e de agregar os elementos do presente vivido. Exemplificando como o cordel consegue abarcar essa mutabilidade, o cordelista Braga ([21--a], p. 03-07) descreve em um dos seus versos como ocorreu a renovação das práticas de venda do cordel, das feiras e ganharam espaço em bancas de jornal e nas livrarias:

De início eram vendidos
Nas feiras das redondezas
Sobre lonas pelo chão,
Então em cima das mesas
Lá cantavam os poetas
Suas estrofes belezas. [...]

A procura por cordéis
Cada dia cresce mais,
São eles hoje vendidos,
Das vilas às capitais,
Em feiras, praças, mercados
E nas bancas de jornais.

Complementando, Diniz (2001, p. 03), além de reforçar a forma de venda dos folhetos, inclui alguns dos temas passíveis dessa forma de representação poética:

Os folhetos de cordel,
Nas feiras eram vendidos,
Pendurados num cordão
Falando do acontecido,
De amor, luta e mistério,
De fé e do desassistido. [...]

A minha literatura
De cordel é reflexão
Sobre a questão social
E orienta o cidadão
A valorizar a cultura
E também a educação. [...]

Mas trata de outros temas:
Da luta do bem contra o mal,
Da crença do nosso povo,

Do hilário, coisa e tal
E você acha nas bancas
Por apenas um real.

Na internet, os cordelistas conquistam cada vez mais espaço e leitores. E Haurélio (2012, p. 13) atenta: "os cordelistas de hoje publicam parte do texto na *web* e interrompem justamente no momento mais interessante, estimulando a curiosidade e obrigando o leitor virtual a adquirir a obra para conhecer o final". Prática chamada de "deixa", feita nas feiras livres por meio da oralidade, declamando os cordéis para o público e interrompendo a leitura para gerar a curiosidade e a venda. E Braga complementa ([21--a], p. 08):

Esse folheto de feira
Que chamamos de cordel
Com as regras definidas,
Com seu formato fiel
Esse é todo brasileiro
E nós temos a granel.

Na mesma poesia, Braga ([21--a], p. 05) realça a identificação e aceitação social do cordel, mencionando a sua interiorização e expansão territorial:

Já não é só no Nordeste
Que o cordel se vê mais,
Também é composto e lido
Lá pelas Minas Gerais,
São Paulo, lá pelos pampas,
Acre, Rondônia, Goiás.

Pelo Rio de Janeiro
Já tem muito menestrel,
E essa literatura
Fazendo um belo papel
Tem a sua Academia
Brasileira de Cordel.

Os versos demonstram, na visão do cordelista, a noção de atualização e de ampliação desse documento pelo território nacional. Almeida e Alves Sobrinho (1978, v. 1) sinalizaram nas biografias dos cordelistas publicadas em seu dicionário, o fluxo geográfico de alguns poetas (ANEXO B), gerando mobilidade do cordel para além da sua região matriz, o nordeste. Podemos apontar possíveis motivos envolvendo esse percurso migratório para além do território nordestino: (a) a presença dos seus produtores em outros locais do Brasil, (b) a perseverança do nordestino em difundir e manter as suas raízes independentemente onde estiverem e (c) a flexibilidade e incorporação que o documento permite na construção dos mais variados temas e narrativas. Como exemplo, identificamos a tese de Porfiro (1999) e

Guillen (2002), que analisam o papel pedagógico e social do cordel produzidos nos estados do norte do Brasil.

Tais considerações nos permite perceber que existe algo na essência do cordel, mas há elementos que se renovam, garantindo novos aspectos sem descaracterizá-lo. cremos que a versificação, a métrica (por meio das sílabas de cada verso e sua tonicidade, estabelece o ritmo) e a forma direta como são redigidas as narrativas marcam a essência inerente desse documento (ACADEMIA..., 2016). Acrescenta ao cordel uma "alma" genuína, a sua adaptabilidade, o que nos permite entender a sua resistência ao tempo e às tecnologias da comunicação. Retomando Jarman (2001), a tradição é uma invenção social e, baseando-se nos costumes do uso de bandeiras em festividade na Irlanda do Norte, situa a mutabilidade dos símbolos e de outras formas de apresentação visual que são agregados, garantindo o nosso argumento de que a tradição sobrevive da releitura do atual, ou seja, uma ressignificação do passado no presente e não de reprodução fria de um longínquo passado.

Dentre vários motivos, o uso da tradição pode ocorrer pela tentativa de garantir algo que justifique a existência de um grupo social e seus vínculos. Também pode o discurso da tradição ser utilizado para fins financeiros, caso espanhol descrito por Buendia e Silveira (2011). O fato é que há uma necessidade de nos agarrar a elementos que nos agreguem enquanto grupo; uma condição para nos sentirmos humanos. No caso do cordel, é uma expressão que nos permite sentir sermos nordestinos e brasileiros. De modo crítico, a releitura dos fatos épicos (acontecimentos que demarcam natureza histórica) à atual conjuntura brasileira também é percebida nos cordéis. Trata-se da capacidade de assimilação e ressignificação dos fatos de ontem e, não tão distante do hoje. Eis um dos cordéis que ilustra essa ideia:

A antiga e famosa Roma
Com seus temíveis leões,
Sua espada, seus exércitos
Intimidando nações,
Invadiam, dominavam
E povos escravizavam
Com tamanhas ambições. [...]

Famílias sérias, honradas,
Que viviam em liberdade
Sentiam o cheiro da morte,
Da prisão, da crueldade.
Antes livres, fortes, bravas,
Foram tornadas escravas
Pra sua prosperidade. [...]

Era grande o desemprego,
 Desespero, a aflição,
 Por um teto, por guarida,
 Por um pedaço de pão
 Para calar, sem bonança,
 O choro duma criança
 Faminta, deitada ao chão. [...]

Comida e divertimento
 Eram, pois, fundamentais
 Para se abafar as causas
 Dos problemas sociais,
 Nessa turbulência louca
 Nada como um cala-boca
 Nos moldes imperiais. [...]

Distribuir alimento
 Só para a fome passar,
 Manter sem falta, e depois,
 Ele sem desconfiar,
 Passar a lhe dar, constante,
 Divertimento o bastante
 Pra que não possa pensar.

Eis aí o “Pão e Circo”
 Lá do Império Romano,
 Um programa de governo
 Que tinha por seu engano
 Calar as vozes das ruas
 E manter de formas cruas
 O seu poder soberano. [...]

Com o “Parnem et Circenses”
 No Brasil já implantado
 O poder nada atendia,
 Tudo estava dominado,
 E quem não tolera estorvo
 Nunca ouve a voz do povo
 Pra não ser contrariado.

E a saída, qual é?...
 Não canso de repetir:
 É a educação do povo
 Só ela que pode abrir
 Com saber, o seu facheiro,
 O caminho ao pegureiro
 Em destinos ao porvir.

A educação política
 Sendo bem feita ao redor
 É a única alternativa
 Pra suprimir o pior,
 Tendo o saber como remos
 O mundo navegaremos

Para deixá-lo melhor (BRAGA, [20--b], p. 01-12).

No cordel, o autor alinha séculos, aproximando a política do "Parnem et Circenses" aplicada no antigo império romano no período anterior a Cristo à realidade brasileira do século XXI, quando vivenciamos as práticas de diversão midiática como forma de mascarar os problemas que nos assolam a exemplo de cortes orçamentários em educação, em saúde e em segurança. Essa capacidade de transversalizar o ontem e o hoje possibilita ao cordelista aplicar o caráter universal na narrativa. Essa relação entre a descrição de um dado momento e sua atualização na percepção da narrativa do cordel é nominado por Monteiro (2012) de "novo cordel". Analisando o seu discurso, Monteiro (2008, p. 06, grifo do autor) descreve em poesia esta percepção:

Felizmente, estamos vendo
Na escola brasileira
Os docentes trabalhando
Nosso 'folheto de feira'
Por ser um paradidático
Alegre, expressivo, prático
'Contamina' a classe inteira

O NOVO CORDEL além
De ser entretenimento
Informa, educa, instrui
O povo a todo momento
Janduhi, muito obrigado
Por teres solicitado
Este meu depoimento.

Acresce a essa reconfiguração do "novo cordel" o seu caráter pedagógico e o cuidado com a escrita impecável. Nessa direção, acreditamos que um dos possíveis motivos da expansão e da aceitação territorial ocorreram, pois o cordel é um produto cultural de natureza flexível, que consegue se adaptar em cada realidade local, mas sem perder a sua essência. É nessa perspectiva, contrariando a lógica eurocêntrica asseverada por Curran (2011), que coadunamos com a tese defendida por Abreu (1993) ao assinalar que os portugueses trouxeram em seus navios uma ideia de cordel e, chegando no Brasil, este assumiu formato, estrutura, linguagem, imagética e temáticas peculiares. Aderaldo Luciano, poeta e estudioso do cordel revela, em entrevista cedida a Cavalcante (2015), que o cordel brasileiro deve ser respeitado, pois se trata da primeira forma poética genuinamente nacional. Vianna (2014, p. 71) complementa acerca dos nossos folhetos: "se tais histórias chegaram aqui em prosa, quadra ou mesmo em sextilha, é um destaque que, em absoluto elimina a influência ibérica no cordel brasileiro". Monteiro (2016, p. 05) arremata:

[...] falar da chegada da violência já foi falada; falar da chegada de um pavão misterioso já foi falado; [...] o sertão antigo (o sertão de ontem) já foi registrado e muito bem, com graça, com capacidade [...] pelos poetas antigos. Hoje pessoal, hoje o cordel está sobrevivendo e de uma maneira maravilhosa como nunca esteve [...] no Brasil [...]. Eu estou dizendo isso para algumas pessoas desinformadas. [...] O cordel não é coisa do passado; o cordel é coisa do presente e nunca teve tanta evidência como agora.

Percebemos que o significado dos objetos está no impacto social e afetivo que causa sobre o grupo; quando adquire um tipo de status, conferindo-lhe uma espécie de consciência no coletivo, pois há o reconhecimento humano em função do caráter processual (MILLER, 2013). Talvez esse reconhecimento, segundo Oliveira (2012), tenha encantado o professor francês da Universidade de Sorbone, França, Raymond Cantel, estudioso em poesia popular brasileira que definiu cordel como narrativa impressa e de caráter popular. O pesquisador cearense Gilmar de Carvalho acrescenta que tal encantamento dos europeus em relação ao cordel brasileiro dos séculos XX e XXI é que perceberam a existência de um tipo de prática cultural viva, atual e reordenada, com peculiaridades do nordeste brasileiro, quando já fora "mumificada" no velho mundo (OLIVEIRA, 2012). Mendes (2006, p. 23) reforça a relevante contribuição da Raymond Cantel e acrescenta ao conceito o elemento da pureza, pois "exprime os verdadeiros sentimentos do povo [e] atraente, porque eleva nossas almas e sensibiliza dos nossos corações". Diniz (2001, p. 01) resume com maestria o conceito de cordel na perspectiva brasileira:

Literatura de Cordel
É poesia popular,
É história contada em versos
Em estrofes a rimar,
Escrita em papel comum
Feita pra ler ou cantar.

Seguindo essa vertente, lembramos de fato ocorrido em 2011, quando vimos os folhetos produzidos nos anos de 1700 da coleção do professor português Arnaldo Saraiva em exposição intitulada "Teia de cordéis", promovido pelo Museu de Arte Popular do Recife, Pernambuco. A estranha sensação ao caminhar pelos labirintos do museu é que algo estava estático e no passado e não conseguíamos nos reconhecer. Não foi por causa do suporte amarelado, revelando a sua idade, mas as imagens das capas, os temas, os termos usados na escrita (SARAIVA, 2011a; UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA, 2011). Os cordéis ali expostos pouco nos atraíram quando os lemos, contrariamente aos produzidos pelos poetas brasileiros, que nos faz imergir em nossas lembranças, expressos nos assuntos,

na narrativa e nas peculiaridades de ordem linguística utilizada. Latour (1994) pode nos explicar tais sensações, pois experienciamos o aspecto politécnico do fenômeno, ou seja, um mesmo fato ou objeto pode ser compreendido pela multiplicidade de relações. No nosso caso, não nos sentíamos ambientados com um documento cujas temáticas e termos utilizados distanciavam-se do nosso universo cultural.

Isso significa que cordel produzido no Brasil ou por cordelistas brasileiros assume características que se distanciam dos originários europeus e, por tal motivo, podemos assegurar que a prática cultural da produção do cordel brasileiro passou por um forte processo de ressignificação em vários aspectos, reforçando o seu caráter peculiar, representando um produto identitário nordestino e brasileiro.

O cordel, confundido, às vezes, por "opúsculo, plaquete, livrinho, livreto, separata, folha (solta, volante) e, como ocorria no século XVIII, papel, [também sofre variação quanto ao] formato, número de páginas, tipo de papel, conteúdo e até os modos de comercialização" (SARAIVA, 2011a, p. 5). Documento de caráter literário, por vezes marginalizado nos espaços institucionais de saber, o folheto ganha visibilidade internacional e estatuto de fonte de informação e de pesquisa (MAIA; AZEVEDO NETTO; OLIVEIRA, 2012, p. 100).

Tal mutação envolveu a sua capa, versos, metrificação, estrofes, temática, expressões linguísticas, entre outras. Significa também reforçar o discurso que os objetos "não falam por si", ou seja, não são "agentes auto-suficientes" (GELL, 1998). Embora Gell (1998) esteja inserido na discussão nos campos da Arte e da Antropologia, capturar essas contribuições são de suma relevância para a CI, principalmente, para perceber os seus efeitos no conceito de informação (LE COADIC, 1996). Asseverar que o significado não consiste no objeto/documento em si próprio, mas na apropriação que o sujeito atribui a partir de suas práticas culturais. Então, o cordel, nessa concepção, é representativo porque um grupo social o elege. Percebemos que se trata de uma representação da representação. O cordel é um documento e assume um estatuto representativo no momento que descreve eventos ou personagens, independente de serem inanimados ou reais. O fato de ser eleito objeto cultural, confere-lhe um outro patamar, um outro sentido, pois, nem todo documento adquire esse estatuto. Nessa direção, a contribuição da Antropologia para a CI está no fato de alertar que a produção humana decorre diretamente de suas ações e interpretações. Uma pedra está no mundo independentemente da existência humana, contudo, o fato de simplesmente atribuir ao objeto uma nomeação, estamos no campo da significação, ou seja, da representação

(AZEVEDO NETTO, 2008). Melhor explicando, estamos atribuindo um sentido ao mundo, limitado por nossas experiências, perspectivas, expectativas e abstrações.

No âmbito da CI, as atividades de representação estão intimamente vinculadas às práticas de recuperação da informação. Nessa direção, representar envolve a descrição como uma atividade imprescindível para a atribuição de sentido aos elementos que entornam o documento (FRANCELIN, 2010; KOBASHI; FRANCELIN, 2011; KRIEGER, 2000). Representar para a CI consiste num processo de atribuição de sentido de modo orientado, buscando desenvolver padrões nos formatos físicos, de conteúdo e de contexto (AZEVEDO NETTO, 2007; 2008). Por isso, refere-se a uma atividade de

cunho intelectual, que exige habilidade na interpretação do conteúdo documental, conhecimento histórico acerca do produtor que no caso dos cordéis é o autor intelectual do documento, bem como da época em que foi produzido. Também se fazem necessárias competências de cunho linguístico para a escolha dos termos que melhor represente o conteúdo desse gênero (MAIA; AZEVEDO NETTO; OLIVEIRA, 2012, p. 93-94).

Livros, periódicos, teses, quadros, roupas, pertences e textos pessoais ou institucionais, entre outros, são objetos construídos pela ação humana e que possuem sentidos múltiplos em função do contexto de produção. Mas, como acessá-los de forma estruturada em espaços socialmente legitimados? Na Europa e na América do século XIX, é conferida a institucionalização dos arquivos, bibliotecas, centros de informação e de documentação e museus, responsabilizando-os pela seleção, guarda, organização e disponibilização. Esses espaços existiram desde a Antiguidade, mas, foi na Era Moderna que dois princípios nortearam essas instituições: a padronização descritiva (determinar a valoração, capacidade de agrupar e classificar as coisas e a função dos espaços) e a democratização (garantindo a conservação, acesso e uso).

Diante da coleção da BORAA, que somou em 2013 o total de 13.296 (treze mil, duzentos e noventa e seis) títulos de cordel (MAIA, 2013), observamos que a descrição sugerida pelo Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR₂)² não contempla as sutilezas necessárias para atender as demandas de informação dos usuários deste tipo de acervo. Várias foram as sugestões dos usuários desta biblioteca quanto às expectativas de informação sobre os folhetos. Nossas leituras apontaram para uma reorientação quanto à percepção sobre o cordel. Das teses e dissertações lidas, os capítulos destinados a sua explicação enveredam para

² Sigla que representa o termo original em inglês, a saber: *Anglo-American Cataloguing Rules*.

a vertente eminentemente literária. Como estamos no campo da CI quanto às práticas de representação da informação, descrevemos o nosso objeto em tal perspectiva.

3.1 NECESSÁRIA EXPLICAÇÃO ACERCA DAS PRODUÇÕES DE TESES SOBRE CORDEL

Diferenciando-se da dissertação, uma tese está alicerçada no ineditismo. A escolha do tema e/ou a forma de abordar o objeto de estudo precisa ter algo que a diferencie de outras produções da mesma natureza. Assim, vamos recorrer e realizar levantamento às teses publicadas na Biblioteca Digital de Tese e Dissertação (BDTD) sobre o objeto de estudo: o cordel. Consideramos a suficiência e relevância das informações coletadas no banco de dados da BDTD, pois possuem cadastradas 101 instituições, o registro de 371.421 documentos, 132.993 teses e 238.428 dissertações (INSTITUTO BRASILEIRO..., 2015).

A pesquisa na base foi realizada em 07 (sete) de agosto de 2015, utilizando de diferenciadas estratégias de busca avançada com os seguintes filtros:

- a) Estratégia 1: país: "br" + resumo: "cordel" + grau: "Doutor", localizamos apenas 2 (duas) teses;
- b) Estratégia 2: país: "br" + Idioma: "pt" + resumo: "cordel" + assunto: "cordel" + grau: "Doutor", localizamos apenas 5 (cinco) teses;
- c) Estratégia 3: assunto: "cordel" + grau: "Doutor", localizamos 19 (dezenove) teses. Contudo, 2 (duas) destas já se repetiram nas estratégias anteriores e, por motivo desconhecido, a base recuperou uma tese em física³ sob o tema "das frequências quase normais". Desse modo, nessa terceira estratégia, foram recuperadas 16 (dezesesseis) teses.

Observando as 3 (três) primeiras estratégias, tivemos que ampliar a busca, diminuindo os seus filtros para obtermos um número satisfatório de respostas para análise, conforme a 3ª estratégia. Esses dados já sinalizam que o objeto cordel, a título de doutorado, possui diferenciados campos de estudo.

Em 1ª de dezembro de 2015, realizamos mais outra estratégia usando o termo "folheto", pois se trata de uma quase-sinonímia para o termo "cordel", eis:

³ Foi recuperada uma tese vinculada ao Instituto de Física da Universidade de São Paulo, a saber, "Estudo das frequências quasinormais das p-branas negras" de autoria de Jéferson de Oliveira (2010). O texto não se relaciona ao propósito do nosso estudo e, por isso, não a incluímos no Quadro 1 (INSTITUTO BRASILEIRO..., 2015).

d) Estratégia 4: assunto: "folheto" + grau: "Doutor", recuperamos 6 (seis) teses, as quais 2 (duas) tratam de tese em Psicobiologia⁴ e outras 3 (três) se repetiram nas buscas que realizamos anteriormente⁵.

Somadas as 4 (quatro) estratégias dos títulos das teses e subtraindo as repetições e os documentos que destoam do nosso objeto de estudo, obtivemos uma lista com 24 (vinte e quatro) teses, organizadas no Quadro 1:

Quadro 1: Levantamento de teses na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) sobre o objeto de estudo "cordel" e "folheto".

Estratégia 1			
Título	Autor	Objetivo do estudo	Programa de Pós-Graduação vinculado
Literatura de cordel, educação e formação da consciência crítica	José Cláudio Mota Porfiro	Elaborar historiografia do criticismo sócio-político e educativo do cordel na realidade dos estados do norte (Acre e Amazonas) do Brasil.	Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, 1999.
Os sete pecados capitais: numa abordagem gráfica	Elaine Corsi	Realizar um estudo prático/teórico sobre a obra "Os sete pecados capitais" realizados por Elaine Corsi, em xilogravura, no ano de 2006.	Instituto de Artes da Universidade Estadual de Campinas, 2013.
Estratégia 2			
Manoel Monteiro e as várias faces do texto de cordel	Maria do Socorro Moura Montenegro	Discutir acerca das práticas de apropriação do conteúdo paradigmático-publicitário dos cordéis produzidos pelo poeta Manoel Monteiro.	Programa de Pós-Graduação em Lingüística da Universidade Federal da Paraíba, 2014.
A polifonia do cordel de simbólica católica: contrapondo reducionismos interpretativos	José Carlos Cariacás Romão dos Santos	Analisar pressupostos que se mostram reducionistas em pesquisas sobre a literatura de cordel em sua dinâmica religiosa.	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010

⁴ As duas teses recuperadas pelo sistema de busca da BDTD e vinculadas ao Programa de Pós-Graduação em Psicobiologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte foram: (1) "Expressão de fos após pulso de escuro no núcleo pré-geniculado do tálamo do sagui (*Callithrix jacchus*)" de autoria de Ruthnaldo Rodrigues Melo de Lima (2014) e (2) "O núcleo supraquiasmático e o folheto intergeniculado do Mocó (*Kerodon rupestris*): projeções retinianas e caracterização imuno-histoquímica" de autoria de Expedito Silva do Nascimento Júnior (2017). Nitidamente, o sistema falhou na resposta da informação solicitada e, por isso, não foram incluídas no Quadro 1 (INSTITUTO BRASILEIRO..., 2015).

⁵ As 3 (três) teses que se repetiram no sistema da BDTD nos filtros estabelecidos nas estratégias de busca foram: (1) "Manoel Monteiro e as várias faces do texto de cordel" de autoria de Maria do Socorro Moura Montenegro (2014); (2) "A permanência de aspectos orais no romance de folheto" de autoria de Marcelo da Silva Amorim (2008) e, (3) "Cordel português/folhetos nordestinos: confrontos um estudo histórico-comparativo" de autoria de Márcia Azevedo de Abreu (1993) (INSTITUTO BRASILEIRO..., 2015).

O discurso do cordel sob perspectiva de gênero	João Bosco Bezerra Bonfim	Estudar o discurso do cordel e o seu uso na escola para ensinar gênero em sala de aula.	Programa de Pós-Graduação em Lingüística da Universidade de Brasília, 2009.
O cordel no fogo cruzado da cultura	Vilma Mota Quintela	Evidenciar as condições concretas da existência do cordel como um gênero e um sistema cultural específico.	Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística da Universidade Federal da Bahia, 2006.
Aspectos e impasses da poesia de Patativa do Assaré	Claudio Henrique Sales Andrade	Descrever as características e os impasses que singularizam a poesia de Patativa do Assaré no âmbito de literatura brasileira.	Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira da Universidade de São Paulo, 2008.
Estratégia 3			
A permanência de aspectos orais no romance de folheto	Marcelo da Silva Amorim	Analisar o aspecto da reiteração nos romances de folheto e outros traços distintivos desse tipo de literatura.	Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2008.
Cordel: memória e comunicação em rede	Alexia Carvalho Brasil	Entender o cordel como uma solução de comunicação em rede e de memória compartilhada, produzida e disseminada através de poetas, cantadores, gráficos, editores, agentes, leitores e ouvintes.	Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica da Universidade Católica de São Paulo, 2006.
Perspectivas do folheto de cordel na sua transposição dos sertões para os centros urbanos	Raymundo José da Silva	Verificar a transição dos folhetos do antigo meio social sertanejo para a vida urbanizada em meio a concorrência das diversas formas de comunicação e expressão cultural.	Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.
Vozes do fim dos tempos: profecias em escrituras midiáticas	Linduarte Pereira Rodrigues	Entender e explicar como se dão as relações humanas mediadas pela linguagem numa sociedade composta por visões de mundo que permeiam as práticas dos sujeitos através de valores individuais e coletivos.	Programa de Pós-Graduação em Lingüística da Universidade Federal da Paraíba, 2011.
A permanência do ciclo místico-religioso na literatura de cordel e sua correlação com os níveis de construção textual	Antonio Carlos Ferreira Lima	Investigar a permanência do ciclo místico-religioso na literatura de cordel nordestina em níveis de construção textual.	Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística da Universidade Federal de Alagoas, 2008.

Literatura popular de cordel: dos ciclos temáticos à classificação bibliográfica	Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque	Analisar, do ponto de vista da semiótica e discursivização, o nível mais superficial do percurso gerativo da significação, proposto por Greimas da Escola Semiótica de Paris, os temas utilizados pela literatura popular de cordel, visando à expansão da classe de literatura nas classificações bibliográficas.	Programa de Pós-Graduação em Lingüística da Universidade Federal da Paraíba, 2011.
A cultura dos cordéis: território(s) de tessitura de saberes	Patrícia Cristina de Aragão Araújo	Compreender a dimensão educativa dos folhetos de cordel tecida no cotidiano e na cultura popular.	Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, 2007.
Cordel português/folhetos nordestinos: confrontos um estudo histórico-comparativo	Márcia Azevedo de Abreu	Identificar os mecanismos adaptativos da literatura de cordel lusitana em relação aos folhetos nordestinos.	Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, 1993.
Perambulações de João Grilo: do pícaro lusitano ao malandro brasileiro, as peripécias do (anti-) herói popular	João Evangelista do Nascimento Neto	Analisar a construção da figura do herói popular, a saber, João Grilo, em solo português, e da transformação de seus caracteres quando da sua chegada em solo brasileiro.	Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2014.
Em busca de vozes perdidas: Lênio Braga, muralismo, "arquivo" e comunicação oral	Andréa do Nascimento Mascarenhas Silva	Estudar parte do muralismo do artista plástico Lênio Braga, ressaltando a potencialidade de arquivos moventes.	Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.
Ler/ouvir folhetos de cordel em Pernambuco (1930-1950)	Ana Maria de Oliveira Galvão	(Re)construir o público leitor/ouvinte e os modos de ler/ouvir literatura de cordel, entre 1930 e 1950, em Pernambuco.	Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2000.
Um estudo da argumentação em cordéis midiaticizados: da enunciação performática à construção discursiva da opinião	Simone de Paula dos Santos Mendes	Analisar folhetos de cordel que se constituem na fronteira entre o domínio literário e o domínio midiático a partir das categorias retóricas que compreendem o <i>ethos</i> , o <i>logos</i> e o <i>pathos</i> .	Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos da Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

As representações identitárias femininas no cordel: do século XX ao XXI	Clarissa Loureiro Marinho Barbosa	Apresentar as representações identitárias femininas mais constantes nos cordéis ao longo do século XX ao XXI.	Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Pernambuco, 2010.
História de botijas e os labirintos do universo assombroso na Paraíba	Maria do Socorro Cipriano	Problematizar as narrativas sobre botijas e outras histórias de encantamentos como um construto do universo assombroso na Paraíba.	Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2010.
Discurso político no folheto de cordel: a besta-fera, o padre Cícero e o Juazeiro	Cláudia Rejanne Pinheiro Grangeiro	Estudar o discurso político no contexto da cidade de Juazeiro do Norte-CE, analisando os mecanismos de constituição deste discurso nos folhetos de cordel.	Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Universidade Estadual Paulista, 2007.
A longa travessia de Lampião	Luiz Roberto Zanotti	Analisar a peça teatral o "Auto de Angicos" (2003) em seus aspectos textuais e espetaculares a partir de contextos históricos, estéticos e filosóficos referente à importância do corpo no teatro contemporâneo.	Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Paraná, 2013.
Estratégia 4			
Tipografia São Francisco/Lira nordestina: práticas culturais, discurso e memória	Rosângela Vieira Freire	Compor a história da gráfica São Francisco desde os seus primórdios, na década de 30, até sua conversão em Ponto de Cultura em 2005.	Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba, 2012.

Fonte: Dados coletados na BDTD em ago. e dez. 2015 (INSTITUTO BRASILEIRO..., 2015).

A partir das informações do Quadro 1, podemos apontar:

- a) a carência acerca da produção de teses sobre o objeto cordel em Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação, melhor explicando, há um possível e amplo campo analítico de estudo entre CI e folheto de cordel;
- b) que as teses identificadas são recentes, o que demarca a recém inclusão desse objeto nos Programas de Pós-Graduação, reforçando que vem ocorrendo uma progressiva aproximação da academia com o universo da literatura popular. Das 24 (vinte e quatro) teses, podemos ilustrar a produção temporal por meio do Gráfico 1:

Gráfico 1: Produção de teses sobre cordel entre 1993 a 2014 nos Programas de Pós-Graduação brasileiros.



Fonte: Dados da pesquisa a partir da coleta de informações na BDTD em ago. e dez. 2015 (INSTITUTO BRASILEIRO..., 2015).

Observamos que o ápice da produção de teses sobre o cordel nos Programas de Pós-Graduação brasileiros deu-se a partir de 2008, ainda assim, não ultrapassou mais do que 3 (três) defesas por ano. Quando comparamos o total de 24 (vinte e quatro) teses sobre o cordel ao montante de 132.993 (INSTITUTO BRASILEIRO..., 2015) produzidas no Brasil e que constam na BDTD, percebemos o potencial de estudos sobre o objeto em tela. Outra análise interessante é onde esta produção se concentra espacialmente no Brasil conforme ilustrado no Gráfico 2:

Gráfico 2: Teses produzidas por estado brasileiro nos Programas de Pós-Graduação sobre cordel.



Fonte: Dados da pesquisa a partir da coleta de informações na BDTD em ago. e dez. 2015 (INSTITUTO BRASILEIRO..., 2015).

Embora o cordel em seus primórdios tenha se fixado e enraizado no nordeste brasileiro, possuindo como grandes estados produtores Ceará, Paraíba e Pernambuco é na região sudeste que se concentra o maior volume de teses sobre esse objeto. Pode ser explicado, provavelmente, pelo processo migratório de nordestinos para essa região, levando consigo a cultura da produção do folheto. Percebendo a riqueza desse documento, universidades paulistas se destacam na produção de teses em cordel. Também podemos associar os estudos sobre os folhetos à prática de colecionismo e de conservação por meio de 2 (duas) grandes instituições, localizadas no Rio de Janeiro, a saber: Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) e Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP), potencializando e estimulando pesquisas voltadas para o cordel e para a cultura popular.

Outro aspecto de análise é sobre o enlace do cordel com as áreas de conhecimento, demonstrado no Gráfico 3:

Gráfico 3: Teses produzidas por área de conhecimento em Programas de Pós-Graduação brasileiras sobre cordel.



Fonte: Dados da pesquisa a partir da coleta de informações na BDTD em ago. e dez. 2015 (INSTITUTO BRASILEIRO..., 2015).

Somada a produção nas áreas de Artes, Ciências da Religião, Comunicação e Semiótica, Educação, História e Literatura, não ultrapassa as teses defendidas em Linguística e Letras. Assim, podemos categoricamente afirmar que há carência de estudos de doutoramento nos Programas de Pós-Graduação em CI cuja temática se relacione com cordel. Embora, inserida na Pós-Graduação em Letras, Albuquerque (2011) fez interessante enlace

com a CI na perspectiva da classificação da informação tendo como referência o cordel. Reforçamos a diminuta produção de teses sobre o cordel, considerando o universo da BDTD, em diversas áreas do conhecimento, incluindo a Ciência da Informação.

3.2 O CORDEL SOB A PERSPECTIVA DE ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO FÍSICA DA INFORMAÇÃO

O nosso objeto de estudo, o cordel, nos últimos 10 (dez) anos, ganha aceitação como forma de representação cultural brasileira; tal estatuto lhe é conferido, sobretudo, por estar inserido num movimento anti-globalização em que se busca nas entranhas dos artefatos culturais o que apresenta peculiaridades nos grupos sociais, tornando-os únicos. Passa a compor gradativamente acervos de bibliotecas e de centro de informações e, por isso, as instituições necessitam organizar essas informações no intuito de viabilizar o acesso e o uso. Geralmente, os usuários desse tipo de documento, em particular, vinculam-se as pesquisas de ordem acadêmica.

O cordel ganha destaque como artefato, pois, quando nos é apresentado em circunstâncias das mais diversas, pode provocar lembranças, quer dizer, a capacidade de rememorar episódios vividos mesmo fora do contexto de quando e onde ocorrera a experiência. Portanto, a lembrança em Halbwachs (2006) não é entendê-la como uma ilusão ou um delírio. É vir a mente, de repente por um acaso, situações revividas e participadas pelo sujeito ou no contato com objetos que remetem a algo já vivenciado.

Nessa direção, os folhetos são reconhecidos como identitários, pois tais documentos produzem sentido e significados nos humanos, permitindo o sentimento de pertença do conjunto de crenças e da legitimação de valores que os envolvem.

Se por um lado o cordel tem a faculdade ser lembrança, também pode ser associado à memória compreendendo-a ao vivido reconfigurado. A narrativa poética pode igualmente ser remetida à mente com cortes, retalhos e atalhos. Parte do princípio que há coisas ou fatos que desejamos que permaneçam presentes e outros que queremos eliminar, deliberadamente ou não. Como é reconfigurada, elimina-se ou busca-se esquecer a negatividade de alguns episódios do vivido, enaltecendo os atributos de positividade, considerando-a aquilo que desejamos reforçar. Por isso, do passado é selecionado daquilo que queremos conservar, que mereça permanecer no presente e ser replicado, ganhando o estatuto de memória (HALBWACHS, 2006). Podemos dizer que a memória fundamenta o sujeito em suas relações identitárias, que são reconstruídas a partir de experiências vividas, mas também dinâmica em

virtude do poder que a identidade possui em se atualizar visando a sua permanência, reconhecimento e legitimação do grupo.

Nessa direção, o cordel é destacado como ato de lembrar e de memória e, por isso, a sua relevância social. Considerando isso, justifica a sua necessária inclusão nos acervos de instituições de memória (THIESEN, 2013).

Debruçando-se sobre os manuais técnicos, especificamente o *Anglo-American Cataloguing Rules* (AACR₂), percebemos várias limitações quanto aos seus pontos de acesso os elementos que identificam os campos de descrição física acerca dos folhetos. O principal deles refere-se à entrada primária, nominada entrada de autoria. Tratando-se de documentos com possibilidade de dispô-las na íntegra em bases de dados, muitas de suas nuances em tais manuais precisam ser revisitadas e essa é a necessidade dessa discussão. É na direção de padronizar os seus campos de descrição, incluindo a autoria, que a representação da informação no cordel adquire fundamental destaque nesta tese.

Algo peculiarmente incomodante é o papel de institucionalização de documentos de natureza incomum aos padrões pré-estabelecidos. No caso da Biblioteconomia, a *American Library Association*, a *Canadian Library Association* e o *Institute of Library and Information Professionals* formam o consórcio de agências responsáveis pela indicação dos documentos colecionáveis nos acervos e a sua descrição. Fruto desse consórcio, consagra-se o AACR₂, em português, nominado como Código de Catalogação Anglo-Americano, como documento basilar nos processos de descrição nas bibliotecas (AMERICAN..., 2006).

Nele, consta a orientação para a descrição de 11 (onze) tipos documentais, a saber, (1) livro, folheto e folha impressa, (2) material cartográfico, (3) manuscrito, (4) música, (5) gravação de som, (6) filme cinematográfico, (7) material gráfico, (8) recurso eletrônico, (9) artefato tridimensional e realia, (10) microforma e (11) recurso contínuo (CÓDIGO..., 2004; RIBEIRO, 2003).

No tratamento documental de acervos em cordel, pertence à CI a responsabilidade técnica nos processos de descrição (física e temática) em acervos de cordel. Percebemos equívocos e lacunas quanto aos elementos que o descreve do ponto de vista representacional. Na literatura biblioteconômica, o cordel também poder ser confundido como sinônimo de folheto quando, na prática, o cordel refere-se à forma poética e, o folheto, ao suporte. Contudo, há vários aspectos descritivos que não são atentados no AACR₂ envolvendo as especialidades desse documento genuinamente brasileiro. Por isso, dedicamos nesta seção o nosso olhar sobre o cordel envolvendo a sua representação física, contemplando suas nuances que o consagra como produto cultural genuinamente brasileiro e único. De tal sorte que

caracterizando o cordel como documento representativo e simbólico de nossa identidade e memória cultural, defendemos a sua inclusão como uma nova tipologia documental no AACR₂, atualizando essa discussão, ampliamos outras possibilidades de pontos de acesso da representação da informação para o cordel brasileiro.

Os acervos utilizados para tal análise correspondem aos cordéis da BORAA. Sua representatividade dá-se por dois motivos: (a) um dos maiores acervos de cordel do planeta, alcançando em 2013 o montante de 13.296 (treze mil, duzentos e noventa e seis) títulos e (b) o seu conjunto documental data do início do século XX, quando teve início a produção genuinamente brasileira. Desse significativo universo, coletamos para essa seção da pesquisa o total de 211 (duzentos e onze) cordéis de domínio público. Ou seja, seus autores falecidos a mais de 70 (setenta) anos, publicações datadas entre 1909 e 1946. A segunda "coleção" foi escolhida por seu caráter atual, quando os cordéis alcançam o circuito editorial e um novo tipo documental, a saber, o livro, adquirido um total de 7 (sete) títulos para estudo, publicados entre 2006 e 2016.

Os períodos eleitos para o estudo convergem no sentido de abranger as especificidades demarcadas em cada momento de produção, das folhetarias artesanais aos refinado livros impressos em papéis especiais do tipo *off-set*, *couchê* ou *color plus* (MARGRAF, 2012) e com ilustrações coloridas página a página. Nossas escolhas estão proporcionalmente sintetizadas no Quadro 2, eis:

Quadro 2: Relação percentual entre universo e amostra.

Campo de pesquisa / Acervo	Universo (em títulos)	Amostra	Percentual
BORAA	13.296	1.044	7,8%
Livraria Cultura	327	7	2,1%

Fonte: MAIA (2013) e *site* da Livraria Cultura, 2018.

Desse modo, reforçamos o nosso discurso no sentido de defender que o documento estudado possui características peculiares, permitindo estabelecer uma nova tipologia descritiva a ser incorporada no AACR₂. Para além dos seus elementos de semelhança e característicos que o torna singular, é também necessário verificar outros elementos de descrição, o qual nominamos por diferenças representacionais. É dessa forma que pode ser incluído, no processo de representação física, uma gama de potencialidades representativas deste documento e justificando as suas minúcias. Esse processo de análise possibilita em meio à organização da informação a "identificação de semelhanças e de diferenças" em torno do cordel, permitindo perceber as variadas formas de "acesso aos documentos a partir de alguns pontos preestabelecidos", baseando-se em critérios (SMIT; KOBASHI, 2003, p. 12).

Na literatura da CI, a análise sobre o documento envolve uma estreita relação no trato da linguagem e a sua significação para "representar e recuperar informação" (KOBASHI; FRANCELIN, 2011, p. 12). Segundo Cintra *et al* (2002, p. 35), a linguagem documental consiste em um "conjunto de termos, providos ou não de regras sintáticas, utilizadas para representar conteúdos de documentos técnico-científicos". Contudo, nesse momento, nossa perspectiva é de reunir nos cordéis os seus elementos catalográficos de cunho físico.

O cordel no Brasil, até pouco tempo, era tratado como uma espécie de "livro pequeno", com número de páginas múltiplo de quatro, de forma a facilitar tanto a impressão quanto à montagem manual do exemplar. Escrito em rimas, é uma forma peculiar de apresentar fatos reais ou ficcionais, proporcionando às pessoas o conhecimento de acontecimentos relacionados às ciências e/ou às histórias imaginárias que tanto divertem e propiciam conhecimento aos leitores. Desse modo, a função social, pedagógica e cultural exercida pelos cordéis ao longo do tempo é inquestionável, quando o poeta inclui o povo ao mundo letrado, conectando-o com a informação.

As naus portuguesas no século XVI aportam e consigo trazem para o Brasil o cordel. Aqui, são realinhados as nossas raízes culturais no tocante as suas temáticas, estrutura poética e forma física (ASSMANN, 2011; ACADEMIA..., 2016). O cordel criado na nova terra, em finais do século XIX, teve, segundo Almeida e Alves Sobrinho (1978, v. 1), como expoentes: Antonio Batista Guedes (1880-1918), Francisco das Chagas Batista (1882-1930), João Melquíades Ferreira da Silva (1869-1933), José Camelo de Melo Resende (1885 - 1964), Leandro Gomes de Barros (1865-1918) e Silvino Pirauá de Lima (1848-1913).

A nova geração de cordelistas, a saber, Beto Brito, Francisco Diniz, Janduhi Dantas, José Costa Leite, Marcelo Soares (filho do famoso cordelista José Soares), Marco di Aurélio, Marco Haurélio, Medeiros Braga, Narli Dias de Oliveira, Nelcimá de Moraes, Sabiá da Jurema (Cícero Vieira da Silva), Santa Helena, Valentim Quaresma e muitos outros poetas, continua inovando. Para além da inscrição em suporte de papel, os cordéis, desde o início do século XXI, também adquirem ampla visibilidade nos *blogs* da internet (MAIA; ALBUQUERQUE, 2014; MAIA; AZEVEDO NETTO; OLIVEIRA, 2012).

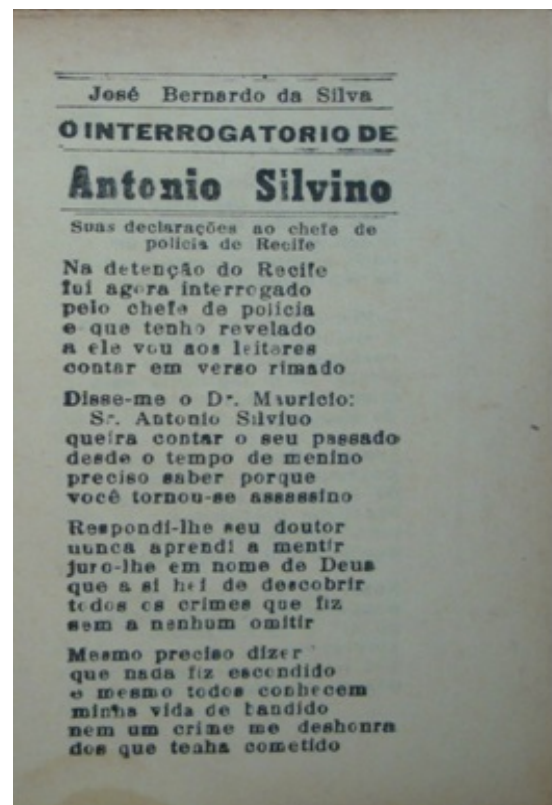
Sua flexibilidade inclui também a arte incorporada às capas. Se antes ilustradas com xilogravuras (carimbo talhado em madeira), desenhos e fotografias em preto e branco, hoje, os cordéis brasileiros são acrescidos de imagens coloridas e vibrantes em livros e nas páginas digitais. E sobre tal recurso estético e ilustrativo, Diniz (2001, p. 02), acrescenta:

A capa é em xilogravura,
Trabalho de artesão,
Que esculpe em madeira
Um desenho com ponção
Preparando a matriz
Pra fazer reprodução.

Mas pode ser um desenho,
Uma foto, uma pintura,
Cujos títulos, bem à mostra,
Resume a escritura.
É uma bela tradição,
Que exprime nossa cultura.

Conforme Figuras 2 (capa em foto) e 3 (capa em xilogravura), seguem ilustrações diversificadas na produção das capas de cordel:

Figura 2: Capa em foto e primeira página do cordel tipografado com a autoria de Antônio Silvino.



Fonte: Acervo digital oriundo da Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida (SILVINO, 1957).

Assumem tanto o caráter fantasioso quanto a veia jornalística, narrando fatos reais e biografias de cunho local, nacional e internacionais. De tradição secular, o cordel resistiu ao tempo e ganhou características específicas no Nordeste do Brasil, como exemplo, os modos

de marcação dos versos⁶ e das estrofes⁷ (ALMEIDA; ALVES SOBRINHO, 1978, v. 1; MENDES, 2006). A versificação (ou metrficações) nos cordéis envolve o recurso estilístico inerente à esse tipo de poesia e, como tal, imprime a contagem dos versos e, portanto, o seu ritmo na repetição das sílabas finais. Tal recurso musical pode ser obtido na poesia do cordel com o uso de sílabas fortes e fracas e/ou por meio de repetição de fonemas alternados em estruturas demarcadas (TAVARES, 2016). É a métrica que garante a beleza da poesia, referindo-se à medida dos versos associados à rima e à sonoridade propostas no conjunto das estrofes e tonicidade silábica. Tal sonoridade, sem dúvida, nutrida pela estreita relação com a cantoria, enquanto mecanismo de memorização. A oralidade vincula-se à capacidade nordestina de se expor e de improvisar; esse processo promove no cordel a flexibilidade temática, marcada pela atualidade dos assuntos, e variação nos esquemas de rima e marcação das estrofes.

No caso brasileiro, o cordel é tão magistral, que proporciona a criação de figuras poéticas particulares, principalmente pelos destacados poetas José Galdino da Silva Duda, Leandro Gomes de Barros, Silvino Pirauá e Hermínio Castelo Branco (ACADEMIA..., 2016; MENDES, 2006). E Braga ([21--a], p. 10) metrifica:

Cordel são esses folhetos
Com estrofes uniformes
De seis, sete, ou dez versos
Com os temas mais disformes
Que podem ser muito curtos,
Médios, maiores, enormes.

Só depende da temática
Que se pretende narrar,
Geralmente, se romance
Não se pode condensar,
Se briga o cordelista
As emoções detalhar.

Pode ser de oito páginas
Ou mesmo de dezesseis,
Mas, se vê de vinte e quatro,
Trinta e dois, quarenta e seis,
Variam pela importância
Dos eventos e das greis.

⁶ Medida de cada linha poética, que variam de quatro ou cinco sílabas ao alexandrino, composto por 12 (doze) sílabas.

⁷ Conjunto de versos, podendo ser: quarteto ou quadra, quadrão, mourão, gemedeira, martelo alagoano, martelo agalopado, aboio, gabinete, coco, embolada, dez de queixo caído, boi de cajarana, sextilha, septilha, décima e outros. Segundo entrevista concedida por Gonçalo (200- *apud* INSTITUTO CULTURAL..., 2008), modalidades genuinamente nordestina, reforçando o discurso do cordel como produto cultural brasileiro.

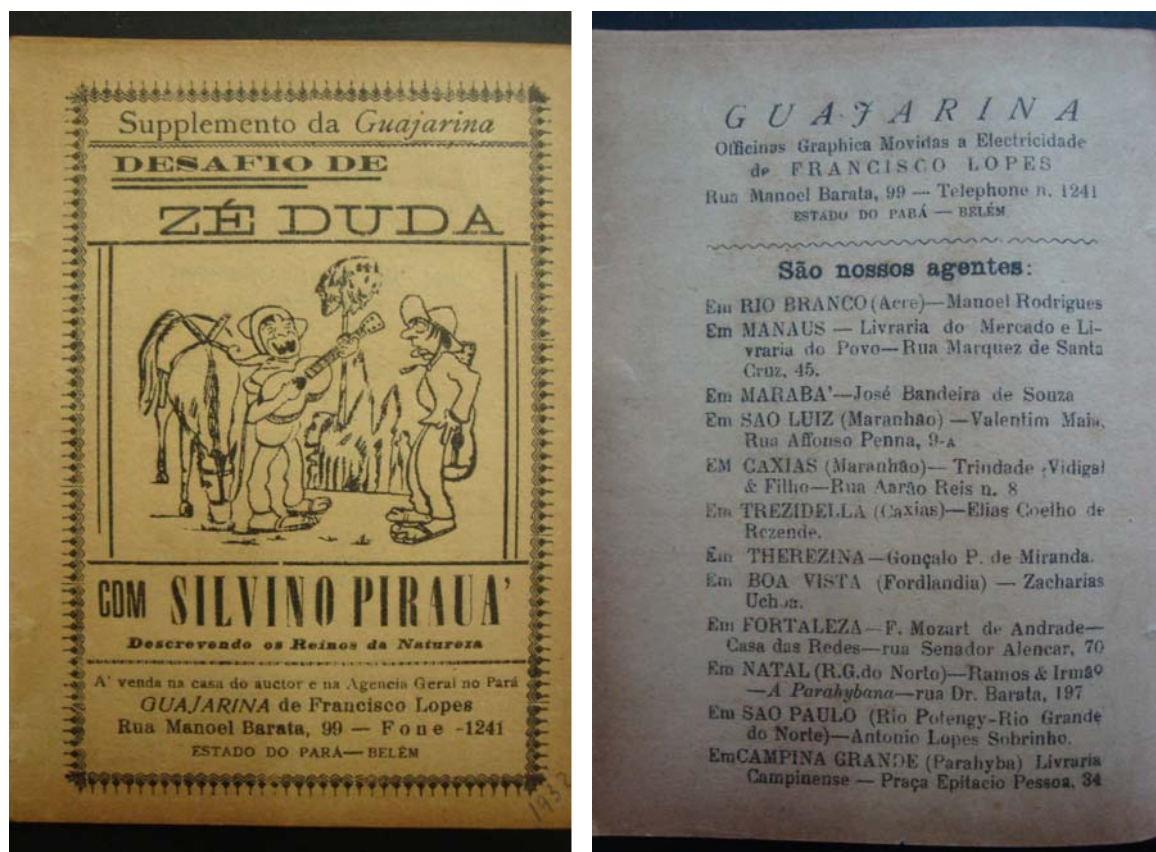
E Diniz (2001, p. 02) completa acerca da poesia no cordel:

7 sílabas poéticas,
Cada verso deve ter
Pra ficar certo, bonito
E a métrica obedecer,
Pra evitar o pé quebrado
E a tradição manter.

Na Figura 2, ainda, percebemos as suas nuances das práticas de comércio brasileiro do cordel geraram uma forma atípica no campo da autoria: o proprietário e o autor. Nela, observamos algumas peculiaridades e reforçando o nosso estudo: consta a autoria de Antônio Silvino e propriedade "José Bernardo da Silva". Contudo, a caneta, Átila Almeida, indica em seus estudos o poeta Francisco das Chagas Batista como autor do cordel "Interrogatório (O) de Antônio Silvino, 16 p." (ALMEIDA; ALVES SOBRINHO, 1978, v. 2, p. 490).

Os cordelistas incluíram na quarta capa do documento um espaço para *marketing* de lojas locais como padaria, farmácias *etc* (ABREU, 1999; ALBUQUERQUE, 2011; ALMEIDA; ALVES SOBRINHO, 1978, v. 1; BRAGA, [21--a]; OLIVEIRA, 2012), conforme apresentada na Figura 3:

Figura 3: Capa e quarta capa do cordel de Silvino Pirauá.



Fonte: Acervo digital oriundo da Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida (PIRAUÁ, [19--?]).

Dessa forma, asseveramos que o cordel brasileiro carece de tratamento à luz da CI e de organização especial nos espaços de informação, assegurando a sua necessária inclusão tipológica. Por isso, o uso e a importância da representação da informação como um processo inerente ao tratamento documental nos centros ou nos espaços de acesso à informação. É segregado, para fins didáticos e práticos, em descrição física e de assunto (MAIA; OLIVEIRA, 2008; 2016). Para que o usuário recupere o documento, há etapas intrínsecas que perpassam a sua representação e armazenamento em um dado sistema de informação. É o tratamento técnico que pode viabilizar e garantir potencialmente a sua existência e possível perpetuação dos documentos, ainda que não se preserve o seu formato original. Nisso, referimo-nos aos processos de digitalização (BARBEDO; RIBEIRO, 2005).

São a representação informacional e a descrição documental que garantem a institucionalização da memória de um grupo. A seleção é primeira etapa excludente no processo de escolha dos afeitos de um coletivo humano - o que não se quer perpetuar, elimina-se. Mas, é no momento que envolve a representação física e temática, que se efetiva a inclusão dos documentos em um sistema de armazenamento e/ou de busca. É nessa fase do trato informacional que ecoa o reconhecimento do documento enquanto objeto de memória, pois o registra e o legitima em um ambiente cultural. Por isso, afiançamos que a representação da informação possibilita ao documento um diferencial: a sua relação de existência à humana enquanto resto e rastro sociais e culturais (SILVEIRA; LIMA FILHO, 2005). Obviamente que acrescenta-se a visão de mundo do catalogador e a política institucional, que influenciam na seleção e no modo de descrever o documento, mas o fato é a necessária importância da representação, tanto descritiva quanto temática, na esfera da CI e na salvaguarda da memória.

A representação da informação define padrões no processo de descrição, exigindo do catalogador a inserção e análise de elementos obrigatórios inerentes ao documento. Para além da questão de ordem técnica, inclui-se o contexto informacional, principalmente, no campo "nota" (MAIA; OLIVEIRA, 2008; 2016). Nesse aspecto, envolve o comprometimento do catalogador e da instituição em esmiuçar mais características que enriquecem o ato de descrição. Assim, a padronização e o uso de normas e de códigos podem promover acertado direcionamento nas práticas descritivas e contextuais (BARBEDO; RIBEIRO, 2005).

Do ponto de vista da representação física e temática, defendemos a inclusão do cordel brasileiro como tipologia documental no AACR₂, considerando que se trata de norma em nível internacional. Atemo-nos aos elementos descritivos que envolvem as regularidades e as discrepâncias do cordel, bem como as peculiaridades e as diferenças. Por representação descritiva (ou física) entendemos como sendo as características do documento cujos

elementos são percebidos pelo catalogador de forma quase imediata (KOBASHI; FRANCELIN, 2011).

O AACR₂ é dividido em 8 (oito) áreas estruturais de descrição. Utilizamos o Quadro 3 para identificar tais áreas, explicá-las sucintamente e, numa terceira coluna, relacionar à descrição dos cordéis. Eis:

Quadro 3: Áreas de descrição catalográfica relacionando o AACR₂ ao cordel.

Item	Área de descrição	Segundo o AACR ₂	Especificidades do cordel
1	Título e da indicação de responsabilidade	Refere-se ao título principal ou equivalente e outras informações. Também deve ser indicado a responsabilidade da produção	Do ponto de vista do título, podemos encontrar cordéis: com título único, com subtítulo e com título coletivo. Quanto à responsabilidade: um autor, mais de um autor, pseudônimo e autoria não identificada. No mundo da internet, há a criação de cordéis de autoria coletiva por meio de grupos de <i>facebook</i> e <i>whatssap</i>, posteriormente, assumindo formatos publicáveis. A peculiaridade é a figura do proprietário, que compra os direitos de comercialização e, em alguns casos, assumem de modo controverso a autoria. Por isso, há a necessidade de identificar na catalogação a figura do autor e do proprietário.
2	Edição	Trata-se da entidade distribuidora e de responsáveis pela revisão de edição	No caso do cordel, é usual o termo folheteria. As primeiras editoras eram geralmente artesanais e pertenciam aos cordelistas. Ao longo do tempo, essas editoras cambiavam de nome. Exemplificando, no caso do cordelista JOÃO JOSÉ DA SILVA, apresenta duas folheterias com nomeações distintas, a saber, Folheteria Luzeiro do Norte e Espólio de João José da Silva (ACERVO..., [20--]). Eis uma lista dos cordelistas e suas folheterias, baseada em exaustiva pesquisa realizada por Amorim (ACERVO..., [20--], p. 07-08): DILA (Xylgra, Cordel e Carimbo, Folheteria São José, Só Cordel São José, Cordelaria Lagoa de Santo Antônio, Cordxil, Artfolheto São José, Dila-Cordel São José, Folheteria São Damião, Xilg-Cordel, Sabaó Folheto, Preéllo Santa Barbara, Fhòlhéteia Càra d' Dillas); RODOLFO COELHO (A Casa do Trovador, Agência de Folhetos, Folheteria Cavalcante); JOSÉ BERNARDO DA SILVA (Tipografia

			São Francisco, Literatura de Cordel-José Bernardo da Silva Ltda, Lira Nordestina, Tipografia Lira Nordestina, Gráfica Lira, Nordestina); J. BORGES (Gráfica Borges, Folheteria Borges, Folheteria Borges, Gráfica J. Borges, Casa de Cultura Serra Negra, Gráfica & Serigrafia Borges); OLEGÁRIO FERNANDES DA SILVA (Olegário Papelaria, Tipografia e Folheteria de Cordel, Folheteria Jardim da Poesia, Folheteria Boa Vista, Casa da Poesia, Tipografia e Folheteria Olegário); MANOEL CABOCLO E SILVA (Folheteria Casa dos Horóscopos); JOÃO JOSÉ DA SILVA (Folheteria Luzeiro do Norte, Espólio de João José da Silva); MARCELO SOARES (Folheteria Cordel); JOSÉ COSTA LEITE (A Voz da Poesia Nordestina); ANTÔNIO KLÉVISSON VIANA (Tupynanquim, Edições Lamparina, Aestrofe); ARIEVALDO VIANA (Queima-Bucha); CLEYDSON MONTEIRO (Imibira Cordéis); JOSÉ HONÓRIO (Edições Cordelnet, Edicordel); ABDIAS CAMPOS (Folheteria Campos de Versos); FRANKLIN MAXADO (Livraria Cacimbinha, Galeria do Cordel, Livraria Machado, Nordeste, Tapera); ALLAN SALES (Editosca Produções de Cordel, Universales Cordelaria); ALTAIR LEAL (Edições Pantera, Pantera Cordelaria); LUIZ ESPERANTIVO (Papel & Cia, Folheteria); DAVI TEIXEIRA (Davi Cordel); LUIZ DE ASSIS MONTEIRO (Confraria da Paixão); JÚNIOR DO BODE (Edição Araripe, Edição Araripy). No caso de edições publicadas de um mesmo cordel, há possíveis revisões textual, de métrica e/ou rima e, por isso, a necessária leitura atenta e comparativa com a edição anterior no processo de representação da informação. Identificar a revisão editorial e edição (se primeira, segunda e assim por diante). No caso de cordéis em formato de livros, a
--	--	--	---

			editora é inscrita seguindo os padrões e, por isso, não figura dificuldade quanto à identificação.
3	Detalhes específicos do material ou do tipo de publicação	Variação dos tipos documentais em relação ao material ou publicação	Folheto, livro, DVD e página eletrônica.
4	Publicação, distribuição etc	Lugar e data de publicação e de distribuição	Dificuldade de datação em função também do uso comum de plágio ou da intertextualidade entre os cordelistas. Também havia a despreocupação quanto à prática de datação tanto do autor como dos folheteiros. Por isso, indicamos o uso de datas prováveis, conforme sinaliza Ribeiro (2003, p. 1-104) na seção 1.4F7, eis: [1971 ou 1972] - um ano ou outro; [1969?] - data provável; [entre 1906 e 1912] - usar somente para as datas com menos de 20 anos de diferença; [ca. 1970] - data aproximada; [197-] - década certa; [197-?] - década provável; [18--] - século certo; [18--?] - século provável. Também é preciso a identificação do local da publicação.
5	Descrição física	Inclui a dimensão e a extensão (materiais adicionais)	Há variadas dimensões dos folhetos, baseadas no acervo da BORAA: 14,5x9,5; 15x10,5; 15x11; 15,5x11; 15,5x11,5; 6x11; 16x12; 16,5x9,5; 16,5x11; 16,5x12; 18x11,5; 18x12; 18,5x13,5; 19,5x11,5; 21x15. Em geral, impressos em papel-jornal.
6	Série	Refere-se ao <i>International Standard Book Number</i> (ISBN). Indicar a série caso a obra possua	Há cordéis que assumem formatos de livros e possuem (ISBN).
7	Notas	Informações descritivas não incluídas nas áreas anteriores	Inclusão obrigatória descrição física e temática, eis: a) indicação do proprietário, responsável pela comercialização do cordel; b) acróstico: assinatura versificada com as letras iniciais do nome do poeta nas últimas estrofes do cordel; c) identificação do tipo de ilustração na capa e/ou internamente usada (xilogravura, desenho, fotografia e imagens digitais); d) identificação da autoria imagética, apontando a assinatura artística (xilógrafo, desenhista, fotógrafo); e) quanto à imagem, identificar se a impressão é monocromática ou colorida;

			f) indicação de <i>site</i> em caso documento digital e data de acesso; g) descrição dos elementos da quarta página - geralmente usado pelos cordelistas como espaço para marketing de lojas locais como padaria, farmácias etc; h) indicação de tipo esquema de rima: X Y Z A W A; X A A B Y C C B; A B B A A C C D D C; A B A B C C B; entre outros. Consultar Almeida e Alves Sobrinho (1978) e Tavares (2016); i) marcação de verso - medida de cada linha poética. Divisão das sílabas numa linha poética - variam de quatro (parcela), cinco, sete e onze sílabas, decassílabos, alexandrino (composto por 12 sílabas) e meia quadra (15 sílabas poéticas); j) tipo de estrofe - conjunto de versos, podendo ser: j.1) quarteto ou quadra (quatro versos, sete sílabas), j.2) mourão (cinco versos, sete sílabas), j.3) sextilha (seis versos, sete sílabas), j.4) gemedeira (sextilha com inclusão de "gemido" do autor (ai, ui etc), j. 5) martelo de seis versos (seis versos, dez sílabas), j.6) sete linhas ou sete pés (sete versos, sete sílabas; adaptação da sextilha criada pelo alagoano Manoel Leopoldino de Mendonça Serrador), j.7) quadrão (oito versos, sete sílabas), j.8) martelo agalopado (dez versos, dez sílabas), j.9) martelo alagoano (dez versos decassílabos - no último verso "nos dez pés de martelo alagoano"), j. 10) dez de queixo caído (décima que contem no último verso "nos dez de queixo caído"), j.11) décima ou décima de sete pés (dez versos, sete sílabas), j.12) galope a beira mar ou décima de versos compridos (dez versos, onze sílabas - criação de José Pretinho) e outros; k) descrever biografia do autor (para identificação de inserção do seu conteúdo na íntegra sob domínio público) (ACADEMIA..., 2016; ALMEIDA; ALVES SOBRINHO, 1978, v. 1; INSTITUTO CULTURAL..., 2008; MAIA, 2013; MAIA et al, 2010; MENDES, 2006; SILVA, 2012; TAVARES, 2016); l) apontar número de páginas; m) resumo. Fundamental elemento que informa ao usuário, em linhas gerais, o conteúdo do cordel. Sugerimos um resumo com o volume
--	--	--	--

			máximo de 100 (cem) palavras. Como há folhetos com mesmo título ou títulos quase similares, no resumo, o usuário tem a possibilidade de verificar com clareza se há plágio ou se se trata de obra inédita ou ressignificada. O resumo também auxilia no processo de indexação quanto à escolha dos descritores no ato da catalogação; n) indicar termos indexadores. Sugerimos entre 6 (seis) a 10 (dez) descritores. Na ocasião é de suma importância que se realize o controle de vocabulário por meio de cabeçalho de assunto ou índice, indicando remissivas para os casos de sinonímias, usual na literatura de cordel; o) estabelecer classificação. Consultar Albuquerque (2011; 2013).
8	Número normalizado e modalidades de aquisição	Formas de aquisição, valor e modalidades de acesso	O cordel pode ser adquirido por doação, permuta e compra unitária e por colecionador.

Fonte: Maia *et al* (2010), Ribeiro (2003) e dados da pesquisa de doutoramento, 2015-2016.

No Quadro 3, comprovamos a singularidade do cordel. Observada a sua complexidade, sustentamos a necessária inclusão tipológica no AACR². Para a premente revisão da literatura técnica da CI, objetivamos sensibilizar os pesquisadores quanto ao alcance teórico do diálogo que o cordel pode promover junto à área. O potencial de temáticas que tal enlace possibilita, permite estudos sobre políticas de coleções, perfil de usuários *etc*.

O adendo que cabe lembrar é a forte imbricação entre o repente (cantoria, marcada pela oralidade e improvisação) e o cordel, poesia popular narradas por meio de versos, de estrofes e de rimas histórias reais e imaginárias, que podem ser escritas ou declamadas (BRAGA, [21--a]; DINIZ, 2001; SILVA, 2012). Melhor explicando, o cordel no Brasil como prática de escrita nasce da narrativa oral, nominada como repente; de uma sociedade de número substancial de analfabetos, a musicalidade favorece os processos de memorização. Nesse sentido, cabe lembrar que figuras poéticas nominadas por mote e glosa podem ser encontrados nesse documento, ainda que raramente isso ocorra no formato de folheto de cordel. O mote trata-se de um ou dois versos que se repetem na finalização da estrofe. O mote pode ser entendido como um tema sugerido para a poesia; quando a estrofe subsequente responde a um mote, passa a nominar glosa (ACADEMIA..., 2016; ALMEIDA; ALVES SOBRINHO, 1978, v. 1; INSTITUTO CULTURAL..., 2008; MENDES, 2006; SILVA, 2012; TAVARES, 2016). Exemplificando, na biografia de Leandro Gomes de Barros (VIANNA, 2014), Almeida e Alves Sobrinho (1978, v. 1, p. 77- 84; 141) afirmam que o citado poeta "glosava em folhetos para venda, [...] mas não se valia do repente [poesia oral] para

sobreviver".

O cordel, para além de um documento, é um símbolo de nossa identidade cultural, pois informa e forma práticas, anseios, experiências; é um documento civilizatório. Por isso, instituí-lo com tipologia específica o reconhece como documento de descrição e, para além da ordem técnica, o qualifica como elemento identitário. Nesse contexto, o acróstico destaca-se como sendo mais um criativo elemento associado ao texto literário que possibilita a identificação de autoria dos folhetos. No acróstico, há uma singular característica, expressa no conteúdo do documento, que permite identificar o produtor da narrativa produzida. Atentamos que o cordel brasileiro já nasce com essa característica incorporada. Além de estabelecer a distinção tipográfica entre autoria e propriedade de comercialização, institui-se em sua forma a possibilidade de "selar" nos versos da obra quem de fato a produziu. Dos poetas que fizeram da escrita do cordel sua profissão, não há uma inocente escrita, mas a compreensão de um árduo trabalho, que necessitava de regras de proteção inerentes ao documento (HAURÉLIO, 2012; VIANNA, 2014).

3.3 NOS DOMÍNIOS DO CONHECIMENTO E DA REPRESENTAÇÃO PELA PERSPECTIVA FILOSÓFICA SCHOPENHAUEREANA: aproximações com a CI e a representação temática da informação

A representação da informação envolve duas vertentes: a descritiva ou física e a temática. Esta foi objeto de tese de Albuquerque (2011; 2013), considerando a possibilidade de estabelecer a classificação do cordel a partir dos seus inúmeros temas. Se por um lado vislumbramos o nosso olhar acadêmico na seara da descrição física, ficou um hiato que nos instigou: qual seria a nossa contribuição nesta tese do ponto de vista da representação temática? Se a representação física fixou sua presença no nosso objeto de estudo, o cordel, no caso da representação temática, estabelecemos o seu diálogo com a área de análise dessa tese, a saber, a CI. Melhor explicando, tratamos na tese das duas naturezas da representação da informação: a física no contexto dos cordel e a temática apresentando a nossa contribuição para a área da CI, permitimo-nos alargar a visão sobre a tal representação ancorada teoricamente nas domínios da filosofia schopenhaueriana por meio de suas obras "A arte de escrever" e "O mundo como vontade e representação". A primeira localizada nas vielas do destino, ou quase que por acaso, quando buscávamos literatura sobre direito autoral, e a segunda conduzida pelas mãos da primeira. Do encantamento, adentramos sobre o domínio deste pensador na construção de uma seção dessa tese no sentido de contribuir com os enlaces entre representação temática da informação e elementos da teoria do conhecimento.

A produção de informação em diferentes suportes e formatos é cada vez mais crescente, complexa e múltipla. Um mesmo conteúdo pode ser concretizado num livro impresso e/ou digital, num objeto multimídia (imagem e som), entre outros. Tais suportes e formatos são valorizados de acordo com os interesses de grupos humanos quanto ao seu potencial acesso e, por isso, é fundamental construir as condições para que a informação consiga abranger às expectativas e às necessidades de quem a busca.

Se não bastasse essa multiplicidade no tocante a sua materialidade, existe o conteúdo informacional neles inerentes, que prescinde de processos interpretativos no ato da sua indexação, seja por extração ou por atribuição (ARAÚJO JÚNIOR, 2007; LANCASTER, 2004). Isso conduz para a construção de um repertório linguístico capaz de controlar aspectos de ordem terminológica e semântica num conjunto de documentos pertencentes a um dado sistema de informação. Por documento, em consonância com Frohmann (2004), trata-se de informação materializada por meio de objetos que são constituídos de caráter significativo para quem deles o utiliza.

Temos, ao final, duas esferas que envolvem o documento no que se refere aos procedimentos técnicos de ordem representacional: a representação física, destinada a descrever os aspectos de ordem concreta inerentes ao suporte informacional, e a representação de assunto, envolvendo a análise do texto para que um conjunto diminuto de termos eleitos possa significá-lo. Esse processo é norteado pela indexação e abrange a tradução dos termos de um estado "natural" à atmosfera artificial, que constitui uma linguagem "criada" para possibilitar a comunicação entre quem precisa da informação e o sistema de recuperação para o qual foi desenvolvido. Essa linguagem conhecida na literatura por seu aspecto de controle visa a minimizar o ruído ou o silenciamento, respectivamente, o excesso ou a nulidade de resposta. Entendemos que a linguagem se transforma com o tempo e disso recorreremos a um conjunto de estratégias, a exemplo do uso de remissivas, auxiliando na atualização dos instrumentos de pesquisa elaborados para o acesso à informação (LANCASTER, 2004; SILVA, 2016).

A partir dessa contextualização, esclarecemos que o usuário pode obter o documento solicitado ao sistema por elementos que os relacionam, denominados por pontos de acesso. Se o usuário detém autoria, tradutor e um termo que sinalize o conteúdo de um documento, há possibilidades de ascender a informação desejada, duas de ordem catalográfica física e uma por assunto (FUJITA; RUBI; BOCCATO, 2009). Quanto mais houver descrição agregada, o êxito em obter o que se deseja tende a se concretizar junto ao processo de recuperação.

Compreendemos que a representação envolve a relação entre um objeto ou estado de coisa e a sua significação, simbolizada por um signo ou o seu conjunto. Assim, no que concerne

à Ciência da Informação (CI), fundamentando essa discussão, inclui-se a representação da informação, que estabelece a percepção em torno da compreensão conceitual (significado do termo) e terminológica (a forma que tal conceito assume, podendo ser expresso em signos e símbolos) atribuído ao complexo processo de categorização e de descrição (CABRÉ, 1999; FRANCELIN, 2010; KOBASHI; FRANCELIN, 2011; KRIEGER, 2000).

Indexar não se trata de escolha de termos ao acaso, mas diz respeito a uma lógica filosófica vinculada aos atributos mentais, a apreensão de mundo, associados à cultura vivenciada pelo indexador. Ao final, todo esse repertório teórico se concretiza instrumentos de recuperação da informação, como índices, catálogos, e assim por diante, materializando o pensado em algo pragmático, a saber, documentos que possibilitam acessar à informação.

Desenvolvendo nosso estudo de doutoramento em torno da autoria em cordel, delineando o objeto de análise, aprofundamos questões quanto à peculiaridade da descrição física acerca dos cordéis à luz da CI. Relevante a esse debate, consideramos a inserção da narrativa filosófica e, para tal, delineamos as contribuições de Schopenhauer (2001; 2007) quanto à noção de representação e as suas possíveis implicações à CI.

Na obra "a arte de escrever", nos cinco ensaios escritos por Schopenhauer (2007), percebemos o quanto atenta para os perigos da tradução e da especificidade vocabular e semântica de cada língua nesse processo. Será que impetramos representar a narrativa tal qual ao texto original? Para o citado autor, a resposta é "não", defendendo que o leitor devesse compreender mais de um idioma para perceber as nuances, significações e peculiaridades de cada língua. E, de modo quase similar aos dilemas do nosso campo de atuação no processo de organização da informação, equiparando à noção de leitor e de usuário, indagamo-nos: conseguimos conciliar os termos representativos de uma obra e que atendam à percepção do leitor/usuário no momento de sua busca? Ou ainda, é possível estabelecer com um número limitado de termos em um dado sistema de informação a completude do conteúdo de um texto? No caso do cordel brasileiro, o regionalismo linguístico de cada grupo social amplia a complexidade acerca da relação entre os termos, sua semântica e as escolhas elencadas pelo indexador (MAIA; ALBUQUERQUE, 2014; MAIA; OLIVEIRA, 2008; 2017; SMIT; KOBASHI, 2003).

A indexação, independentemente de texto escrito em outro idioma, por se tratar de um processo de tradução da linguagem natural para a artificial, envolve particularidades de ordem vocabular, conceitual e classificatória de áreas específicas do saber (LANCASTER, 2004). O bibliotecário, arquivista ou museólogo possuem propriedade técnica e, a cada trabalho realizado em coleção/acervo, precisam adentrar em domínios de conhecimentos

especializados. É nessa concepção que Schopenhauer (2001, p. 12) nos auxilia na tentativa de relacionar a teoria do conhecimento que alude à representação, envolvendo a ideia essencial de que o mundo tal qual entendemos, é produto um racional - possuímos a "faculdade [...] de formar noções abstratas" -, peculiar a condição humana. Assim, se toda representação se estabelece na relação entre sujeito e objeto, então o seu desdobramento, a realidade, é relativo. "Procurar a existência do objeto fora da representação do sujeito, o ser das coisas reais fora da sua atividade, é um empreendimento contraditório [...] Nenhum objeto [...] poderia ser concebido sem um sujeito [...] Todo o mundo objetivo é e permanece representação" (SCHOPENHAUER, 2001, p. 21).

Nessa direção, nossas escolhas representacionais quando selecionamos, identificamos, organizamos, disseminamos e avaliamos os objetos informacionais configuram-se frutos de ações intencionais e refletem o sujeito no seu tempo e local/espço.

Traduzir um texto de uma língua para outra não se trata de uma mera troca de palavras e a indexação prescinde da mesma prerrogativa. É imperativo compreender os sentidos e as sutilezas terminológicas que compõem uma obra. Nessa direção, nem todo termo possui um equivalente em outro idioma e, na indexação, isso também pode ocorrer.

A escolha pelos termos, seja na tradução entre idiomas quanto na indexação, tem como ponto de partida a percepção de mundo de um sujeito que reflete o seu tempo e o seu espaço (MAIA; OLIVEIRA, 2008; 2017; SCHOPENHAUER, 2007). Acrescentamos a isso a noção de pertencimento semântico-cultural, que posiciona o grupo do qual pertence o tradutor ou o indexador. Por isso, certos objetos em um período histórico agregam valor e, em outros, não. O mesmo ocorre em relação ao espaço físico onde o objeto se posiciona. O cordel brasileiro, por exemplo, na academia, era objeto marginalizado enquanto elemento de estudo. No século XXI, ganha visibilidade tamanha que é incorporado como conteúdo em livros didáticos da educação básica, fazendo parte também do circuito editorial nacional.

Assim como na indexação, a tradução é imperfeita, pois são produtos processuais que refletem a visão de mundo e limitações relativas ao cabedal cultural de quem procede indexando ou traduzindo. Aproximando a Ciência da Informação à filosofia de Schopenhauer (2007, p. 153), suas sugestões quanto aos procedimentos para a realização de uma tradução podem ser utilizados no âmbito da indexação, eis: (1) "compreender corretamente todos os conceitos que a língua [/texto...] designa"; (2) "pensar no conceito designado pela tradução"; (3) atentar para as expressões idiomáticas, que apresentam significados distintos e, se traduzido termo a termo, descaracteriza o sentido da sentença e, no caso da indexação, isso pode incorrer em problemas de escolha terminológica que não correspondam o mais próximo do conteúdo do

texto; (4) estar atualizado, pois cotidianamente a língua e áreas do saber manifestam continuamente novos conceitos e signos.

A literatura popular brasileira, destacando o cordel e a sua riqueza cultural quanto às sinonímias regionais e à liberdade estética, exige do indexador muita atenção. A prerrogativa poética desse documento permite o uso de expressões linguísticas e significados múltiplos, acentuado por sua referência intertextual, requisitando sensibilidade aguçada no processo de indexação. Conhecer os meandros da cultura é essencial e trazemos uma situação vivenciada que estabelece pontos de articulação com as sugestões elencadas acima por Schopenhauer (2007) quanto aos procedimentos para a realização da tradução.

No início do século XX do nordeste brasileiro, houve um movimento social nominado por cangaço, associado a ideia de assalto e de banditismo. Seu personagem mais popular foi o Lampião, retratado de modos destoantes a depender da percepção do cordelista/poeta (bandido, alegórico, salvador). Certa vez, uma bibliotecária que indexava cordéis em biblioteca situada no Rio de Janeiro, desconhecendo a nossa cultura, apenas entendia que o cangaço e Lampião fossem termos similares e questionava o motivo pelo qual na nossa base de dados não fazíamos tal relação. Daí, explicar-lhe que houvera outros líderes de bandos, a saber, Antônio Silvino, e que no acervo da citada Biblioteca havia folhetos que sinalizavam essa informação, permitindo-nos assegurar que Lampião não configura sinônimo de cangaço. O domínio sobre o acervo é um aspecto que auxiliou nossa prática de indexar, mas, o fato de desconhecer a cultura local (ou compreensão de áreas do saber), pode incorrer em problemas nas relações conceituais e associativas no momento da indexação. Seja por extração e/ou atribuição, a indexação é um processo mental que envolve várias relações entre os termos, o indexador, o texto e o contexto tanto do autor quanto de quem o analisa (ARAÚJO JÚNIOR, 2007; LANCASTER, 2004; MAIA; OLIVEIRA, 2008; 2017).

Cabe esclarecer que há duas perspectivas, não divergentes, mas que consideramos complementares tanto em Schopenhauer (2001) como nos estudiosos na área da CI em relação ao termo representação, a saber, Azevedo Netto (2007; 2008), Kobashi e Francelin (2011) e Lima e Alvares ([20--]). Schopenhauer (2001) aponta a representação em direção à teoria do conhecimento, tratando-se da percepção de como os humanos conhecem as coisas do mundo. Na CI, a representação está relacionada ao processo de organização da informação, caracterizando o ato de conhecer a algo de natureza presente e concreta, envolvendo as noções conceituais e classificatórias determinantes para a nominação das escolhas terminológica. Ao final, estas direcionam a construção de atributos que definam e sintetizem o repertório de informações elencadas nas diversas áreas do saber. É nessa acepção que conseguimos

conjecturar a representação para além da informação e inseri-la no âmbito do conhecimento, quando, no seu processo de organização, vislumbra-se a compreensão que envolve as formas como apreendemos os objetos no mundo (CARLAN, 2010). Percebê-los, posicionam como epistemologicamente o tradutor ou o indexador refletem suas escolhas que, ao final, definem os predicados associados aos objetos nas formas como os classificamos, descrevemos e selecionamos os conceitos e os termos (DAHLBERG, 1978; GALVÃO, 1998).

Se o mundo existe naquilo que podemos perceber e se configura na forma como conseguimos apreender os objetos no nosso pensamento, a representação é um estatuto limitante às experiências de cada sujeito. A representação é um atributo relacional, ou seja, é um processo em que "elementos simbólicos – palavras, figuras, imagens, desenhos, mímicas, esquemas, entre outros" – são substituídos por outro conjunto de símbolos. No caso da CI, a representação envolve a criação de um universo que passa a compor um sistema de informação categorizado no sentido de estabelecer uma conjuntura lógica que permite ascende-la mediante mecanismos próprios (LIMA; ALVARES, [21--], p. 21).

Assim, o mundo é uma representação peculiar e particularizada. Contudo, também possui um estrato do qual não experienciamos, mas que pode ser percebida por outros ou que simplesmente consta e que não acessamos por limitações espaciais ou temporais e, a isso, Schopenhauer (2001, p. 12) designa como vontade - considerada decorrentes da nossa realidade, "puramente relativa". O nosso interesse repousa no que podemos significar, logo, no mundo como representação e, nessa direção, sujeito, objeto, signos e conceitos. Ou seja, quando a vontade se torna "objeto, isto é, representação [...] - a vontade se traduz na representação, em outras palavras, se representa como objeto" (SCHOPENHAUER, 2001, p. 177).

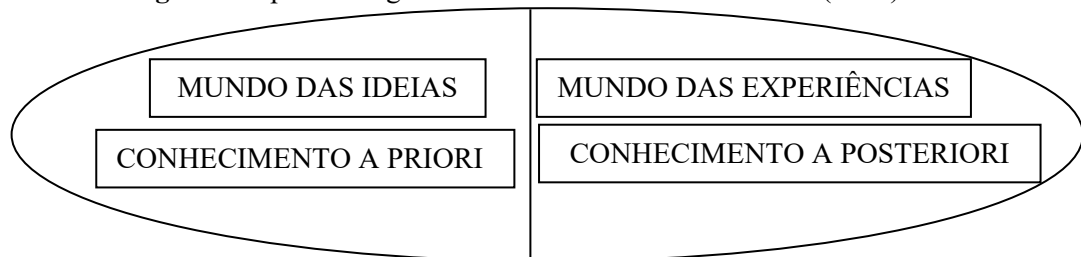
O conceito requer domínio sobre o contexto por envolver um voluptuoso conjunto de conhecimentos agregados acerca do vocabulário, da sintaxe, das regras de formação, todos pertinentes para o estabelecimento da comunicação entre humanos (DAHLBERG, 1978; GALVÃO, 1998). Talvez, a maioria das pessoas não reflita sobre essa fenomenal competência que envolve a expertise desse vasto repertório que constitui a nossa linguagem e a nossa comunicação. Atualizando Schopenhauer (2001; 2007) a esse debate, para Chomsky (1978), só a condição biológica humana tem o potencial para o desenvolvimento de arquitetado meio de estabelecer interações simbólicas sofisticadas, mediante o aprendizado com outros humanos. Isso é possível, pois o nosso cérebro possui capacidades fundamentais inatas. Fundamentado no racionalismo, Chomsky (1978) assevera que nascemos com um inerente aparato de regras gramaticais capaz de gerar infinitas sequencias frasais, nominando esse aspecto de "gramática gerativa". Kato (1995, p. 101) afirma: "o indivíduo vem programado biologicamente para

desenvolver determinado tipos de gramática". É no processo de aprendizado, na interação cultural, que esse mecanismo é ativado. E Orlandi (1999) complementa, referindo-se a Chomsky (1978), que os humanos se caracterizam pela racionalidade, cuja habilidade linguística é possível ser desenvolvida, pois nascemos com tal potencial. É o que Chomsky (1978) denomina de competência linguística, capacidade que é reforçada na prática por meio do convívio entre os sujeitos. Tal competência é construída socialmente, pois o sujeito nasce (inato) com as características para o referido desenvolvimento. A habilidade linguística é um processo de sofisticação de domínio da linguagem que ocorre por meio da aprendizagem. Desse modo, compreende-se que o conhecimento por competência é prático, requerendo do sujeito o saber fazer (executar). Chomsky (1978) contextualiza: uma criança já nasce "programada" para falar. A língua que ela vai desenvolver dependerá do local onde esteja. O fato é que, ao aprender a falar, a criança tem a competência em relação a uma determinada gramática de uma determinada língua e, ao fazer uso desse conhecimento, manifesta esse desempenho.

Em Schopenhauer (2001), o mundo como representação é categorizado em duas perspectivas: intuitiva e abstrata. As representações abstratas pertencem unicamente à faculdade dos humanos, podendo ser compreendida, segundo a concepção kantiana, por razão. Nestas, estão a formulação dos conceitos (SCHOPENHAUER, 2007). Kobashi e Francelin (2011) acrescentam que duas correntes do conhecimento são fundamentais para contextualizar as possibilidades dos humanos em ascender a percepção dos conceitos: o empirismo e o racionalismo. No primeiro, a construção dos conceitos resulta da relação dos processos experienciais do sujeito com os objetos do mundo. Já o racionalismo, os conceitos são frutos de apreensões eminentemente da cognição/razão.

Esse repertório teórico identificado por Schopenhauer (2001) e Kobashi e Francelin (2011) está identificado na filosofia de Platão, que nomina duas possibilidades de apreensão lógica do conhecimento, a saber, *a priori* (conceitos puros e inatos) e *a posteriori* (frutos da empiria). Esse debate é retomado na perspectiva kantiana de modo flexibilizado. No sentido de categorizar a relação entre o sujeito do conhecimento e o objeto, Kant (2001) volta-se para a lógica no intuito de reavaliar, no âmbito de sua filosofia, o entendimento acerca do conhecimento epistemológico que, anterior a ele, era distintamente compreendido sob a forma de duas possibilidades: conhecimentos *a priori* e *a posteriori*. Para fins didáticos, a Figura 4 visa a representar essa percepção:

Figura 4: Epistemologia do conhecimento anterior a Kant (2001).



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Kant (2001) acrescenta ao debate o domínio lógico do conhecimento, incluindo duas categorias: o conhecimento analítico e o sintético. O conhecimento analítico está para o conhecimento *a priori* assim como o conhecimento sintético está para o conhecimento *a posteriori*. O conhecimento analítico representa os objetos que não estejam diretamente ligado ao mundo. Assim sendo, independe da experiência. Podemos até concluir que o conhecimento analítico é produzido em gabinetes fechados, sendo utilizado pelo pesquisador o papel, a caneta, a borracha, o raciocínio e a abstração. Penso, logo existo! Parece obvio, mas para o racionalismo, que se utiliza do conhecimento analítico, não o é.

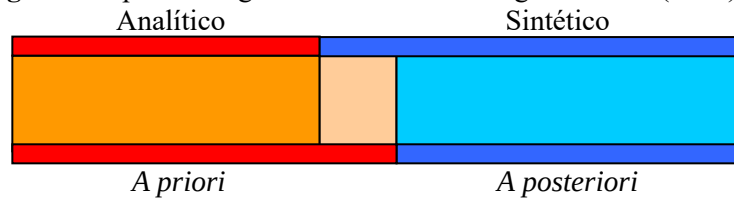
Num outro plano está o conhecimento sintético, legitimado pela experiência e pela intuição empírica do sujeito em relação ao mundo sensível. Pode ser falsificado, pois os sentidos nos enganam! O contato direto com os objetos reais por meio da sensação acrescentam algo do mundo ao sujeito do conhecimento, pois é na experiência que este tipo de conhecimento produz significados. Desta forma, torna-se forma de apreensão fidedigna; trata-se da produção do conhecimento voltado para algo real. Kant (2001, p. 18) complementa: "a impressão de um objeto sobre esta capacidade de representações, enquanto somos por ele afetados, é a sensação".

Se para os filósofos anteriores a Kant (2001, p. 12-13) os conhecimentos *a priori* e *a posteriori* encontravam-se distintos e opostos, a contribuição do referido pensador para a teoria do conhecimento é a relativização desta perspectiva. Segundo ele, há elementos constitutivos do conhecimento *a priori* e que se sustenta no âmbito do conhecimento sintético e exemplifica:

A ciência da natureza (Física) contém como princípios, juízos sintéticos *a priori*. Só tomarei como exemplos estas duas proposições: em todas as mudanças do mundo corpóreo a quantidade de matéria permanece sempre a mesma, ou, em todas as comunicações de movimento a ação e reação devem ser sempre iguais. Em ambos vemos, não só a necessidade e, por conseguinte, sua origem *a priori*, senão que são proposições sintéticas [...] Proposição não é, pois, concebida analítica, senão sinteticamente ainda que *a priori*, e assim sucede com as restantes proposições da parte pura da Física.

Também acredita na possibilidade de encontrar elementos constitutivos do conhecimento analítico no âmbito do conhecimento *a posteriori*. A Figura 5 ilustra essa vinculação:

Figura 5: Epistemologia do conhecimento segundo Kant (2001).



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Nessa percepção de conhecimento à luz da compreensão schopenhauereana, as representações intuitivas englobam as esferas da experiência possível. Nesta condição, são espacial e temporalmente limitadas pelo vivido e aproximam-se da concepção de conhecimento *a posteriori*. Esta representação é frágil, pois os sentidos, a experiência direta com os objetos podem nos causar distorções acerca do mundo. E Schopenhauer (2001, p. 22) complementa: "É por esta razão que o mundo da intuição, enquanto não tentamos ultrapassá-lo, não provoca, naquele que observa, nem dúvida ou inquietude; não há aqui lugar nem para o erro nem para a verdade, relegados, um e outro, para o domínio abstrato da reflexão".

Assim, o filósofo nos conduz a perceber a necessidade de olhar para a representação enquanto fenômeno da abstração, provocando na CI um direcionamento fundamental na sua relação entre a representação enquanto informação e a representação na esfera do conhecimento. No primeiro caso, são eminentes as questões de ordem descritiva, envolve uma leitura sistemática em torno dos objetos e dos fenômenos do mundo enquanto prática de tradução. Faz-se uso de uma linguagem controlada que relaciona objetos a signos num espectro limitado, considerando representar uma parte do mundo, o qual é denominado por sistema de informação. Sua finalidade é estritamente prática e tem como prerrogativa permitir que usuários acessem e localizem o que desejam encontrar. "Não há absolutamente nenhum objeto sem um sujeito [...] Sóis e planetas sem olhos para os verem, sem uma inteligência para os conhecer, são palavras que se podem pronunciar mas que representam qualquer coisa de tão inteligível como 'bocado de ferro de madeira'" (SCHOPENHAUER, 2001, p. 32).

No tocante à representação do conhecimento no contexto da CI, somos sugestionadas a entender o seu uso sob a perspectiva racional no sentido de re-analisar os filtros que envolvem toda a cadeia de organização da informação. Estaríamos no campo da metalinguagem acerca da representação, ou seja, é valer-se da representação para estudá-la e explicá-la. É sob a

perspectiva dos princípios da razão e da causalidade, relacionada à teoria do conhecimento, que se fundamenta a representação.

Receber a designação de ciência em determinadas áreas do saber é possível não pelo motivo de tal designação compor o seu título, a saber, Ciência da Informação, Ciência da Computação, entre outras, mas, no fato de repousar em "dois dados fundamentais: o primeiro, o princípio da razão, sob qualquer uma das suas formas, servindo de princípio regulador; o segundo, o próprio objeto que ela estuda e que se apresenta sempre no estado de problema" (SCHOPENHAUER, 2001, p. 36). Assim, cumpre à representação do conhecimento o seu fundamental empenho para o desenvolvimento da CI enquanto ciência. Com base nesse conjunto de argumentos, asseveramos que a compreensão acerca da representação em Schopenhauer (2001) suscitou-nos reflexões no sentido de perceber na CI a sua cientificidade.

Desse modo, estabelecer critérios terminológicos e conceituais são atributos unicamente da natureza humana. Para Schopenhauer (2001), os conceitos tratam de uma classe especial de representação, que se distinguem da intuição, mas que necessitam desta para o estabelecimento de relações sem os quais os conceitos não existiriam. Isso ocorre pois a essência da intuição está na realidade. Se o que é representado é uma condição eminentemente humana, pois este é que estabelece os vínculos através da linguagem entre o sujeito e o objeto, "os conceitos são representações das representações" (SCHOPENHAUER, 2001, p. 48) e, nessa direção, enquadram-se na classe das representações abstratas. Considerando que tais representações relacionam-se diretamente com o princípio fundamental da razão, faculdade restritamente humana, compõem, portanto, do princípio do conhecimento. É nesse sentido que a representação pode garantir o grau de cientificidade à CI, balizada sob os princípios da razão e da causalidade.

Para o campo da CI, os termos e os conceitos são fundamentais para nominação dos objetos, que são escolhidos, descritos e classificados em sistemas de informação. Complementando, Faria e Pericão (2008, p. 188) sinalizam que o conceito é "qualquer unidade de pensamento, [tratando-se de uma] noção selecionada para reter como unidade de análise semântica para fins de indexação; [nela,] os conceitos existentes num documento [e] são extraídos pela análise" e expressos em termos de indexação.

Esclarecemos que as formas de representação de informação que os sujeitos produzem são inúmeras, indo além do texto escrito; podem estar apresentados sob as formas de desenhos, hipertextos, iconografia, réalias, entre outras. Maiores ainda são os objetos que constam no mundo e que cabe a representação estudar suas vinculações terminológicas e conceituais na esfera do conhecimento. Cabe esclarecer, segundo Schopenhauer (2001,

p.181), referindo-se a Kant (2001), o devido cuidado dessa esfera, pois, a faculdade do conhecer dar-se-á pelos "sentidos e [pelo] entendimento" e ambos possuem limitações, pois envolvem duas categorias de natureza relativa, a saber, espaço e tempo.

Há outro filósofo que suas contribuições são interessantes para o enfoque da representação: Wittgenstein (1968). A sua teoria geral da representação tenta responder a seguinte questão: quais são as condições de verdade de uma sentença de forma "x" representa "y"? Parte do pressuposto que a representação é quando algo descreve outra coisa. Para tal, entendemos que "x" pode ser uma imagem, um objeto, uma sentença, um diagrama e "y", um objeto, uma propriedade, um estado de coisas, um fato. Para tanto, esclarece que é preciso que exista algo em comum entre "x" e "y", o que nomina de "forma de representação". Para tornar elucidativo, exemplifiquemos: "x" pode ser uma foto em preto e branco e o seu correspondente em "y" representa qualquer objeto fotografado; "x" pode ser uma pintura colorida e o seu correspondente em "y" só pode representar objetos coloridos; "x" pode ser uma partitura musical e o seu correspondente em "y" é a representação das ondas sonoras. Por fim, compreende que "x" equivale o que representa e "y" o que é representado. A concepção de representação para Wittgenstein (1968) pode ser objeto de estudo e elaboração de outra pesquisa.

É fato que somos envoltos por signos de complexa estrutura em nosso cotidiano e, na maioria das vezes, não percebidos no ato da comunicação, pois ocorre de forma automática. Quando traduzimos (e isso inclui a indexação enquanto processo de ressignificação da linguagem natural para a controlada), assumimos o conceito como pertencente à classe da representação abstrata, um conjunto de signos descritivos são usados para remeter a um ou poucos signos que os expressem (SCHOPENHAUER, 2001). Quando indexamos, por exemplo, extraímos conceitos dos documentos por meio de análise do conteúdo e traduzimos tais termos para outra linguagem, nominada de linguagem documentária. Esta representação identifica o documento e define seus pontos de acesso para consulta dos usuários, o que eleva esse processo a um nível de rebuscamento, pois envolve a sua descrição para um sistema de informação de natureza técnica e, ao mesmo tempo, é parâmetro para que um grupo de sujeitos possa buscar e acessar tais informações (FUJITA; RUBI; BOCCATO, 2009; GOMES, 2006; KOBASHI; FRANCELIN, 2011).

Na rica produção da literatura popular brasileira, em específico o cordel, baliza as nossas pesquisas, estabelecendo os seus enlaces com a representação da informação. Por décadas marginalizado como objeto de estudo acadêmico, resistiu ao tempo e aos diversos meios de interação social mediada (MAIA; OLIVEIRA, 2016). A internet o revigorou e

viabilizou a sua expansão, tornando-se tão único que se configura no século XXI como um dos instrumentos representativos de nossa cultura enquanto fenômeno nacional. Nessa direção, com base em resultados da pesquisa parcialmente publicados nos 16., 17. e 18. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) ocorridos entre 2015 e 2017, culminaram em parte desta tese, sugerimos a necessária revisão do cordel em âmbito da descrição física em função da insipiência dos manuais técnicos (ALBUQUERQUE, 2013; MAIA, 2015; MAIA; OLIVEIRA, 2016; 2017). Guiadas por nossa intuição filosófica, tendo tal documento de aporte teórico, relacionamos a contribuição de Schopenhauer (2001; 2007) para a CI nos aspectos da representação da informação e do conhecimento.

4 PRÁTICAS AUTORAIS DO CORDEL NO CONTEXTO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL E AS SUAS COMPLEXAS RELAÇÕES

Já no século XVIII
Bem lá no ano de 10
Naquela mesma Inglaterra
Uma nova lei se fez
Hoje ninguém lembra mais
De direitos autorais
Foi ela a primeira lei [...]

Pois copyright falava
De cópia em larga escala
E o direito é o monopólio
Sobre cada obra criada
E esse direito, notamos
Durava quatorze anos
E o monopólio acabava [...]

Mas o mais interessante
Pros livreiros e editores
É que o que eles previam
Houve com novos atores
E hoje o direito autoral
Vale tanto, que é anormal
Pra agradar exploradores [...]

Hoje com toda mudança
Que fizeram, quem diria?
Compartilhar e expandir
Chamam de Pirataria
E o direito à cultura?
Criou-se uma ditadura
Como há muito se temia [...]
(GALDINO, 2009, p. 01-08).

A questão de ordem legal vinculada à autoria precisa ser cautelosamente aplicada à CI, em especial, às questões voltadas para autoria de cordel. Na verdade, parece-nos um debate imprescindível, pois envolve elementos relativos ao tratamento, à disseminação, ao acesso e à democratização da informação (SOUSA, 2016; SOUSA; DIAS, 2017; SOUSA et al, 2013). Quanto ao tratamento, o item inicial em qualquer sistema que objetive a recuperação da informação é o preenchimento do metadado "autoria" ou "autoridade". Os manuais técnicos da Biblioteconomia e da Arquivologia atentam para a especificidade desse campo, se autoria individual, compartilhada, institucional, tradução, compilação, organização, pseudônimo e até

a identificação de autoria desconhecida (AMERICAN..., 2006; ARQUIVO NACIONAL, 2001a; 2001b; 2006; CÓDIGO DE..., 2004; RIBEIRO, 2003).

Uma vez determinadas essas nuances, é possível estabelecer políticas de disponibilização: total, parcial ou apenas dos dados catalográficos. Os mecanismos balizadores no que se refere à legislação sobre direitos autorais, no caso brasileiro, precisam sintonizar com a Lei n. 9.610/1998, nominada como Lei de Direito Autoral (BRASIL, 1998), complementada ou atualizada pela Lei n. 12.853/2013 (BRASIL, 2013), pelos Decretos n. 8.469/2015 (BRASIL, 2015d) e n. 9.145 (BRASIL, 2017), pelas Instruções normativas n. 3/2015 (BRASIL, 2015a), n. 4/2015 (BRASIL, 2015b), n. 1/2016 (BRASIL, 2016a) e n. 2/2016 (BRASIL, 2016b) e Portaria n. 53/2015 (BRASIL, 2015c), conforme pontuamos no Quadro 5:

Quadro 4: Da especificidade brasileira dos atos jurídicos quanto à autoria e à propriedade.

Atos jurídicos	Data	Conteúdo
Instrução normativa n. 1	4 de maio de 2016	Dispõe sobre as obrigações dos usuários na execução pública de obras musicais e fonogramas inseridos em obras e outras produções audiovisuais, nos termos da Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, e do Decreto n. 8.469, de 22 de junho de 2015.
Instrução normativa n. 2	4 de maio de 2016	Estabelece procedimentos complementares para a habilitação para a atividade de cobrança, por associações de gestão coletiva de direitos de autor e direitos conexos, na internet. Define na legislação: (1) internet, (2) terminal, (3) endereço de protocolo de internet (IP), (4) administrador de sistema autônomo, (5) conexão à internet, (6) registro de conexão, (7) aplicações de internet e (8) registros de acesso a aplicações de internet, seguindo conforme art. 5. da Lei n. 12.965, de 23 de abril de 2014.
Instrução normativa n. 3	7 de julho de 2015	Estabelece os procedimentos de habilitação, organização do cadastro, supervisão e aplicação de sanções para a atividade de cobrança de direitos autorais por associações de gestão coletiva e pelo ente arrecadador, em consonância com Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.
Instrução normativa n. 4	7 de julho de 2015	Aprova o regulamento de mediação e arbitragem no âmbito do Ministério da Cultura, nos termos da Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, e do Decreto n. 8.469, de 22 de junho de 2015.
Portaria n. 53	7 de julho de 2015	Constitui a Comissão Permanente para o Aperfeiçoamento da Gestão Coletiva – CPAGC, com a finalidade de promover o aprimoramento da gestão coletiva de direitos autorais no Brasil.
Decreto n. 8.469	22 de junho de 2015	Regulamenta a Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, e a Lei n. 12.853, de 14 de agosto de 2013, para dispor sobre a gestão coletiva de direitos autorais.
Decreto n. 9.145	23 de agosto de 2017	Altera o Decreto n. 8.469, de 22 de junho de 2015, que regulamenta a Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, e a Lei n. 12.853, de 14 de agosto de 2013, para dispor sobre a gestão coletiva de direitos autorais.

Lei n. 5.988	14 de dezembro de 1973	Regula os direitos autorais quanto ao registro das obras intelectuais. Salientamos que tal lei foi revogada pela Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.
Lei n. 9.610	19 de fevereiro de 1998	Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais, tratando: (1) dos tipos de publicação, autoria, transmissão ou emissão, retransmissão, distribuição, comunicação ao público, reprodução e contrafação; (2) dos tipos de obra (co-autoria, anônima, pseudônima, inédita, póstuma, originária, derivada, coletiva, audiovisual, fonograma, editor, produtor, radiodifusão, artistas intérpretes ou executantes e titular originário); (3) da categorização e especificações quanto à autoria das obras intelectuais, das obras protegidas, dos direitos do autor, dos direitos morais do autor, dos direitos patrimoniais do autor; (4) da duração, limitações e transferência dos direitos autorais e dos direitos de autor; (5) da explanação quanto à edição, à comunicação ao público e à utilização da obra de arte plástica, da obra fotográfica, de fonograma, da obra audiovisual, de bases de dados e da obra coletiva no contexto da utilização de obras intelectuais e dos fonogramas; (6) da orientação quanto aos direitos conexos no que se refere aos artistas intérpretes ou executantes; aos produtores fonográficos; às empresas de radiodifusão e à duração dos direitos conexos; (7) das associações de titulares de direitos de autor e dos que lhes são conexos; (8) das sanções civis no que concerne às violações dos direitos autorais.
Lei n. 12.853	14 de agosto de 2013	Altera os artigos 5, 68, 97, 98, 99 e 100; acrescenta os artigos 98-A, 98-B, 98-C, 99-A, 99-B, 100-A, 100-B e 109-A; e revoga o artigo 94 da Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para dispor sobre a gestão coletiva de direitos autorais. As alterações envolvem: (1) a titularidade originária; (2) as associações de titulares; (3) a arrecadação e distribuição dos direitos relativos à execução pública de obras musicais e literomusicais e de fonogramas; (4) a atividade de cobrança; (5) as funções e prestação de contas das associações de gestão coletiva de direitos autorais.

Fonte: Brasil (1973; 2016a; 2016b; 2015a; 2015b; 2015c; 2015d; 2017; 1998; 2013).

Esse conjunto normativo estabelece os critérios acerca do patrimônio cultural, do direito autoral e da propriedade intelectual em âmbito nacional.

Contudo, chegar a esse nível de organização legal, prescinde o nosso olhar para a história para percebermos como esses processos constituem-se. Das várias leituras (BRASIL, 1998; 2013; DUARTE; PEREIRA, 2009; FRAGOSO, 2009; PARANAGUÁ; BRANCO, 2009), percebemos que não há unanimidade quanto à demarcação do início do direito autoral. Das remotas artes rupestres ou da Grécia antiga, cada estudo aponta suas particularidades historiográficas.

4.1 À GUISA DO MARCO HISTÓRICO EM TORNO DA AUTORIA

Em nosso caso, tomamos como ponto de partida no tocante à autoria o período do Renascimento europeu do século XV. Justificamos que tal escolha envolve um momento histórico crucial no fortalecimento de forças econômicas que surgem em função do reavivamento das cidades européias e a constituição de uma nova classe social, que define os rumos das práticas comerciais incluindo a seara da cultura, a saber, o capitalista. São nas práticas pré-capitalistas (século XV, XVI e XVII) que se delineia a embrionária relação entre produtor intelectual de obras litéro-artísticas culturais, o seu insumo, sua perspectiva patrimonial e valoração econômica na atualidade. De certa forma, não havia um sentimento de anormalidade nesse período pré-capitalista do plágio, sendo inclusive benéfico no sentido de disseminar ideias.

Um poeta inglês podia se apropriar de um soneto de Petrarca, traduzi-lo e dizer que era seu. De acordo com a estética clássica da arte enquanto imitação, esta era uma prática perfeitamente aceitável. O verdadeiro valor dessa atividade estava mais na disseminação da obra para regiões onde de outra forma ela provavelmente não teria aparecido, do que no fortalecimento da estética clássica. As obras de plagiadores ingleses como Chaucer, Shakespeare, Spenser, Sterne, Coleridge e De Quincey ainda são uma parte vital da tradição inglesa e continuam a fazer parte do cânone literário até hoje (CRITICAL ART ENSEMBLE, 2001, p. 83-84).

Se por um lado havia a ideia de arte enquanto mecanismo de reprodução, por outro, já no século XV, os mecenas eram os reconhecidos investidores/patrocinadores em artes, participando desse grupo o clero e a nobreza, pois eram os detentores da riqueza a época. Com a gradativa ascensão econômica dos comerciantes e dos banqueiros europeus, também passam a investir nas artes como mais uma faceta na obtenção de prestígio e de reconhecimento social. Além de outros aspectos, o financiamento de obras de cunho artístico estende o apartamento gradativo entre estes novos personagens sociais e a plebe; ao passo que os aproximam dos nobres e dos religiosos no sentido de galgar privilégios e cobiçados postos e status nas diversas esferas sociais e de poder.

Para além da acumulação financeira, sua vontade de participação política ascendia, não obstante, eram limitados por pertencer ao grande grupo da classe social menos favorecida. Para distanciar-se destes e assegurar privilégios apenas limitados ao clero e aos nobres, os comerciantes buscam diferenciar-se de sua embrionária classe. Para tal, observam que o bens culturais não só produzem a acumulação financeira e status social como também são formas

de representação de novas concepções sociais. No espaço das artes, se a demasia iconográfica restringia-se eminentemente as obras de cunho religioso e da realeza, o escopo amplia-se para registro da família, do lar, do trabalho (ARIEËS, 1981). Se por um lado as obras lítero-artísticas passam a ser objetos de comercio, por outro, vislumbram o viés ideológico como um recurso que retrata uma nova sociedade, um novo homem. Segundo Bourdieu (2010; 2015), a arte é valorada em função de seu simbolismo.

O amadurecimento quanto à legalidade autoral nos moldes capitalistas ocorre 2 (dois) séculos depois, em 1791 na França, por meio da publicação da "Carta dos direitos de representação". Dois anos em seguida, em 1793, é regularizada a "Lei relativa aos direitos de propriedade dos escritos de todo o gênero, compositores de música, pintores e desenhistas" (PEREIRA, 1978, p. 88-89). É nesse movimento que se vislumbra a produção artística numa perspectiva de organização comercial delineadamente legalista. Assim, em "setembro de 1886, foi assinada a Convenção de Berna, [cujo] objetivo foi o de proteger obras literárias e artísticas desde que expressas em um dos meios formais passíveis de proteção" (PARANAGUÁ; BRANCO, 2009; SILVA, 2014; SOUSA, 2016).

Foi essa concepção de arte engendrada no Brasil com a ocupação e a dominação dos portugueses em nosso território no século XVI e, por isso, explicamos nossa historiografia artística com base no continente europeu - apenas por tal situação contextual. Dentre vários passos, empoderar-se do campo das artes foi primordial no processo de construção de uma nova classe que se consolida na Europa no século XVIII com a nomeação de burguesia, desvencilhando-se da plebe e garantindo-lhe os almejados espaços na economia, na sociedade, na política, entre outros.

Esses empoderamento e singularidade permitem a valoração dos objetos culturais a números inimagináveis. Em novembro de 2017 (PRESSE, 2017), a tela *Salvator Mundi*, de autoria de Leonardo da Vinci, foi vendida em leilão por US\$ 450,3 milhões (de dólares). No campo da literatura não é distinto: um obra feita a mão por Maurice Rugendas, que esteve no Brasil em 1822, teve lance inicial num leilão de R\$ 150 mil reais (SZABATURA, 2013). Essa lógica atribui aos bens culturais a entrada no circuito financeiro e, por isso, identificar e assegurar a um indivíduo ou grupo o direito criação é tão importante, gerando lucros e posição social privilegiada para quem tem legitimidade da posse. Desse modo, surge a esse contexto a seleta figura do avaliador, que estabelece os critérios de autenticidade e de qualidade técnica. Essa conjuntura favoreceu a institucionalização das artes, sejam de caráter plástico (escultura e pintura) e literato.

Trata-se, pois, de um processo com lucros e perdas do curso do qual os grupos e/ou as classes lutam para conservar ou melhorar sua posição relativa na hierarquia (com o montante de capital econômico e cultural inerente à posição), [...] modificando o sentido de sua trajetória (BOURDIEU, 2015, p. XLVIII).

A proteção não é só do criador, mas de todos os envolvidos nesse circuito e é essa a natureza capitalista - tornar tudo financiável. Nessa direção, questionando sobre o papel do autor e a sua relação com a obra produzida, Foucault (2001, p. 275) acrescenta:

O discurso, em nossa cultura (e, sem dúvida, em muitas outras), não era originalmente um produto, uma coisa, um bem; era essencialmente um ato - um ato que estava colocado no campo bipolar do sagrado e do profano, do lícito e do ilícito, do religioso e do blasfemo. Ele foi historicamente um gesto carregado de riscos antes de ser um bem extraído de um circuito de propriedades. E quando se instaurou um regime de propriedade para os textos, quando se editoram regras estritas sobre os direitos do autor, sobre as relações autores-editores, sobre os direitos de reprodução etc. - ou seja, no fim do século XVIII e no início do século XIX -, e nesse momento em que a possibilidade de transgressão que pertencia ao ato de escrever adquiriu cada vez mais o aspecto de um imperativo próprio da literatura.

A arte e as obras dela oriundas eram mais próximas da ideia de "arte pela arte" num sentido de compromisso com o fazer. O capitalismo demarca um outro viés da relação entre o produtor intelectual e aquele que responde pelo processo financeiro que envolve tal circuito, seja no campo das letras, da iconografia e da música. Nessa direção, Schopenhauer (2007, p. 61) reflete suas angústias quanto à escrita dos textos a sua época, reforçando o discurso foucaultiano: a vaidade pela busca da imortalidade da obra - a sua prosperidade vincula-se à transcendência temporal do uso de seus assuntos. Dessa proposição, categoriza os tipos de escritores: (1) os que escrevem determinados a esmiuçar um assunto, relacionando as suas experiências e comunicando algo digno e (2) os que escrevem por escrever, geralmente, visam ao dinheiro ou à fama. Estes, pecam pela obscuridade e não acrescenta em nada o leitor e, ainda, deterioram a língua - adulteram e desfiguram o dito de outros autores lidos; estes "escrevem sem pensar" (SCHOPENHAUER, 2007, p. 57) valem-se de *flashes* reminiscentes da memória e afirmações vazias, interessando-se apenas pelo dinheiro. E Foucault (2001, p. 275) complementa:

Como se o autor, a partir do momento em que foi colocado no sistema de propriedade que caracteriza nossa sociedade, compensasse o status que ele recebia, re-encontrando assim o velho campo bipolar do discurso, praticando sistematicamente a transgressão, restaurando o

perigo de uma escrita na qual, por outro lado, garantir-se-iam os benefícios da propriedade.

Ainda que impere o viés econômico, a legalidade da autoria é fundamental para assegurar a proteção das criações intelectuais, em específico, referimo-nos às obras literárias e artísticas. No Brasil (1998), a propriedade intelectual permite aos seus titulares os direitos de ordem econômica, assegurando os modos de comercialização, circulação, utilização e produção dos bens espirituais ou dos produtos e serviços que incorporam tais criações (DUARTE; PEREIRA, 2009; PARANAGUÁ; BRANCO, 2009; SOUSA, 2016).

4.2 SOBRE O DIREITO AUTORAL

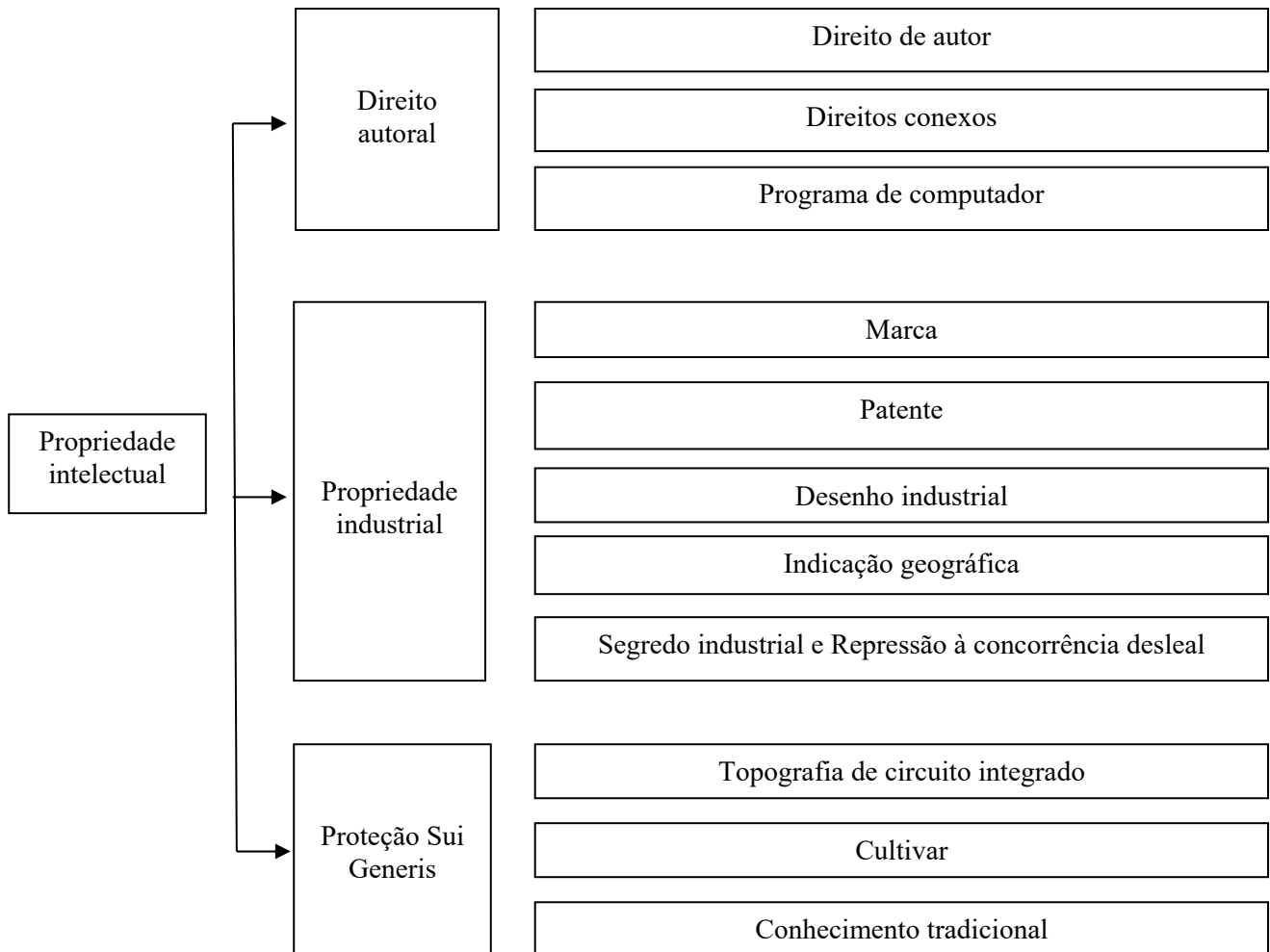
Seja o autor, o criador, o tradutor, o pesquisador ou o artista, deles emanam o poder de controle e uso de sua produção. Assim, corroborando o Núcleo... (2006, p. 04), a propriedade intelectual pode ser entendida como "toda proteção jurídica conferida às criações oriundas do intelecto".

Cabe ressaltar que não há unanimidade conceitual em torno da propriedade intelectual. Sousa (2016) atenta que a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) não define de modo formal esse conceito. Do ponto de vista internacional, tem-se uma exaustiva lista identificando o que abrange os produtos relativos à propriedade intelectual, a saber,

às obras literárias, artísticas e científicas; às interpretações dos artistas intérpretes e às execuções dos artistas executantes, aos fonogramas e às emissões de radiodifusão; às invenções em todos os domínios da atividade humana; às descobertas científicas; os desenhos e modelos industriais; às marcas industriais, comerciais e de serviço, bem como às firmas comerciais e denominações comerciais; à proteção contra a concorrência desleal e 'todos os outros direitos inerentes à atividade intelectual nos domínios industrial, científico, literário e artístico' (SOUSA, 2016, p. 14).

Em consonância com a OMPI, tornando didática a visualização acerca da classificação existente no âmbito de cobertura da propriedade intelectual, eis a Figura 6:

Figura 6: Classificação dos elementos legais acerca da propriedade intelectual conforme OMPI.



Fonte: Universidade Estadual do Oeste do Paraná [21--].

No contexto legal brasileiro, seguindo tais orientações internacionais, tal propriedade classifica-se da seguinte forma:

- (a) a propriedade industrial: que trata de patentes de invenção, modelos de utilidade, desenhos industriais, indicações geográficas, registro de marcas e proteção de cultivares.
- b) o direito autoral: que trata de obras literárias, artísticas e científicas.
- c) proteção *sui generis*: concerne a programas de computador, topografias de circuito integrado, domínios na Internet e cultura imaterial (DUARTE; PEREIRA, 2009, p. 04) .

A Figura 6 ilustra o quão é abrangente o universo da propriedade intelectual. Deste, o nosso recorte envolve o direito autoral e, mais especificamente, o direito de autor, considerando que o cordel se insere nesse escopo por se tratar de obra literária e artística.

A defesa legal da produção humana ancora-se nas prerrogativas jurídicas apresentadas na Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988, p. 112), sinalizadas no artigo 215, que

trata da obrigatoriedade do Estado em "garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais". Ou seja, é dever do Estado assegurar a liberdade e o estímulo à produção cultural nacional, devendo agregar também as condições de guarda, de conservação, de proteção e de sua disponibilização *a posteriori* para o acesso e o uso. Para tanto, a especificidade legal do direito autoral cria a sua antonímia: a figura do domínio público, que permite a qualquer cidadão do mundo, mediante critérios, ascender e utilizar essa produção acumulada sem custo. Essa disponibilização também assegura, na forma da lei, a indicação da probidade autoral.

Paranaguá e Branco (2009, p. 60-61) apontam para dois tipos de domínio público, considerando também a realidade presente do espaço virtual: (1) de vinculação jurídica nominada por *legal commons* e (2) o *social commons*, de vinculação social. Quanto ao primeiro tipo, em consonância com o artigo 45. da Lei n. 9.610/1998 (BRASIL, 1998), pode ser enquadrados em: (1.1) transcorrido o prazo de 70 (setenta) anos a partir da morte do autor; (1.2) "obras de autores falecidos [sem] sucessores"; (1.3) autoria desconhecida, "ressalvada a proteção legal aos conhecimentos étnicos e tradicionais". Lembrando que qualquer obra de domínio público é garantida a integridade da autoria. O *social commons* demarca um segundo tipo de domínio público surgido diante das práticas oriundas da internet. O autor, objetivando a circulação e a divulgação de sua produção, autoriza o uso de suas obras por meio de sistema de licença de acesso público. Essa autorização é de anseio do autor, resguardando o usuário de qualquer ação jurídica.

Essa explicação é necessária, pois o acervo de folheto de cordel da BORAA possui uma gama satisfatória de documentos datadas desde 1907. Até o ano de 2013, dos 1.044 (um mil e quarenta e quatro) títulos cadastrados no sistema, 211 (duzentos e onze) já foram identificados como sendo de domínio público, podendo ser disponibilizados na íntegra para os usuários sem cometer qualquer ação ilegal, cumprindo o que estabelece a Lei 9.610/1988 (BRASIL, 1998).

4.3 AS PRÁTICAS DO DIREITO AUTRAL NO CONTEXTO DO CORDEL E DA PROPRIEDADE

É no campo do direito autoral que a arte, a música, a ciência e a literatura estão protegidas e, nessa direção, suas políticas são respaldadas no âmbito do Ministério da Cultura (BRASIL, 2015a; 2015b; 2015c; 2016a; 2016b). Essa proteção combate o plágio, que "se caracteriza com a apropriação ou expropriação de direitos intelectuais. O termo 'plágio' vem do latim 'plagiarius', um abductor de 'plagiare', ou seja, 'roubar'" (CAPES, 2011, p. 01). De

acordo com a Lei n. 9.610/1998 (BRASIL, 1998), o plágio enquadra-se na categoria de crime, violando gravemente à propriedade intelectual e aos direitos autorais, pois alguém assume a identidade criativa de algo realizado por outro (FONSECA, [21--], p. 01).

Almeida e Alves Sobrinho (1978, v. 1, p. 65, 71-72, 93, 211, 212-213, 258-259, 267-268, 285) apontam vários casos de venda de direitos autorais, datados do início do século XX, e, em alguns, identificam o plágio. Abaixo, selecionamos e listamos com base na fonte supra tais fatos, indicando o nome do poeta, sua biografia que relata o ocorrido:

ARAGÃO, Antonio

BIOGRAFIA:

Poeta popular falecido, autor provável do folheto "As 4 herdeiras do céu" impresso pela primeira vez em 1943 por Joaquim Batista de Sena como de autoria de João Melquiades Ferreira da Silva. Em 1961, Joaquim Batista reimprime o folheto e na contra-capla declara ter ouvido a história pela primeira vez em 1927 cantada por Pedro Gama a quem pagou pela cópia que editou em 1943, atribuindo a autoria a Melquiades. Declara ainda ter o mesmo Pedro Gama informado a ele que o autor era Antonio Aragão, do que depois teve vagas confirmações. [...]

ATHAYDE, João Martins de (Ingá-PB, 1880 – Recife-PE, 1959)

BIOGRAFIA:

Poeta popular e editor de folhetos durante o período que vai aproximadamente de 1920 a 1950. Em 1921 comprou à viúva de Leandro Gomes de Barros, por seiscentos mil réis, os direitos autorais do poeta de Pombal. Durante trinta anos foi o grande editor de folhetos do Nordeste. Em 1950 vendeu seus direitos a José Bernardo da Silva, estabelecido em Juazeiro-CE com a Tipografia São Francisco, para onde deslocou-se, de Recife, o maior centro editorial nordestino. De 1940 para cá outras folhetarias surgiram, algumas chegaram a ser grandes, mas nenhuma atingiu as proporções nem durou tanto como as de Athayde e Bernardo. Regra geral Athayde suprimia o nome dos autores bem como seus acrósticos das obras que adquiria, delas declarava-se, nas capas, editor proprietário e às vezes nem isso, embora não assumisse abertamente a paternidade do folheto. José Bernardo seguiu o exemplo do mestre, declarou-se editor proprietário mas conservou ao lado do seu nome o de Athayde como se esse fosse o autor. Daí, veio a confusão com o tempo as obras de Leandro, José Duda, Pirauá, Delame, ficaram sendo de Athayde. Hoje os pesquisadores, com base em velhas edição do começo do século, estão restabelecendo a verdade. Com ela porém vem a leviandade de se dizer que Athayde e José Bernardo roubavam autorias. Athayde, o autor do necrológio de Leandro, no qual declarava-se não saber-se o quanto o autor de O Boi Misterioso escreveu, era ele também um grande poeta e por isso bastante orgulhoso para não assinar como sua obra de outro. A eliminação de nomes e acrósticos ao lado da declaração ostensiva de editor proprietário visava eliminar as atividades dos editores clandestinos mais ousados para publicar obra de morto do que de proprietário vivo. Athayde, segundo testemunho dos que o conheceram era um homem

ameno, equilibrado e de bom caráter, ao qual não se podem nem se devem atribuir características de surrupiador de propriedade intelectual alheia. De maior porte que um simples folheto, Athayde publicou em 1937, orientado por Valdemar Valente, o livro *Trovador Nordeste*. Ver os verbetes Leandro Gomes de Barros, José Bernardo da Silva, José Pretinho, Delame Monteiro da Silva, Expedito Sebastião da Silva, Aleluia Filho, Cordeiro Manso e Olegario de Oliveira Neto. [...]

BOCAGE MODERNO

BIOGRAFIA:

Poeta popular, certamente baiano, autor do folheto "História da rã ganhadeira" de mesmo título do folheto de autoria de Severino Barbosa Torres, este, cearense ou maranhense.[...]

PAULA, Francisco Firmino de (Pilar-PB, 02-04-1911 – Recife-PE, 03-12-1967)

BIOGRAFIA:

Poeta popular também conhecido como Francisco de Paula. Começou a escrever em 1926. Engenhoso, construiu uma máquina de imprimir que depois vendeu a José de Souza e deste foi adquirida por Liedo Maranhão, depois da morte do construtor que ocorreu entre 1965 e 1970. Francisco de Paula escondeu-se atrás dos maliciosos pseudônimos H. Rei, H. Rufino e H. Romeu, quando escreveu folheto de sentido dúbio, vagamente fesceninos. [...]

PAZ, Romano Elias da (Mamanguape-PB, 25-01-1901)

BIOGRAFIA:

Cantador e poeta popular, também conhecido como Romano Elias, reside em Natal-RN. [...] É um preto alto, lazarino, simpático, comunicativo e inteligente. Foi excelente cantador no seu tempo. Talvez irritasse uns porque caprichava no trajar, usava chapéu de palhinha, anéis. Afinava a viola baixo e cantava sem pressa, lentamente, improvisando bem e desconcertando o adversário. [...] Entre 1929 e 1931 a concluir das acusações de José Camelo, forneceu a Melchiades uma cópia manuscrita do romance de Camelo, "O Pavão Misterioso", que Melchiades, evidentemente com algumas modificações, imprimiu como seu. Anos depois, José Camelo publicou o romance com umas sextilhas iniciais acrescidas, denunciando a apropriação indébita. [...] A propriedade da versão de Melchiades terminou nas mãos de José Bernardo da Silva, grande editor, e o resultado é que a história corre o mundo como de autoria de Melchiades. [...]

SENA, Joaquim Batista de (Bananeiras-PB, 21-05-1912)

BIOGRAFIA:

[Usou o pseudônimo Joaquim Barauna]. Poeta popular e editor, reside atualmente em Fortaleza-CE, para onde voltou depois de rápida passagem pelo Rio. Seu movimento editorial começou no final da década de 30 em Guarabira-PB, onde fundou a Tipografia São Joaquim, transferida para Fortaleza nos anos 50, quando da sua mudança para aquela cidade. Em 1973 vendeu seus direitos autorais a Manoel Caboclo e Silva, de Juazeiro-CE, e mudou-se para o Rio. [...] Joaquim Batista de Sena caracterizou-se pelo espírito de religiosidade católica, pelo comportamento moral irrepreensível e pelo critério

como editor. [...] Em 1943 publicou um romance como sendo de João Melchiades e quase vinte anos depois reedita-o declarando na contracapa o engano cometido e dando-o como de provável autoria de Antonio Aragão, tudo conforme suas investigações. quando ainda residia na Paraíba, fez-se defensor do relaxadíssimo José Camelo de Melo Rezende, atacando violentamente todo aquele que explorasse o nome do poeta de sua admiração. Poderá parecer que sua defesa provinha do fato de ele ser proprietário de algumas obras de José Camelo, mas não está aí a explicação de sua atitude. Não era só Joaquim Batista de Sena o único admirador de Camelo. Qualquer poeta cantador da geração de Joaquim tem José Camelo como poeta que nada ficou devendo a Leandro ou Athayde. Muitas das obras de Camelo foram vendidas a Egidio de Oliveira Lima, a Athayde, a Manoel Barauna (Sobrinho de Joaquim) e todos esses omitiam o nome de Camelo das capas dos folhetos. É que sendo José Camelo procuradíssimo não podia cair no domínio público dos editores e poetas que nem sempre é o mesmo estipulado em lei. [...]

SILVA, Delarme Monteiro da (Recife-PE, 17-04-1918)

BIOGRAFIA:

Poeta popular, reside onde nasceu. Em 1938, aos vinte anos, publicou seu primeiro romance "A feiticeira do bosque", impresso na tipografia de João Martins de Athayde, à rua dos Pescadores no bairro de São José da capital pernambucana. A partir dessa data, Delarme ficou trabalhando para João Martins de Athayde como aprendiz de tipógrafo, e ao mesmo tempo editando seus trabalhos. [...] É o próprio Delarme quem declara ter sido Athayde um homem corretíssimo, incapaz de se apropriar de trabalhos alheios, e que o considerava tão bom poeta quanto foi Leandro [Gomes de Barros]. [...]

SILVA, Severino Borges da (Aliança-PE, 08-10-1919)

BIOGRAFIA:

Cantador e poeta popular. [...] Começou a escrever em 1936 e a cantar em 1942. Seu primeiro folheto foi publicado pela tipografia de "A Folha de Itabaiana", Paraíba. Severino Borges, como é conhecido, era muito amigo de Luiz Gomes Lumerque, poeta e astrólogo falecido em 1959. A ele, a viúva entregou os livros e originais inéditos do marido. De certa forma, Borges soube tirar proveito do legado que recebeu do amigo, homem lido e instruído. Rastros dessas influências são sensíveis em dois dos cerca de 100 folhetos publicados por Severino Borges após a morte de Lumarque. são eles: "A influência dos signos na vida da humanidade" e "A nova profecia do grande sábio francês".

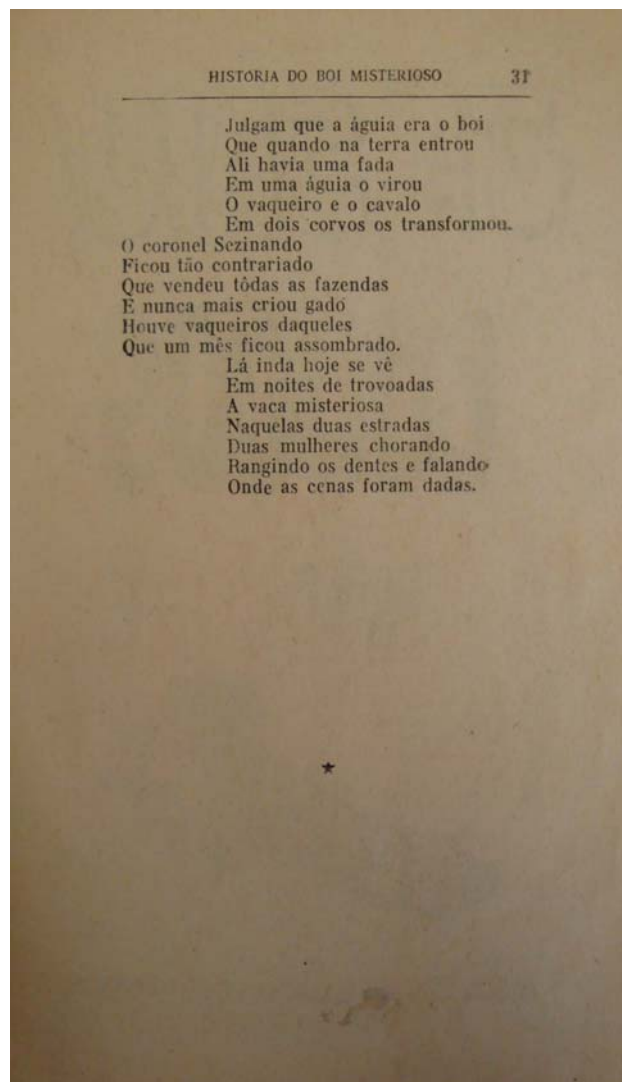
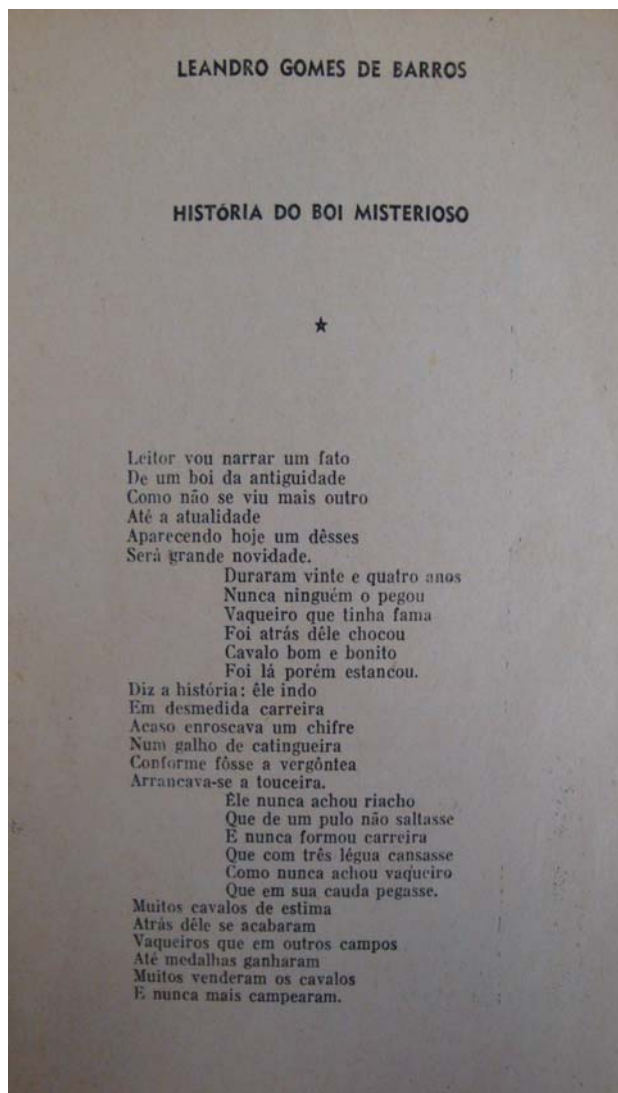
Pelas biografias relatadas, a prática de plágio é presente e conhecida pelos membros desse universo. Atentamos para a biografia de João Martins Athayde e percebemos a incisiva defesa de Almeida e Alves Sobrinho (1978, v. 1) ao referido poeta. Contudo, o caso que envolveu o pai do poesia popular, Leandro Gomes de Barros, tomou grande repercussão, pois João Martins Athayde, além de publicar folhetos retirando a autoria original, chegou a alterar o acróstico (Figura 9) de vários cordéis produzidos por Barros após comprar o direito de comercialização em 1921 (BATISTA, 1971; HAURÉLIO, 2012; LITERATURA DE

CORDEL, 1987). Estima-se 600 títulos escritos por Leandro Gomes de Barros e cerca de 10.000 tiragens (BARROS, 2007). Vianna (2014, p. 89-90) explica que

sabendo que os folhetos de Leandro gozavam de enorme popularidade, como ainda hoje se verifica, Athayde moveu esforços para adquirir os direitos autorais de sua obra junto à família do poeta falecido. Inicialmente, ele colocava o seu nome ao lado do nome do autor, apenas como editor-proprietário. Mais tarde passou a suprimir o nome de Leandro mantendo apenas o seu.

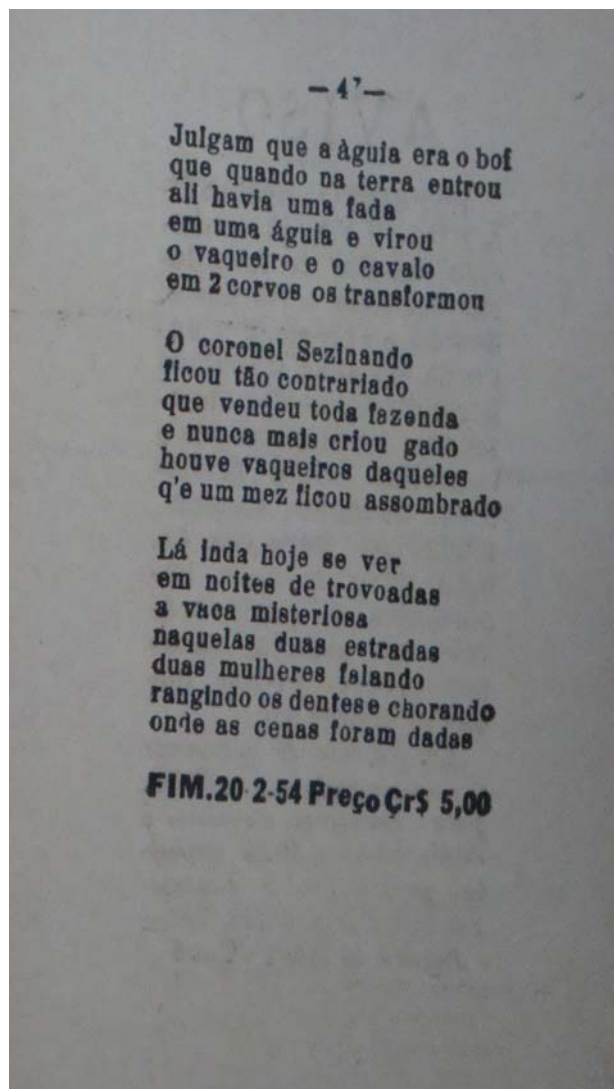
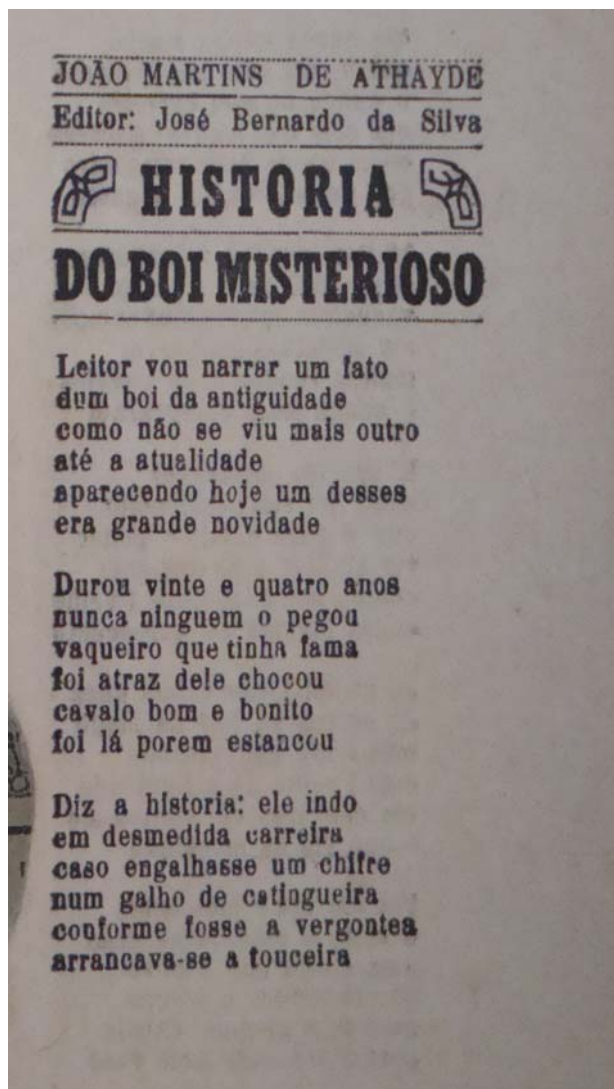
Corroborando tal assertiva, as Figuras 7, 8 e 9 ilustram e exemplificam a existência de plágio realizado por Athayde (1939, 1954) em relação à produção de Barros ([1865-1918]). O reconhecido pai do cordel brasileiro parecendo antever a possibilidade de plágio, inclui o acróstico na poesia como forma de codificação autoral. Interessante que o ilustre poeta fora disso vitimado (HAURÉLIO, 2012; VIANNA, 2014). Na Figura 7, consta o cordel identificando o autor original da poesia "História do boi misterioso" e o seu acróstico, cujas iniciais no último verso contem as letras iniciais do nome do autor, a saber, LEANDRO. Já na Figura 8, o nome do autor é modificado, mas, a presença do acróstico é uma marcação indiscutível quanto à usurpação da autoria feita por Athayde (1954). No tocante à Figura 9, Athayde (1939) modifica a estrofe final, tentando mascarar a autoria original a qual não pertence.

Figura 7: Acróstico no cordel "História do boi misterioso", autoria de Leandro Gomes de Barros.



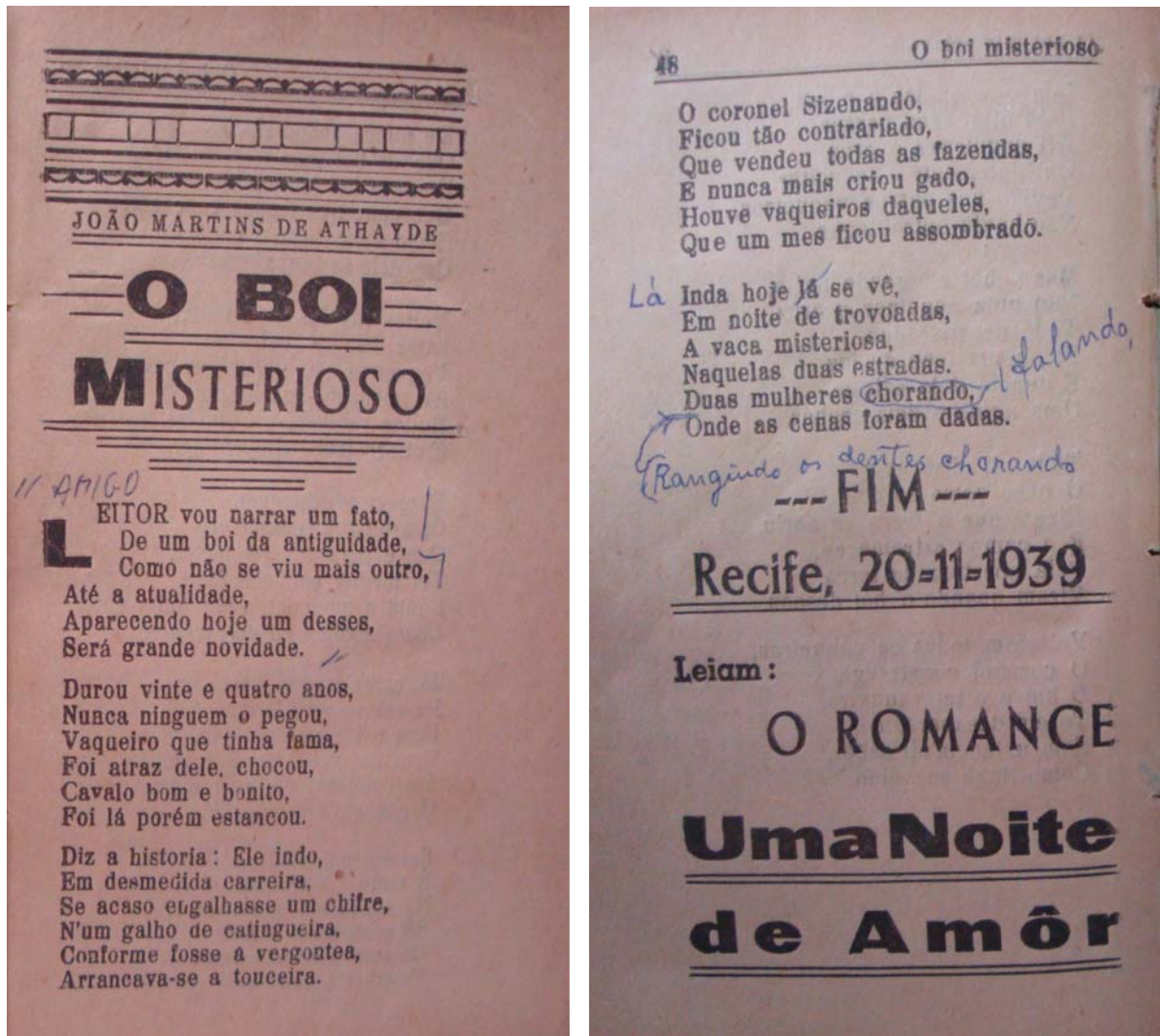
Fonte: Acervo digital oriundo da Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida (BARROS, [19--?]).

Figura 8: "História do boi misterioso" com autoria modificada por João Martins de Athayde, contudo, sem alteração do acróstico original.



Fonte: Acervo digital oriundo da Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida (ATHAYDE, 1954).

Figura 9: "História do boi misterioso", autoria e acróstico modificados por João Martins de Athayde.



Fonte: Acervo digital oriundo da Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida (ATHAYDE, 1939).

Deste caso, além de apontar a existência das práticas de plágio no cordel, um elemento nos chama a atenção no tocante ao cuidado com a possibilidade de garantir e assegurar a manutenção da autoria: o acróstico. De caráter visionário, embora sem legislação específica no campo do direito do autor no Brasil só foi formalizada em 1973, os cordelistas criaram em suas práticas de escrita esse elemento na construção da poesia. É a consciência de si e de sua produção que torna a autoria no cordel um tema fascinante. Trata-se do uso de pista nos versos do cordel que identifica a titularidade da produção. O acróstico é a assinatura do autor, usando o seu nome nas letras iniciais de cada verso de uma ou mais estrofes finais da poesia, sinalizadas na Figura 7.

Almeida e Alves Sobrinho (1978, v. 1, p. 53-314) listam e demonstram o quanto esse elemento foi amplamente usado pelos cordelistas, mesmo antes de qualquer formalização

legalista brasileiro (ANEXO C), e de uso expansivo pelos poetas em todo território nacional. Dos poetas que constam no dicionário elaborado pelos supra autores, identificamos que fizeram a utilização do acróstico nos seguintes estados brasileiros: Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, São Paulo e Sergipe. Trata-se, então, de um elemento reconhecido e característico desse documento. Por isso, sugerimos a relevância de pesquisas que realizem levantamento de acrósticos em cordéis, pois agrega um valor informativo simbólico e permite a possibilidade do reconhecimento autoral, podendo disponibilizar a obra na íntegra após transcorridos 70 (setenta) anos de sua morte (BRASIL, 1998). Galdino (2009, p. 01-08) explica a lógica do domínio público e ironiza quem de fato lucra com o direito de propriedade:

Nasceu o Domínio Público
Nesta distante Idade
Os livreiros exploravam
Seus direitos à vontade
Mas terminado o prazo
Toda obra era, no caso
Doadà à Humanidade [...]

Por que, vê se faz sentido
A desculpa que eles dão
Pra monopólio de livros
É incentivo à criação
Se é assim, por que, ora pois
Ele dura anos depois
Da morte do cidadão? [...]

O direito agora vale
Por toda a vida do autor
Depois mais setenta anos
Depois que a morte chegou
Pra incentivar o defunto
Mesmo estando de pé junto
Continuar a compor [...]

Toda essa exploração
Funciona desse jeito
O pobre artista cria
O seu trabalho perfeito
Um trabalho bom e novo
Ele faz é para o povo
Poder ver o que foi feito.

Além de usar esse recurso no conteúdo do documento designando autoria, os cordelistas também firmam tipograficamente a distinção entre produtor e quem detém a sua posse: o direito autoral e o proprietário intelectual, conforme Figuras 8 e 9. Em específico, no

que concerne à Figura 10, a tipografia identifica João Martins de Athayde como autor, contudo, o tempo e os estudos sobre o cordel garante a José Camelo de Melo Resende a autoria da poesia "O pavão misterioso". Essa distinção no documento é um aspecto intrigante, fazendo-nos perceber o quanto os poetas populares foram precursores no tocante à normativa legal brasileira.

Figura 10: Capa em xilogravura e primeira página do cordel tipografado com a autoria de João Martins de Athayde.



Fonte: Acervo digital oriundo da Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida (ATHAYDE, 1959).

Há uma tipologia que Garschagen (2006) estabeleceu no tocante ao plágio: a) integral: texto copiado tal qual o original; b) parcial: a transcrição é de parte do texto e c) conceitual: há a apropriação dos conceitos e teorias do outro e o plagiador apresenta como se dele fosse.

Essa classificação não é mencionada na Lei n. 9.610/1998 (BRASIL, 1998) e temos ressalvas quanto ao plágio conceitual identificado por Garschagen (2006). A Lei é clara em seu artigo 8., não protegendo "as idéias, procedimentos normativos, sistemas, métodos, projetos ou conceitos matemáticos" (BRASIL, 1998, p. 03). Para nós, o que o autor nomina por plágio conceitual, aproxima-se do campo da intertextualidade, o que também não se configura uma transgressão no seu aspecto legal. Para configurar o crime, a inscrição da ideia precisa estar registrada em um suporte.

Se em período outrora a reprodução era aceitável e praticável, por outro, gradativamente, a não identificação obrigatória da autoria demarca transgressão. Essa nova forma quanto ao escopo autoral, para Foucault (2001), vincula-se diretamente às questões de ordem financeira, relativos aos seus ganhos e/ou penalidades proporcionadas pela atividade da escrita. Nesse contexto, o autor assume uma função social, pois o texto perpassa discursos, que são interpretados e reescritos de diversas formas, reproduzindo o dito. A escrita, a edição e a propriedade configuram para Foucault (2001) um outro universo, um outro campo discursivo, e, portanto, a função-autor tem seus sistemas jurídico e institucional próprios. Possui suas regras, modos de existir e funcionar.

A intertextualidade configura-se como um entrelaçamento no campo discursivo; são as redes ou malha de ideias que cruzam, entrecruzam e interligam-se em número exaustivo de textos. Dependendo do lugar de enunciação, a posição que o detentor de seu direito o profere (melhor esclarecendo, o registra), pode produzir uma pluralidade de textos e de significados. Quando imaginamos o espaço em rede, a intertextualidade torna-se exponencial (SILVA, 2008). E os cordelistas acompanharam esse movimento, ao revés de discursos que proferiam a sua extinção desde o surgimento do rádio e da televisão, formando uma forte teia. Remetendo as matizes do passado, Monteiro (2012, p. 02) afirma:

[...] um romance de 600 páginas; aqueles longos romances que eram escritos antigamente eram normais. As pessoas tinham muito tempo para ler, porque quem tinham acesso aos livros geralmente eram as pessoas ricas. Então, o rico sempre ri a toa e tem mais tempo, né?! Então, [os ricos] liam os romances de 600 páginas e o poeta inteligentemente [...] ouvia [...] aquela história e transportava aquilo. Fazia a síntese daquele trabalho, daquela grande história importante universal para um folhetos e são muitos os que vieram parar nas nossas mãos desta forma.

É na capacidade de integrar-se e apropriar-se do "novo" e se ressignificar que está a alma do cordel brasileiro: expandir suas histórias e as suas formas de expressão e de veiculação tornam esse documento único, interessante e fascinante. Monteiro (2012, p. 04-

05), ciente dessa capacidade de ressignificação e intertextualidade que os folhetos assumem, afirma:

eu não queria trabalhar; eu queria fazer poesia [...] Lembrei da feira de Bezerros [e] dos folhetos. [Lembrei] da poesia do Castro Alves, do Casemiro de Abreu, do Fagundes Varela e [...] botei na cabeça: - vou escrever cordel e vou sair vendendo cordel por aí! [...] Quando aparece algo novo, nome novo, um assunto novo, que eu não tenho o menor conhecimento dele, eu sou provocado. Tenho interesse para participar daquele [e] fazer alguma coisa, um trabalho naquele sentido. Eu fico feliz e satisfeito.

No catálogo do acervo pertencente à Universidade Estadual da Paraíba (2016), estão listados 13.296 (treze mil, duzentos e noventa e seis) títulos de cordel. Várias singularidades já apresentadas está nele listado. Fizemos um recorte desse documento, no sentido de alinhar tais informações às complexas relações autorais desse universo:

Quadro 5: Levantamento de parte dos títulos de cordel do acervo da Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida.

Local físico	Título	Autoria	Ano / [Ano provável]
AA0021	Abc da saudade	José Bernardo Sobrinho	
AA0022		José Costa Leite	
AA0023			
AA0024		Luiz da Costa Pinheiro	
AA0025		[Luiz da Costa Pinheiro]	1961
AA0026		Luiz da Costa Pinheiro	1956
AA0056	Abc do amor	Autor desconhecido	1982
AA0057			
AA0058		Editor: José Bernardo da Silva	
AA0059		Rodolfo Coelho Cavalcante	
AA0060			
AA0061		Erotildes Miranda dos Santos	
AA0188	Alemanha comendo fogo	Zé Vicente	
AA0189	A Allemanha contra a Inglaterra	Autor desconhecido	
AA0190	Allemanha nadando sobre um mar de sangue	João Martins de Athayde	1920
AA0191	A Allemanha vencida e humilhada	Leandro Gomes de Barros	1918
AA0221	Amor de mãe	Francisco de Sousa Estevam (Tete)	
AA0222	Amor de mãe: Francisca Bernardino	Firmino Teixeira do Amaral	[1924]
AA0223	Fialho lamentando a morte de seu esposo Manoel Pereira e de sua extremosa filha Carmelia		
AA0224	Amor de mãe	Zezo Brito	1956
AA0225			
AA0226		Severino Borges	
AA0227			

AA0228			
AA0229			
AA0230			
AA0231		Severino Borges Silva	
AA0232		Severino Borges	[1955-56]
AA0233		José Quixaba da Silva	
AA0234	O amor de mãe e o mês de maio	Juvenal Evangelista Santos	
AA0235	Amor de mãe e o poder de Jesus	José Severino Costa	
AA0239	Amor de perdição	João Martins de Athayde	1937
AA8764	A verdadeira história da donzela Teodora	[Leandro Gomes de Barros]	1950
PA201	História da donzela Teodora	Leandro Gomes de Barros	2005
AA0260	Um amor impossível - volume I	João Martins de Athayde	1975
AA0261		José Duda	1956
AA0373	Aposentadoria dos velhos	Alberto Porfírio	
AA0374		José Domingo Sobrinho	
AA0380	Aprigio e Diana	[Luiz Gomes de Albuquerque]	
AA0381		Severino Borges Silva	
AA0422	O assassinato do presidente João Pessoa	Thadeu de Serpa Martins	1930
AA0423	A morte do grande presidente João Pessoa	Laurindo Gomes Maciel	[1930]
AA0424	O assassinato do presidente João Pessoa no dia 26 de Julho em Recife / A mortandade no estado da Parahyba	Autor desconhecido	
AA0539	Aviso do Padre Cícero	Manoel Soares da Silva	[1960]
AA0540	Aviso do Padre Cícero para despertar os descuidados e converter os pecadores	[João Quinto Sobrinho]	[1932]
AA0541		João Quinto Sobrinho	1932
AA0542		José Bernardo da Silva	1942
AA0543			1942
AA0544	Aviso do Padre Cícero Romão Batista avisando a humanidade	Autor desconhecido	1933
PA311	O homem do pinto grande ou a verdadeira estória do pinto pelado	Manoel Monteiro	2005
PA312			2005
GC1873	O gigantesco pinto pelado que nasceu em Trairí	Otávio Menezes	1988
AA4028	História do grande pinto pelado	João Ferreira de Lima	
AA4078	A história do pinto pelado	José Patricio de Souza (Dedé da Mulatinha)	
AA4079	História do pinto pelado do Amazonas	José Joavilim Silva	
AA6662	O pinto pelado	João Ferreira de Lima	
AA6663			
AA6664			
AA6665			
AA6666	O pinto pelado do norte	José Costa Leite	
AA6667	O côco do pinto pelado		

Fonte: Universidade Estadual da Paraíba (2016).

A marcação em colchete refere-se às informações não tipografadas, mas escritas a mão por Átila Almeida ou José Alves Sobrinho (ALMEIDA, 2008). As células que estão em branco no Quadro 4 sinalizam que não tem registro dessa informação no cordel e, por conseguinte, no catálogo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA, 2016). Neste, consta a informação "s.l.", sinalizando "sem local".

No catálogo, encontramos folhetos com o mesmo título, mas autores distintos e, como visto em Figuras 7, 8 e 9, há a possibilidade, mas não exclusivamente, significar "plágio na íntegra". Embora, a exemplo de João Martins de Athayde, mesmo modificando o acróstico, só demonstra a intenção de atribuir para si a autoria de algo que não lhe pertence intelectualmente, portanto, ainda se configura numa transgressão (FOUCAULT, 2001). Ao excluir a autoria original e assumir esse papel, o plagiador se apodera de algo que não lhe compete, mesmo que tal utilização ocorra parcialmente, ou seja, utilizar de modo fracionário a produção de outrem. Nesse caso, nominamos como "plágio em parte" e, ainda assim, configura-se apropriação indevida, pois não indica o produtor cognitivo da obra (DIAS; OLIVEIRA, 2015; DUARTE, 2009; SILVA, 2008; SILVA, 2014; SOUSA, 2016; SOUSA; DIAS, 2017).

Quanto ao "ineditismo", a Lei n. 9.610/1998 (BRASIL, 1998, p. 02) conceitua como sendo objeto/documento ainda não publicado. Embora coadunamos com Foucault (2000; 2001) que o ineditismo é um tema extremamente discutível, pois o discurso se constitui por várias vozes e o entrecruzamento de diversos textos. Ainda assim, considerando o patamar legal e as ações práticas de um mundo regulatório, se algo (textual, iconografia ou qualquer outro formato que a informação assuma) não fora inscrito num suporte de modo total ou parcialmente idêntico, trata-se do "ineditismo".

A re-inscrição re-elaborada de algo já dito/escrito refere-se à "intertextualidade", obviamente, ganhando marcas culturais que, por outro lado, garante peculiaridades ao anteriormente proferido. Exemplifiquemos com o recorte do catálogo expresso no Quadro 4 com os temas: as guerras mundiais e fatos históricos ("Alemanha comendo fogo", "A Alemanha contra a Inglaterra"), envolvendo narrativas clássicas universais ("Amor de perdição" e "História da donzela Teodora"), personagens famosos ("Assassinato de João Pessoa" e "Padre Cícero") e assuntos gracejosos ("Pinto pelado"). Este é um caso interessante, revelado em entrevista por Monteiro (2012), escrito primeiramente por João Ferreira de Lima (Figura 11) e, na lógica legalista autoral, configura-se como obra inédita. O sucesso dessa poesia levou outros cordelistas a reescreverem a sua re-interpretação, incluindo o próprio entrevistado.

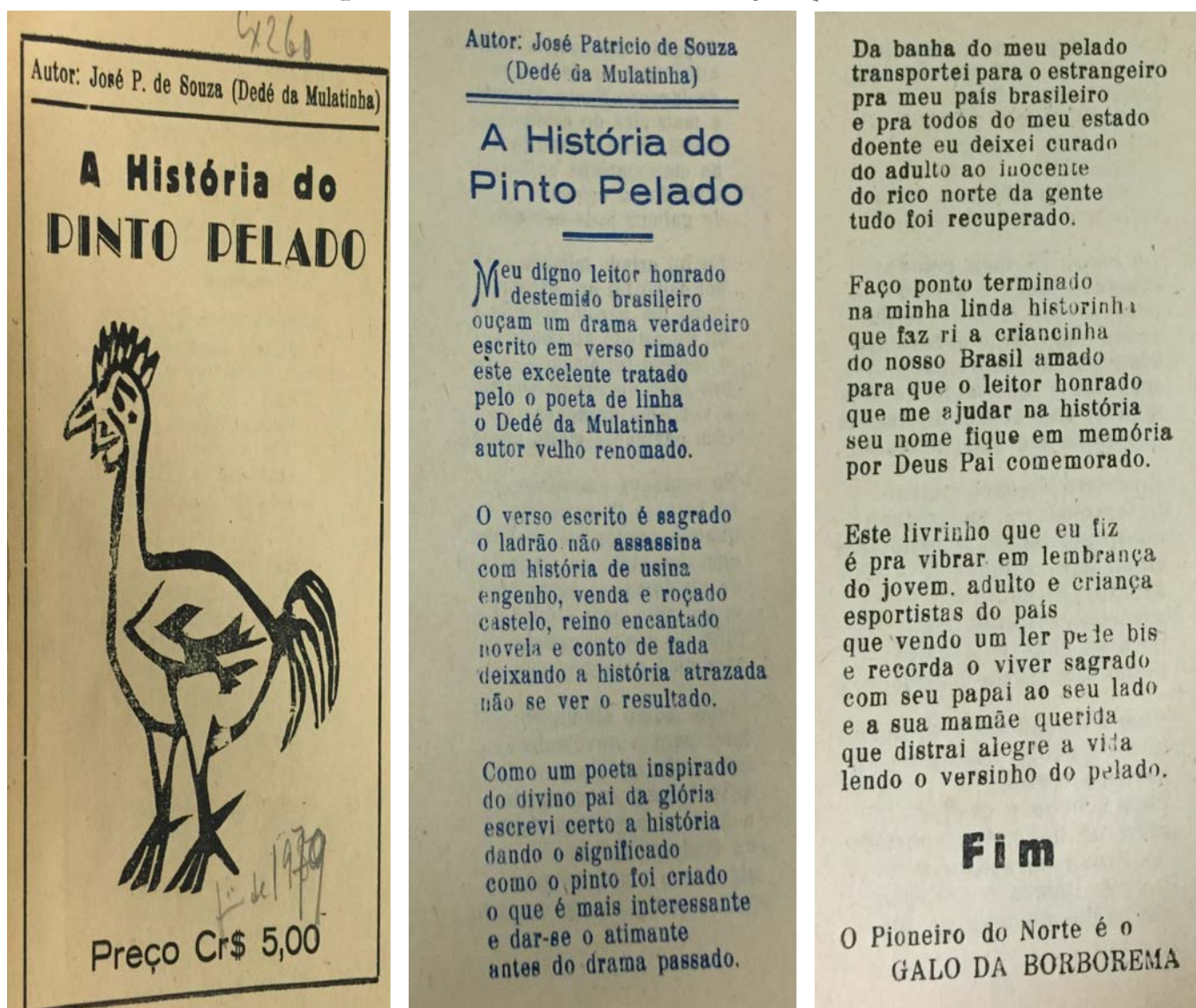
Monteiro (2012) atenta que o cordel "pinto pelado" foi de inexplicável interesse nas bancadas das feiras, que tanto aguçou o interesse popular e, por tal motivo, vários poetas sentiram-se desafiados a escrever em sua perspectiva, a saber, Souza ([20--]), Silva, ([1958]), Menezes (1988), Monteiro (2005) e Leite ([20--]). Assim, seguem digitalizadas a capa, a primeira página e a última página nas Figuras 12, 13, 14, 15 e 16, dos respectivos poetas, apresentando suas percepções acerca do "pinto pelado", eis:

Figura 11: Parte do cordel "O pinto pelado".



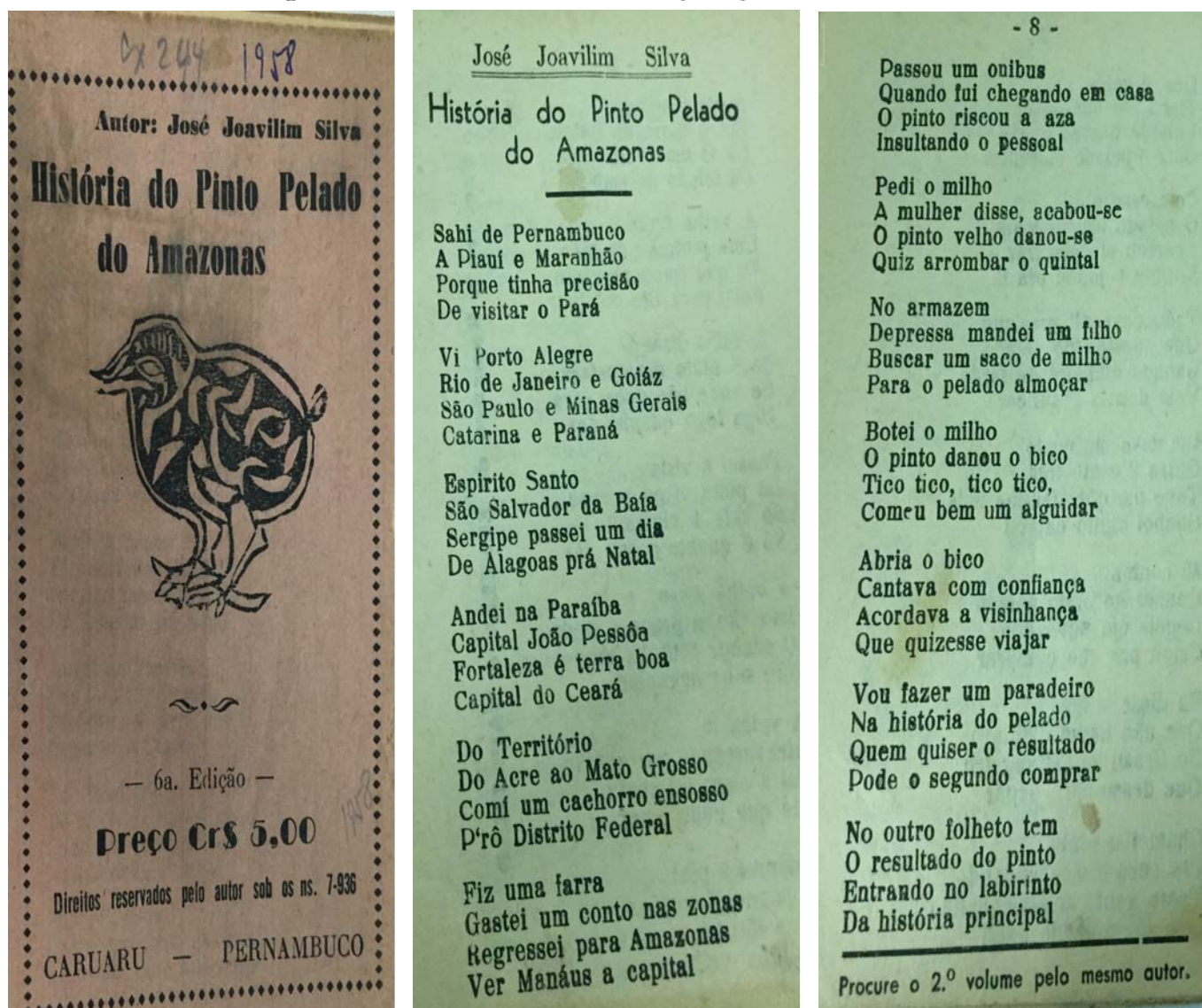
Fonte: Acervo digital oriundo da Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida (LIMA, [20--]).

Figura 12: Parte do cordel "A história do pinto pelado".



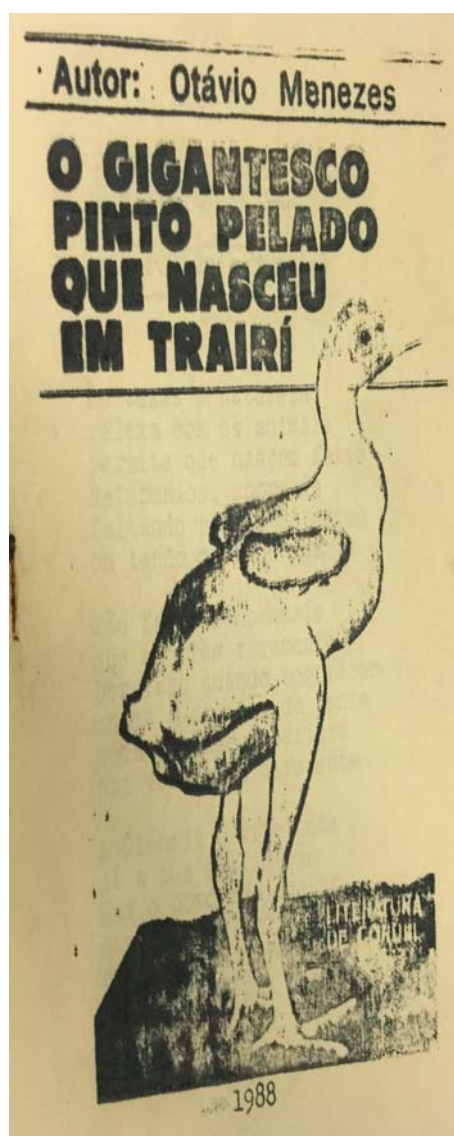
Fonte: Acervo digital oriundo da Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida (SOUZA, [20--]).

Figura 13: Parte do cordel "História do pinto pelado do Amazonas".



Fonte: Acervo digital oriundo da Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida (SILVA, [1958]).

Figura 14: Parte do cordel "O gigantesco pinto pelado que nasceu em Trairí".



O GIGANTESCO PINTO PELADO
QUE NASCEU EM TRAIRÍ

Autor: Otávio Menezes

Às vezes a natureza
relaxa com os animais
permite que nasçam feios
deformados, anormais
faltando partes do corpo
ou tendo membros demais

São fatos fenomenais
que ocorrem raramente
por isso quando acontecem
chama a atenção da gente
pois o homem é curioso
pra ver coisa diferente

A Ciência é eficiente
dá a sua explicação
mas o povo não aceita
diz "Isso é coisa do Cão
com certeza o Demônio
nesse bicho pôs a mão"

- 1 -

O pinto está ali
para quem quiser olhar
Vá na fazenda Angelim
quem de mim duvidar
se não quiser ter trabalho
escreva pra Chico Mário
que ele vai confirmar

Agora eu vou parar
já contei o ocorrido
desse fato verdadeiro
que do jornal foi colhido
e versado para o Cordel
da maneira mais fiel
como foi o acontecido.

- 8 -

Fonte: Acervo digital oriundo da Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida (MENEZES, 1988).

Figura 15: Parte do cordel "O homem do pinto grande ou a verdadeira estória do pinto pelado".



O HOMEM DO PINTO GRANDE

Ou a verdadeira estória do Pinto Pelado

Autor: *Manoel Monteiro*
Da ABLC

Em Gravatá de Bezerros
Existia um morador
Camponês de nascimento
De profissão, trocador,
Desses que trocam o que têm
Por qualquer traste que fôr.

Nesse tempo Gravatá
Era um lugar pequenino
Por isso todos dali
Conheciam Valdevino
Que já era trocador
Desde garoto franzino.

Tem gente que tem mania
De trocar tudo que tem
Troca a camisa do corpo
Troca cento e um por cem
Inda que perca na troca
Mesmo assim se sente bem.

A carne? Essa nem se fala
Pois ainda hoje rende
Em tempos de vaca louca
Carne de frango é que vende
Para fazer as divisas
Que o governo defende.

Quem consome carne branca,
Precozido e defumado,
Paio, linguiça e fiambre
Que encontrar no mercado
Quem compra estará comendo
Carne do Pinto Pelado.

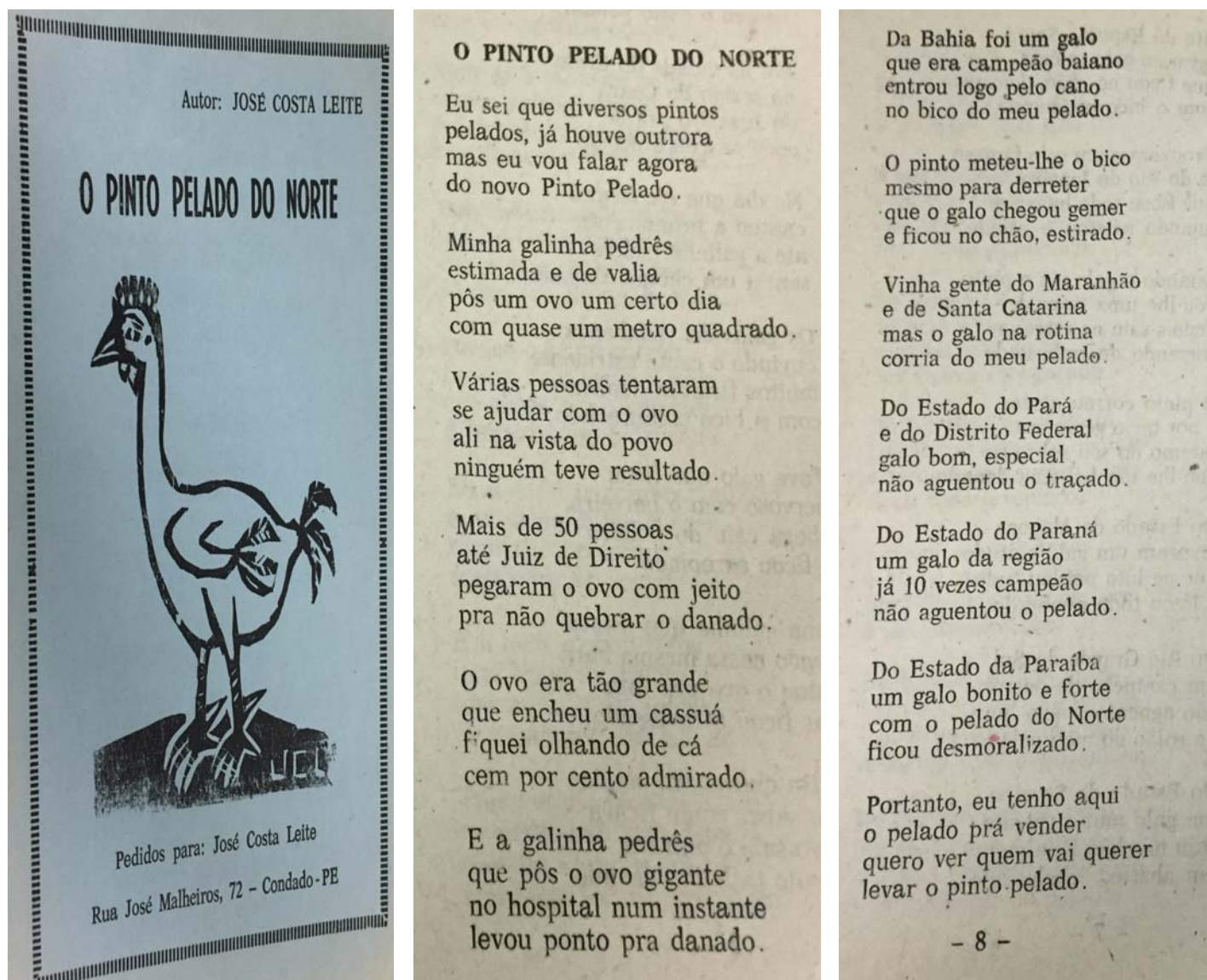
Das víceras do Pinto é feito
Um saboroso embutido,
Na América degustado
Na Europa preferido
E no Japão transformado
No patê mais consumido

Vavá hoje é magnata
Mas o seu passado evoca
E não se nega dizer
Quando no caso alguém toca
Que o "status" conquistado
Deve ao Pinto Pelado
Que arranjou numa troca.

16

Fonte: Acervo digital oriundo da Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida (MONTEIRO, 2005).

Figura 16: Parte do cordel "O pinto pelado do norte".



Fonte: Acervo digital oriundo da Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida (LEITE, [20--]).

Do ponto de vista das estrofes, Lima ([20--]) optou por décima, sendo a última estrofe em sextilha; Souza ([20--]), em quadrão e última estrofe em décima; Silva ([1958]), em quadra; Menezes (1988) fez uso de sextilhas e as três últimas estrofes em sete linhas; Monteiro (2005) também optou por sextilhas, concluindo a última estrofe em sete linhas e Leite ([20--]) utilizou quadras. Ou seja, da poética, as estrofes não seguiram o padrão de Lima ([20--]). Na leitura realizada em cada cordel, os autores narraram a sua maneira a sua perspectiva quanto ao "pinto pelado". Em todos os folhetos, foi sugerido na escrita um "ar libidinoso", motivação óbvia considerando o seu título.

O resumo de cada cordel sinaliza a criatividade dos poetas na forma de estabelecer, por meio da sua ótica, a compreensão em torno do "pinto pelado". Lima ([20--]), autor da

primeira versão, portanto, confere-lhe o ineditismo deste tema, narra o nascimento, a beleza e a valentia do pinto, que morreu tempos depois para saciar a fome de seu proprietário.

No caso de Souza ([20--]), conta a história das viagens do narrador acompanhado do seu "pinto pelado". As primeiras viagens descritas estão na circunscrição das localidades paraibanas. Nelas, retrata personagens da história nordestina a exemplo de Lampião. Finalmente, o personagem narrador e o seu pinto desbravam o mundo.

A "História do pinto pelado do Amazonas" trata das suas aventuras e revela as belezas do estado amazônico e de outros recantos do Brasil. Silva ([1958]) inicia a poesia demarcando o lugar de origem do pinto, revelando a perspectiva dos traços culturais nortistas brasileiro.

Já Menezes (1988) conta a história do pinto nascido em Trairí, no Ceará. Neste cordel, o pinto vem ao mundo com deformidade e, por isso, foi rejeitado por ser diferente. O ápice da poesia está na superação frente ao preconceito, tornando-se inclusive admirado.

Monteiro (2005) inicia a narrativa identificando o "pinto pelado" como sendo do interior de Pernambuco. Sua história inclui o pinto no comércio de escambo de mercadorias e de animais. Nesse contexto, o pinto robusto e galanteador foi objeto de troca. Em certo lugar, conquista todas as galinhas e, por suas astúcias, foi decaptado. O que nos chamou a atenção foi a segunda parte do título do cordel: "ou a verdadeira estória do pinto pelado". Se esta é a verdadeira, é porque houveram outras histórias acerca do "pinto pelado", coerente com o depoimento de Monteiro (2012) quanto ao interesse dos poetas em mostrar cada qual a sua perspectiva sobre o "pinto pelado".

Contando a história de um pinto valentão, Leite ([20--]) descreve-o como sendo corajoso e brigão, participando do circuito de lutas com outros no Brasil inteiro. Assim como Monteiro (2005), Leite ([20--], p. 01) deixa claro em sua poesia que outras histórias com tal personagem já existiram, usando duas pistas nessa direção: confirmando que já foi contada a história de "diversos pintos" (primeiro verso) e, o uso do termo "novo", no último verso da primeira estrofe. Eis:

Eu sei que diversos pintos
pelados, já houve outrora
mas eu vou falar agora
do novo Pinto Pelado.

Nessa análise, podemos reconhecer e reforçar a necessidade do resumo em compor um dos itens de descrição no processo de catalogação do cordel, mostrando-se essencial para a identificação do ineditismo, do plágio ou da ressignificação autoral. Salientamos que a prática do resumo também favorece ao indexador mais segurança quanto à escolha dos descritores,

que são termos representativos que identificam ou estão relacionados à narrativa da poesia. Quando desenvolvemos o sistema de informação para folhetos em nosso projeto PIBIC em 2010, posteriormente otimizado por meio de outras duas pesquisas igualmente financiáveis, esse campo descritivo foi por vezes mencionada a sua relevância pelos usuários do acervo da BORAA (MAIA et al, 2010). Dos 6 (seis) cordéis acima resumidos, nenhum ultrapassou as 100 (cem) palavras sugeridas no Quadro 3, significando que é exequível a sua realização no limite recomendável.

De forma peculiar, os poetas realizaram suas leituras e re-interpretaram muitas histórias, a exemplo do "pinto pelado", com o seu modo de perceber o mundo. No estudo realizado a partir da leitura e da descrição de 1.044 (um mil e quarenta e quatro) cordéis inseridos em nossa base de dados, pudemos particularizar cada caso e **asseverar a existência de ineditismo, de plágio e de intertextualidade nas suas práticas autorais**, comprovando a nossa tese. A lista dos 13.296 (treze mil, duzentos e noventa e seis) títulos de cordel, parcialmente recortada no Quadro 4, pertencente ao voluptuoso acervo da BORRA, apresenta vários indícios na condução de informações preliminares no tocante à autoria, restando aos pesquisadores realizar as suas averiguações *in loco*, suscitando a partir dessa tese um vasto campo de estudo.

Em rede, os cordelistas mantêm amplas possibilidades textuais e hipertextuais (remissões em outras obras ou textos por meios de *links*), marcas da intertextualidade e conectividade (SILVA, 2008). Sua escrita aberta e mutável permitem a pluralidade de interlocução, que extrapola o conteúdo do cordel e, por isso, fortalece-se a cada dia (HAURÉLIO, 2012). Consciente de sua escrita, os cordelistas na rede usam com maestria os *links*, interligando textos, imagens e outros recursos; estando, nessa perspectiva, um texto que admitem conexões e expansões.

No Brasil, demonstrando sua relevância cultural, são destaques os acervos de cordel da Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida (BORAA), Maria Alice Amorim (Recife-PE), Fundação Casa de Rui Barbosa e Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, ambos localizados no Rio de Janeiro-RJ. Em função de sua singularidade, capacidade de produção, baixo custo de aquisição (cada cordel em formato folheto pode ser comprado entre R\$ 2,00 e R\$ 15,00) e facilidade em digitalizar e armazenar, várias universidades norte-americanas vem adquirindo regularmente esse documento. Segundo Soares (2017), funcionária da *Library of Congress* que viaja pelo Brasil com frequência realizando aquisições há mais de 30 (trinta) anos, as seguintes instituições norte americanas colecionam os folhetos brasileiros: *Columbia University*, *Ibero-Amerikanisches Institut*, *Iowa University*, *Rutgers University*, *Stanford*

University, Tulane University, UCLA, University of Michigan, University of North Carolina, University of Wisconsin, Vanderbilt University e Yale University; acrescentamos a essa lista de colecionáveis à *Library of Congress*, cujo acervo em 2011 ultrapassava os 10.000 (dez mil) títulos e, em dezembro de 2017, já possui 12.000 (doze mil) títulos acumulados.

5 DEIXA...

Aparentemente, perdemos durante a nossa infância a capacidade de nos surpreendermos com o mundo. Mas com isso, perdemos algo essencial - algo que os filósofos querem reavivar [...] Vou ser mais preciso: apesar de todas as questões filosóficas dizerem respeito a todos os homens, nem todos os homens se tornam filósofos. Por diversos motivos, a maior parte está presa de tal forma ao quotidiano que o espanto perante a vida é muito escasso [...] Para as crianças, o mundo - e tudo o que existe nele - é uma coisa nova, uma coisa que provoca estupefação [...] A maior parte dos adultos vê o mundo como qualquer coisa completamente normal. Os filósofos constituem uma exceção notável. Um filósofo nunca se conseguiu habituar completamente ao mundo. Para um filósofo ou para uma filósofa o mundo é ainda incompreensível, inclusivamente enigmático e misterioso. Os filósofos e as crianças pequenas possuem uma importante qualidade em comum (GAARDER, 2012, p. 15-16).

Analisar as práticas autorais do cordel envolve a máxima catalográfica: a identificação da entrada primária, que possibilita a lógica da disponibilização do conteúdo do documento em bases de informação manuais ou automatizadas (LE COADIC, 1996). Intrínseca a essa questão técnica (BRASIL, 2002), está associada à discussão jurídica no âmbito do direito autoral e propriedade intelectual. A investigação que envolve o desenvolvimento dessa tese teve suas matizes conectadas ao conteúdo dos cordéis do acervo da BORAA em projetos que elaboramos via Iniciação Científica (PIBIC) e Programa de Incentivo à Pós-graduação e Pesquisa (ProPesq) aprovados desde 2010, na ocasião, estávamos vinculadas à Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) na qualidade de docente do curso de Arquivologia. Embora caiba ressaltar que nossa inquietação acadêmica iniciou em 2006, quando assumimos a Direção do Sistema Integrado de Bibliotecas (SIB) e da BORAA, pertencentes à referida Universidade. Durante esse período, foi criada base de dados de cordel, tendo como ideia principal a disponibilização desse documento na íntegra, mas nos deparamos com várias questões no cerne da esfera legalista.

A Lei de Direito Autoral brasileira pontua que o conteúdo apenas pode ser disponibilizado na íntegra após 70 (setenta) anos da morte do autor ou por meio de autorização autenticada em cartório deste ou de seu proprietário intelectual ou de seus herdeiros em caso de seu óbito nesse intervalo legal (BRASIL, 1998). Esse elemento foi de suma importância, pois num volumoso acervo na BORAA com cordéis datados de 1907, a disponibilização não acarretaria problemas no caso dos documentos septuagenários. No

processo desses projetos de pesquisa, um outro percalço surgiu: o plágio entre os cordelistas e a contínua comercialização entre os poetas quanto à propriedade intelectual, dificultava a identificação da autoria e, conseqüentemente, a disponibilização na íntegra obedecendo as determinações legais. Em meio a esse contexto, percebemos o quanto o cordel possibilita pesquisas enlaçadas com a Ciência da Informação.

No caso desta tese, a caracterização da autoria, tendo como parâmetro o cordel, permite estabelecer uma classificação peculiar, promovendo uma perspectiva reversa na análise do real em direção à esfera da formalização legal. O estabelecimento das três perspectivas percebidas (a saber, o ineditismo, o plágio e a intertextualidade) em nosso estudo atenta para as nuances da ressignificação autoral, que não se configura como cópia, mas da releitura e da re-escrita de um fato, um ato, uma circunstância em forma de poesia. A tipologia sinalizada por Garschagen (2006) acerca do plágio conceitual é confuso na esfera da autoria vez que a Lei n. 9.610/1998 (BRASIL, 1998) não considera essa prática como ato criminal. Nesse sentido, ao incluirmos uma tipologia que sinaliza a existência do processo de ressignificação, também figura-lhe os mesmos direitos da produção autoral com caráter inédito. Essa compreensão é primordial para o campo do cordel e da democratização da informação.

Lembremos, parte significativa de inspiração de suas narrativas inclui textos jornalísticos, livros literários, entre outros; por isso, resistem ao tempo: são constantemente atualizados. É da prática dos cordelistas a intertextualidade, compreendendo-a como entrecruzamento e pluralidade de discursos. Contudo, a forma que assume e como é re-escrito confere-lhe também igual proteção autoral.

Desta tese, podemos elencar alguns dobramentos de pesquisa: (1) a inserção de campos específicos acerca dos folhetos nos manuais técnicos como a AACR2. Como descrito no terceiro capítulo desta tese, fundamentalmente, na determinação da autoria, da propriedade intelectual e do acróstico. Desta precisão representacional, permite determinar o que pode ser incumbido como documento de domínio público por meio da entrada de autoridade; (2) a correção e atualização do "Dicionário bio-bibliográfico de repentistas e poetas de bancada", documento de referência, o qual identificamos inconsistências na identificação de autoria, a exemplo dos cordéis produzidos por Leandro Gomes de Barros e José Camelo de Melo; (3) deste aspecto, decorre o fundamental investimento em pesquisas que possam viabilizar *in loco*, o levantamento de poetas populares em todo o Brasil. Este estudo já vem sendo viabilizado desde 2015 pela professora Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque por meio do projeto "Memória da cultura popular: poetas da literatura de cordel no Brasil",

identificando até o presente três mil cordelistas, realizando, assim como Almeida e Alves Sobrinho (1978, v. 1; v 2), a descrição de minuciosas informações bio e bibliográficas dos poetas; (4) a construção de instrumentos de pesquisa como catálogos e índices nos acervos de cordel, atuando como veículos de disseminação e de informações acerca dos poetas em nosso vasto território. São desdobramentos que atuam diretamente nos campos da memória, da representação descritiva e temática, das fontes, da democratização, do acesso e uso da informação.

O cordel tomou tamanha notoriedade nos últimos anos que passou da posição de um objeto de cultura local para representação de identidade nacional. Isso é perceptível pelo espaço que ganha no cenário editorial nacional e, mais recentemente, por meio do poeta popular cearense Braúlio Bessa, que assumiu cadeira cativa em programa de uma das maiores redes televisivas do Brasil, declamando os seus versos diariamente sobre as mais variadas temáticas (GLOBO, 2017).

Quando se acrescenta a explosão comunicacional impulsionada pela rede mundial de computadores, associada ao processo de contra-poder das culturas locais diante do processo globalizatório, os cordelistas usam a seu favor a divulgação em pontos equidistantes do planeta a sua produção literária. Seja apenas a inscrição textual, na internet, exploram os seus recursos multimídia de forma hábil, unindo poesia, imagem e musicalidade proporcionada na construção peculiar de cada métrica e rima desse documento.

Sua representatividade cultural promoveu ao longo de sua história no Brasil, inaugurada por volta do final do século XIX, aproximadamente na década dos anos de 1890, quando o pai do cordel brasileiro produziu os seus primeiros folhetos, potencial de pesquisa em várias áreas do conhecimento. Biblioteconomia, Comunicação Social, História, Linguística, Literatura, Pedagogia, Sociologia, cada campo do saber, sob a sua perspectiva, podem desenvolver diálogos e estudos envolvendo os folhetos. No nosso caso, a pertinência em analisar esse objeto sobre a perspectiva da autoria do âmbito da Ciência da Informação recai em nuances que envolvem a representação da informação, em especial, no que concerne a descrição, armazenamento, disseminação e democratização desse documento. É a autoria que vai definir a disponibilização e o acesso ao conteúdo total ou parcial. Cabe ressaltar que Gaudêncio, Dias e Albuquerque (2015) apresentam em artigo questões estritamente normativas, envolvendo o debate entorno da lei autoral e a instrumentalização que a academia pode promover aos cordelistas. De perspectiva gramsciana, do pesquisador do "devir", usamos o sentido inverso desse ponto de vista: nossa narrativa percebe o cordel como ponto

de partida na construção de uma re-leitura quanto à caracterização do direito autoral sinalizadas nas leis, nos decretos, nas portarias e nas instruções normativas especializadas.

Por tal motivo, o uso da hermenêutica foi um exercício filosófico que nos proporcionou estabelecer parâmetros de análise peculiar do objeto de estudo com a Ciência da Informação. Usando das entrevistas realizadas com os poetas e pessoas vinculadas e da análise sobre os documentos em tela, legislação e referências especializadas, contribuíram para relacionar e confrontar os ditos e escritos sobre a autoria em cordel. São nuances percebidas sob o prisma de uma pesquisadora com o olhar de bibliotecária e de pedagoga, estudiosa com projetos aprovados e administradora de um dos maiores acervos de cordel no Brasil: a Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida (BORAA). Foram essas vivências que significaram de modo fundamental as nossas escolhas. Isso é preciso ser documentado, pois justifica a forma como elaboramos as tessituras desta tese. Do contrário, tratar-se-ia de uma exegese de textos fundidos e sem vida!

Se optamos pela hermenêutica, o sujeito deve ser percebido e identificadas as bases históricas e as suas memórias, sobretudo, como fluiu a criatividade interpretativa que demarcam a sua cultura. No processo de orientação, fomos conduzidas a nos posicionar nessa direção, não se deixando ofuscar pelas camadas de citações ou por uma investigação fria sem conexão com o vivido da pesquisadora. Assim, o lugar do que é enunciado e por quem o faz possuem um jogo simbólico peculiar, que inicia com a escolha do tema, justificando-a e aproximando-a com a seleção dos objetos que compõem todo o processo analítico e interpretativo, proporcionado pela hermenêutica. Coerente com tal método, tratamos de clarificar que o nosso estudo trata de uma perspectiva de verdade. Envolve as experiências que um sujeito, reunindo e acumulando na construção de uma narrativa particular as suas práticas sociais. Esse exercício envolve a aproximação entre a re-memorização, a nossa trajetória de vida e como o objeto de estudo interage e produz sentido.

Nessa direção, foi necessário a construção de um capítulo da tese que desenvolveu os campos catalográficos em torno desse documento e que até o presente os manuais técnicos da área não contemplam. Por isso, defender tal propositura. Por outro lado, ainda no campo da representação da informação, o cordel nos permitiu perceber as nuances que há entre tal representação e o conhecimento. Mais uma vez, a hermenêutica nos conduziu nesse debate, acrescentando o olhar do filósofo Schopenhauer (2001; 2007), que nos foi apresentado nas teias binárias do destino. Desse modo, o cordel nos possibilitou um olhar diferenciado em torno da descrição física quanto da representação da informação e do conhecimento.

Ao inquirir acerca da caracterização das práticas autorais no contexto da propriedade intelectual no âmbito do cordel, a pesquisa demarcou uma tipologia que inexiste na Lei n. 9.610/1998 desse modo: a autoria pode ancorar-se por meio do ineditismo, do plágio e da intertextualidade, esta enquanto espaço de ressignificação autoral. Essa classificação, que o cordel proporcionou com base nesse amplo estudo, inclui este híbrido que necessita de atenção quanto à disponibilização do seu conteúdo. Essa capacidade de ressignificar é um aspecto da criatividade poética único e, por isso, somos tomadas por essa necessidade de estudar esse documento e defendê-lo como elemento da identidade nacional. Ao envolver a tríade memória, propriedade intelectual e direito autoral, percebemos como se faz presente a multiplicidade de sentidos que o cordel promove, pois permite ao sujeito incluir-se de modo direto a conexão entre as esferas do simbólico e da cultural de modo processual. Em seus versos, nos percebemos e nos sentimos incluídas, pois envolvem narrativas com personagens ou histórias que ouvimos, lemos, cantamos, nos identificamos desde nossa tenra idade.

Acreditamos que cabe aos acadêmicos produzir, no sentido de fortalecer o cordel, como objeto de estudo para as diversas áreas do saber, enaltecendo o seu poder de retratar a cultura e a memória brasileiras.

REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia Azevedo de. **Cordel português / folhetos brasileiros**: confrontos, um estudo histórico-comparativo. 1993. 360 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Teoria Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1993.

_____. **Historias de cordéis e folhetos**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1999.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LITERATURA DE CORDEL. **Grandes cordelistas**. Rio de Janeiro: ABLC, 2016. Disponível em:

<http://www.ablc.com.br/historia/hist_cordelistas.htm>. Acesso em: 10 jul. 2016.

ACERVO MARIA ALICE AMORIM. Recife: FUNDARPE, [20--]. Disponível em:

<<http://www.cibertecadecordel.com.br/acervo.php#editores>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth Baltar Carneiro de. **Literatura popular de cordel**: dos ciclos temáticos à classificação bibliográfica. 2011. 322 f. Tese (Doutorado em Letras)– Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

_____. **Representação temática da informação da literatura de cordel**. Curitiba: Appris, 2013.

ALMEIDA, Átila Augusto de Freitas; ALVES SOBRINHO, José. **Dicionário bio-bibliográfico de repentistas e poetas de bancada**. João Pessoa: Universitária, 1978. v. 1.

_____; _____. **Dicionário bio-bibliográfico de repentistas e poetas de bancada**. João Pessoa: Universitária, 1978. v. 2.

ALMEIDA, Ruth Trindade de. **Ruth Trindade de Almeida**: o acervo Átila Almeida [out. 2008]. Entrevistadora: Manuela Eugênio Maia. Recife, 2008. 4 DVDs.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION; CANADIAN LIBRARY ASSOCIATION; INSTITUTE OF LIBRARY AND INFORMATION PROFESSIONALS. **Anglo-American Cataloguing Rules**. [S. l.]: ALA, 2006. Disponível em:

<<http://www.aacr2.org/index.html>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

ARAÚJO JÚNIOR, Rogério Henrique. **Precisão no processo de busca e recuperação da informação**. Brasília, DF: Thesaurus, 2007.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ARQUIVO NACIONAL. **ISAAR (CPF)**: Norma geral internacional de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional: 2001a.

_____. **ISAD (G)**: Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidade coletivas, pessoas e famílias. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional: 2001b.

_____. **Nobrade**: Norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas, SP: UNICAMP, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. **Programas de Pós-Graduação da Área**. Londrina: ABECIN, 2014. Disponível em: <http://www.abecin.org.br/abecin_conteudo.php?id=22>. Acesso em: 25 set. 2015.

ATHAYDE, João Martins de. **História do boi misterioso**. Recife: [s. n.], 1939.

_____. **História do boi misterioso**. Editor: José Bernardo da Silva. [S. l.: s. n.], 1954.

_____. **História do pavão misterioso**. Juazeiro do Norte: Tipografia São Francisco, 1959.

AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. Informação e memória: as relações na pesquisa. **Revista História em Reflexão**, Dourados, UFGD, v. 1, n. 2, p. 1-19, jul./dez. 2007.

_____. A abordagem do conceito como uma estrutura semiótica. **Transinformação**, Campinas, v. 20, n. 1, p. 47-58, jan./abr. 2008.

BARBEDO, Simone Angélica Del-Ducca; RIBEIRO, Marciana Leite. **Estudo de padronização de metadados para preservação da memória documental da biblioteca digital do INPE**. São José dos Campos: INPE, 2005. Disponível em: <<http://mtc-m16c.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/ePrint@80/2005/10.04.18.51/doc/v1.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2016.

BARROS, Leandro Gomes de. **História da donzela Teodora**. Mossoró: Queima-Bucha, 2007. (Coleção Queima-Bucha).

_____. **História do boi misterioso**. São Paulo: Prelúdio, [19--?].

BATISTA, Sebastião Nunes. **Bibliografia prévia de Leandro Gomes de Barros**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional Divisão de Publicações e Divulgação, 1971.

BIBLIOTECA DE CORDEL. **João Martins de Athayde**. São Paulo: Hedra, 2010.

BORKO, Harold. Information Science: what is it? **American Documentation**, v. 19, n. 1, p. 3-5, jan. 1968.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

_____. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BRAGA, Luzimar Medeiros. **O cordel em cordel**. [S. l.: s. n., 21--a].

_____. **A política do pão e circo cordel em cordel**. [S. l.: s. n., 21--b].

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. Sociedade da Informação. **Glossário de Biblioteconomia e Documentação**. Rio de Janeiro: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2002. Disponível em : <<https://www.scribd.com/doc/6667561/Glossario-de-Biblioteconomia>>. Acesso em: 02 fev. 2018.

_____. Ministério da Cultura. **Instrução normativa n. 1**, de 4 de maio de 2016. Dispõe sobre as obrigações dos usuários na execução pública de obras musicais e fonogramas inseridos em obras e outras produções audiovisuais, nos termos da Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, e do Decreto n. 8.469, de 22 de junho de 2015. Brasília, DF, 4 maio 2016a. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=05/05/2016&jornal=1&pagina=9&totalArquivos=112>>. Acesso em: 20 out. 2017.

_____. Ministério da Cultura. **Instrução normativa n. 2**, de 4 de maio de 2016. Estabelece procedimentos complementares para a habilitação para a atividade de cobrança, por associações de gestão coletiva de direitos de autor e direitos conexos, na internet, conforme definida no inciso I do caput do art. 5. da Lei n. 12.965, de 23 de abril de 2014. Brasília, DF, 4 maio 2016b. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=05/05/2016&jornal=1&pagina=9&totalArquivos=112>>. Acesso em: 20 out. 2017.

_____. Ministério da Cultura. **Instrução normativa n. 3**, de 7 de julho de 2015. Estabelece os procedimentos de habilitação, organização do cadastro, supervisão e aplicação de sanções para a atividade de cobrança de direitos autorais por associações de gestão coletiva e pelo ente arrecadador de que trata a Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Brasília, DF, 07 jul. 2015a. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=08/07/2015&jornal=1&pagina=9&totalArquivos=76>>. Acesso em: 20 out. 2017.

_____. Ministério da Cultura. **Instrução normativa n. 4**, de 7 de julho de 2015. Aprova o regulamento de mediação e arbitragem no âmbito do Ministério da Cultura, nos termos da Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, e do Decreto n. 8.469, de 22 de junho de 2015. Brasília, DF, 07 jul. 2015b. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=08/07/2015&jornal=1&pagina=11&totalArquivos=76>>. Acesso em: 20 out. 2017.

_____. Ministério da Cultura. **Portaria n. 53**, de 7 de julho de 2015. Constitui a Comissão Permanente para o Aperfeiçoamento da Gestão Coletiva – CPAGC, com a finalidade de promover o aprimoramento da gestão coletiva de direitos autorais no Brasil. Brasília, DF, 07 jul. 2015c. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=18/08/2015&jornal=1&pagina=7&totalArquivos=104>>. Acesso em: 20 out. 2017.

_____. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 18 fev. 2018.

_____. Presidência da República. **Decreto n. 8.469**, de 22 de junho de 2015. Regulamenta a Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, e a Lei n. 12.853, de 14 de agosto de 2013, para

dispor sobre a gestão coletiva de direitos autorais. Brasília, DF, 22 jun. 2015d. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/d8469.htm>. Acesso em: 20 out. 2017.

_____. Presidência da República. **Decreto n. 9.145**, de 23 de agosto de 2017. Altera o Decreto n. 8.469, de 22 de junho de 2015, que regulamenta a Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, e a Lei n. 12.853, de 14 de agosto de 2013, para dispor sobre a gestão coletiva de direitos autorais. Brasília, DF, 23 ago. 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9145.htm>. Acesso em: 20 out. 2017.

_____. Presidência da República. **Lei n. 5.988**, de 14 de dezembro de 1973. Regula os direitos autorais e dá outras providências. Brasília, DF, 20. dez. 1973. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15988.htm>. Acesso em: 20 out. 2017.

_____. Presidência da República. **Lei n. 9.610**, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Brasília, DF, 20 fev. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9610.htm>. Acesso em: 20 fev. 2016.

_____. Presidência da República. **Lei n. 12.853**, de 14 de agosto de 2013. Altera os arts. 5., 68, 97, 98, 99 e 100, acrescenta arts. 98-A, 98-B, 98-C, 99-A, 99-B, 100-A, 100-B e 109-A e revoga o art. 94 da Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para dispor sobre a gestão coletiva de direitos autorais, e dá outras providências. Brasília, DF, 14 ago. 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12853.htm>. Acesso em: 20 fev. 2016.

BUCKLAND, Michael (Ed.) **Historical studies in Information Science**. Medford: ASIS, 1998.

_____. What kind of science can Information Science be? **Journal of the American Society for Information Science and Technology**. v. 63, n. 1, p.1-7, 2012.

BUENDIA, Mercedes Pardo; SILVEIRA, Luciana Braga. Da invenção da tradição (ou de como os patrimônios nos inventam). Notas sobre a patrimonialização do pastoreio na Espanha. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 17, n. 36, p. 145-169, jul./dez. 2011.

CABRÉ, Maria Teresa. **La terminología: representación y comunicación**. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada, 1999.

CAPES. **Combate ao plágio**. Brasília, DF: CAPES, 2011. Disponível em: <http://capes.gov.br/images/stories/download/diversos/OrientacoesCapes_CombateAoPlagio.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2016.

CAPURRO, Rafael. Epistemología y ciencia de la información. **Enl@ce**, Venezuela, v. 4, n. 1, p. 11-29, 2007.

CARLAN, Eliana. **Sistemas de organização do conhecimento: uma reflexão no contexto da Ciência da Informação**. 2010. 100f. Dissertação (Mestrado)– Departamento de Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2010.

CAVALCANTE, Marina. **Pesquisador aponta cordel brasileiro como primeira forma poética do Brasil**. [S. l.: s. n.], 10 out. 2015. Disponível: <<http://espaco-experimental.blogspot.com.br/2015/10/pesquisador-aponta-cordel-brasileiro.html?sref=fb>>. Acesso em: 12 out. 2015.

CAVALCANTI, Carlos Alberto de Assis. **A atualidade da literatura de cordel**. 2007. 175 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Letras)– Centro de Artes e Comunicação. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: UNESP, 1999.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

CHOMSKY, Noam. **Aspectos da teoria da sintaxe**. Tradução de José António Meireles e Eduardo Paiva Raposo. Coimbra: Arménio Amado, 1978.

CINTRA, Anna Maria Marques *et al.* **Para entender as linguagens documentárias**. São Paulo: Polis, 2002.

CÓDIGO DE CATALOGAÇÃO ANGLO-AMERICANO. São Paulo: IOESP, 2004.

CRITICAL ART ENSEMBLE. **Distúrbio eletrônico**. Tradução de Leila de Souza Mendes. São Paulo: SUBTA, 2001. Disponível em: <we.riseup.net/subta/disturbio>. Acesso em: 13 out. 2017.

CURRAN, Mark J. **História do Brasil em cordel**. São Paulo: Edusp, 2011.

DAHLBERG, Ingetrat. Teoria do conceito. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 7, n. 2, p. 101-107, 1978.

DIAS, Guilherme Ataíde; OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de. **Informação, direito autoral e plágio**. João Pessoa: UFPB, 2015.

DINIZ, Francisco. O que é cordel. In: QUARESMA, Valentim; DINIZ, Francisco; SANTA HELENA. **Projeto Cordel**. Paraíba: [s. n.], 2001. Disponível em: <<http://literaturadecordel.vilabol.uol.com.br/frame.htm>>. Acesso em: 13 ago. 2017.

DUARTE, Eliane Cordeiro de Vasconcellos Garcia; PEREIRA, Edmeire Cristina. **Direito autoral: perguntas e respostas**. Curitiba: UFPR, 2009.

FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça. **Dicionário do livro: da escrita ao livro eletrônico**. São Paulo: EDUSP, 2008.

FONSECA, Randal. **Expropriação de propriedade intelectual**. [S. l.: s. n., 21--]. Disponível em: <<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=newsletter&id=3>>. Acesso em: 23 fev. 2006.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002a.

_____. O que é um autor? In: _____. **Estética**: literatura e pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. 3. v em 5.

_____. **Microfísica do poder**. 17. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002b.

_____. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2000.

FRAGOSO, João Henrique da Rocha. **Direito autoral**: da antiguidade à internet. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

FRANCELIN, Marivalde Moacir. **Ordem dos conceitos na organização da informação e do conhecimento**. 2010. 220f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)– Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

FROHMANN, Bernd. Documentation redux: prolegomenon to (another) philosophy of information. **Library Trends**, v. 52, n. 3, p. 387-407, 2004.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; RUBI, Milena Polsinelli; BOCCATO, Vera Regina Casari. As diferentes perspectivas teóricas e metodológicas sobre indexação e catalogação de assuntos. In: FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (Org.). **A indexação de livros**: a percepção de catalogadores e usuários de bibliotecas universitárias - um estudo de observação do contexto sociocognitivo com protocolos verbais [online]. São Paulo: UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

GAARDER, Jostein. **O mundo de Sofia**: romance da história da filosofia. Tradução de Leonardo Pinto Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método**: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. 1 v. em 2.

GALDINO, Cárliston. **Cordel da pirataria**. [S. l.: s. n.], 2009. Disponível em: <<http://www.carlissongaldino.com.br/cordel/cordel-da-pirataria>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa. Construção de conceitos no campo da ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 27, n. 1, p. 46-52, jan./abr. 1998.

GARSCHAGEN, Bruno. **Universidade em tempos de plágio**. [S. l.: s. n.], 2006. Disponível em: <<http://www.fev.edu.br/canais/docentes/publica/principal.php?pr=1399&nt=54>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

GAUDÊNCIO, Sale Mário; DIAS, Guilherme Ataíde; ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth Baltar Carneiro de. Direito do poeta na literatura de cordel. **TransInformação**, Campinas, v. 27, n. 1, p. 97-104, jan./abr. 2015. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/2679/1919>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

GELL, Alfred. **Art and agency**: an anthropological theory. Oxford: Clarendon, 1998.

GLOBO. **Bráulio Bessa faz cordel sobre o natal**. Rio de Janeiro: Encontro com Fátima Bernardes, 22 dez. 2017. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6374492/>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. **Cantadores das viagens**: a literatura de cordel e a experiência da migração nordestina para a Amazônia. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2002. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7107.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

HAURÉLIO, Marco. **Antologia do cordel brasileiro**. São Paulo: Global, 2012.

_____. **Breve historia da literatura de cordel**. 2. ed. [S. l.]: Claridade, 2010.

_____. **Cordéis atemporais**: história do cachorro dos mortos. [S. l.: s. n.], 2016. Disponível em:

<<http://marcohaurelio.blogspot.com.br/2016/05/cordeisatemporaishistoriadocachorro.html?spref=fb>>. Acesso em: 02 maio 2016.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Biblioteca Digital de Teses e Dissertações**: conhecimento e reconhecimento. Brasília, DF: IBICT, 2015. Disponível em: <<http://bdtd.ibict.br/vufind/>>. Acesso em: 18 ago. 2015.

INSTITUTO CULTURAL BANCO REAL. **O universo do cordel**. Recife: Banco Real, 2008.

JARMAN, Neil. Material of culture, fabric of identity. In: MILLER, Daniel (Ed.). **Material cultures**: why some things matter. London: UCL Press, 2001.

KANT, Emmanuel. **Crítica da razão pura**. Tradução de J. Rodrigues de Menege. [S. l.]: Acrópolis, 2001.

KATO, Mary Aizawa. **No mundo da escrita**: uma perspectiva psicolinguística. São Paulo: Ática, 1995.

KOBASHI, Nair Yumiko; FRANCELIN, Marivalde Moacir. Conceitos, categorias e organização do conhecimento. **Informação e Informação**, Londrina, v. 16 n. 3, p. 1-24, jan./jun. 2011.

KRIEGER, Maria da Graça. Terminologia revisitada. DELTA, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 209-228, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502000000200001&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 20 jun. 2016.

LANCASTER, Frederick Wilfrid. **Indexação e resumo**: teoria e prática. Tradução de Antônio Agenor Brinquet de Lemos. Brasília, DF: Brinquet Lemos, 2004.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaios de antropologia. Rio de Janeiro: 34, 1994.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Brasília, D. F.: Briquet de Lemos, 1996.

LEITE, José Costa. **O pinto pelado do norte**. Condado: [s. n., 20--].

LIBRARY OF CONGRESS. **Literatura de Cordel**: continuity and change in Brazilian Popular Literature - Participant Biographies and Abstracts. Washington, DC: LoC, 2011. Disponível em: <<http://www.loc.gov/folklife/Symposia/litcordel/bios.html>>. Acesso em: 24 dez. 2015.

LIMA, João Ferreira de. **O pinto pelado**. [S. l.: s. n., 20--].

LIMA, José Leonardo Oliveira; ALVARES, Lillian. **Organização e representação da informação e do conhecimento**. [S. l.: s. n., 21--]. Disponível em: <<http://www.b4editores.com.br/images/capitulos/organizacao-da-informacao-e-do-conhecimento-cap-ok.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

LINARES COLUMBIÉ, Radamés. Epistemología y ciencia de la información: repensando un diálogo inconcluso. **Acimed**, Havana. v. 21, n. 2, 2010. Disponível em: <<http://www.acimed.sld.cu/index.php/acimed/article/viewArticle/52/18>>. Acesso em: 22 out. 2012.

LITERATURA DE CORDEL. **História do boi misterioso**. São Paulo: Luzeiro, 1987. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=cordel&pagfis=91159>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

LIVRARIA CULTURA. **Literatura de cordel**. São Paulo: Livraria Cultura, 2018. Disponível em: <<https://www.livrariacultura.com.br/busca?N=0&Ntt=cordel>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

LOGAN, Robert K. **Que é informação?** Tradução de Adriana Braga. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

MAIA, Manuela Eugênio. Identidade cultural e memória: permissibilidade discursiva através do cordel. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., 2015, João Pessoa. **Anais eletrônicos...** João Pessoa, UFPB, 2015. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/viewFile/2982/1251>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

_____. **Relatório sobre o Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade Estadual de Paraíba**: gestão setembro de 2006 a julho de 2013. Campina Grande: Universidade Estadual de Paraíba, 2013. 45p.

_____. **Das tecnologias que agem sobre os corpos**: as relações de poder nas instituições educativas modernas. 2004, 127f. Dissertação (Mestrado em Educação)– Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2004.

_____; ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth Baltar Carneiro de. O uso da análise da informação nos processos de indexação para o contexto do cordel. **Revista DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 5, out. 2014. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/out14/Art_03.htm>. Acesso em: 20 dez. 2014.

_____; AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de; OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de. A experiência nos processos de digitalização do acervo de cordel da Biblioteca Átila Almeida da Universidade Estadual da Paraíba. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 85-104, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/30304>>. Acesso em: 20 dez. 2014.

_____ et al. **Relatório de Iniciação Científica**: desenvolvimento de uma aplicação web para gerenciamento de cordéis na biblioteca Átila Almeida/ Universidade Estadual de Paraíba. João Pessoa: Universidade Estadual de Paraíba, 2010. 34p.

_____; OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire. O cordel e os enlaces com a Ciência da Informação: necessária revisão quanto ao seu potencial tipológico na esfera descritiva. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17., 2016, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador, UFBA, 2016. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/enancib2016/enancib2016/paper/viewFile/3940/2310>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

_____; _____. Por uma representação da informação e do conhecimento segundo Schopenhauer. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. **Anais eletrônicos...** Marília, UNESP, 2017. Disponível em: <<http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/xviiienancib/ENANCIB/paper/view/51/435>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

_____; _____. Tratamento documental para cordéis: o raro acervo Átila Almeida. In: FÓRUM INTERNACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 1., 2008, João Pessoa. **Anais eletrônicos...** João Pessoa, UEPB, 2008.

MARGRAF. **Tipos de papel e aplicações**. [S. l.: s. n.], set. 2012. Disponível em: <<http://www.margraf.com.br/blog/tipos-de-papel-e-aplicacoes/>>. Acesso em: 19 ago. 2016.

MENDES, Joaquim Sobrinho. **Antologia do cantores e poetas populares do Piauí**. Teresina: [s. n.], 2006.

MENEZES, Otávio. **O gigantesco pinto pelado que nasceu em Trairí**. Fortaleza: [s. n.], 1988.

MILLER, Daniel. Teorias das coisas. In: _____. **Trecos, troços e coisas**: estudos antropológicos sobre a cultura material. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

MINTZ, Sidney W. **Cultura: uma visão antropológica**. [S. l.: s. n.], 2010. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=167013403010>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

MONTEIRO, Manoel. Brincando de aprender sério. In: DANTAS, Janduhi. **A gramática no cordel**. 6. ed. João Pessoa, Sal e Terra, 2008.

_____. **O homem do pinto grande ou a verdadeira estória do pinto pelado**. 4. ed. Campina Grande: Cordelaria Poeta Manoel Monteiro, 2005.

_____. **Manoel Monteiro: a história do cordel no Brasil e a sua constituição estética** [27 abr. 2012]. João Pessoa: UEPB, 2012. 2 CDs sonoros. Palestra proferida na Jornada arquivísticas e seus acervos raros (JACRo) - tecendo diálogos das práticas arquivísticas em acervos de cordel, 1., vinculada ao projeto "Tratamento técnico aplicado ao raro acervo de cordel da Biblioteca Átila Almeida da Universidade Estadual da Paraíba: otimização de sistema de banco de dados e disponibilização do acervo via web".

_____. **Maria Garrafada: mestra do amor, pecadora e santa**. [S. l.: s. n.], 2004.

NOVA ALEXANDRIA. **Clássicos em cordel**. São Paulo: Nova Alexandria, 2018. Disponível em: <http://www.lojanovaalexandria.com.br/colecao-classicos-em-cordel?properties%5B%5D=631203&price_max=&price_min=>. Acesso em: 22 mar. 2018.

NÚCLEO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA. **Propriedade intelectual**. Salvador, 2006. Disponível em: <<http://www.ifba.edu.br/professores/castro/cartilhpi.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2012.

OLIVEIRA, Carlos Jorge Dantas de. **A formação da literatura de cordel brasileira**. 2012. 380 f. Tese (Programa de Doutorado em Teoria da Literatura e Literatura Comparada)– Faculdade de Filologia. Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, 2012.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____. **O que é linguística**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

PARANAGUÁ, Pedro; BRANCO, Sérgio. **Direitos autorais**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

PEREIRA, J. Escorço histórico sobre o direito autoral. **Justitia**, São Paulo, v. 40, n. 103, p. 85–93, out./dez. 1978.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Processo evolutivo e tendências contemporâneas da ciência da informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 15, n. 1, p. 13-48, 2005.

PIRAUÁ, Silvino. **Desafio de Zé Duda com Silvino Pirauá: descrevendo os reinos da natureza**. Belém, PA: Guajarina de Francisco Lopes, [19--?].

PORFIRO, José Cláudio Mota. **Literatura de cordel, educação e formação da consciência crítica**. 1999. 245 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação)-- Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1999. Disponível em:

<<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000189091>>. Acesso em: 30 dez. 2015.

PRESSE, France. Arte & Pop. **As 10 obras de arte mais caras da história após recorde de Leonardo da Vinci**. Rio de Janeiro: Globo, 16 nov. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/as-10-obras-de-arte-mais-caras-da-historia-apos-recorde-de-leonardo-da-vinci.ghtml>>. Acesso: 22 nov. 2017.

RATATOUILLE. Direção: Brad Bird. Produção: Brad Lewis. Intérpretes: Andrea Boerries; Brad Bird; Brad Garrett; Brad Lewis; Brian Dennehy; Ian Holm; Jack Bird; Jake Steinfeld; James Remar; Janeane Garofalo; John Ratzenberger; Julius Callahan; Lindsey Collins e outros. Roteiro: Bob Peterson; Brad Bird; Emily Cook; Jan Pinkava; Jim Capobianco e Kathy Greenberg. Música: Michael Giacchino. Los Angeles: Walt Disney Pictures, c2007. 1 DVD (111min), color. Produzido por Pixar.

RIBEIRO, Antônia Mota de Castro Memória. **Catálogo de recursos bibliográficos pelo AACR₂R 2002**: Anglo American Cataloguing Rules. Brasília, DF: Autor, 2003.

RIBEIRO, Leila Betriz; DODEBEI, Vera; ORRICO, Evelyn Goyannes Dill. Memórias afetivas: como lembrar e representar a informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., 2015, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: UFPB, 2015. p. 1-19. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/viewFile/3110/1226>>. Acesso em: 30 dez. 2015.

RICHARDSON, Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2008.

RICOUER, Paul. **O conflito das interpretações**: ensaios de hermenêutica. Porto: Rés, 1969.

RODRÍGUEZ, Victor Gabriel. **O ensaio como tese**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

ROMANOS DE TIRATEL, Susana. Paul Otlet, el antepasado olvidado revisión bibliográfica. **Información, cultura y sociedad**, Buenos Aires, n. 18, p. 13-36, 2008.

SANTOS, Zacarias José dos. **Cordel**: a tradição por um fio. São Paulo: Confraria da Paixão, 2015.

SARAIVA, Arnaldo. **Folhetos de cordel portugueses**. Recife: Museu de Arte Popular, 2011a. (Exposição Teia de Cordéis, no Museu de Arte Popular).

_____. **Re: dúvida!** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <asaraiva@netcabo.pt> em 12 ago. 2011b.

SCHOPENHAUER, Arthur. **A arte de escrever**. Tradução de Pedro Süsskind. Porto Alegre: L&PM, 2007.

_____. **O mundo como vontade e representação**. Tradução de M. F. de Sá Correia. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

SILVA, Gonçalo Ferreira. **Vertentes e evolução da literatura de cordel**. Brasília, DF: Ensino, 2012.

SILVA, José Joavlim. **História do pinto pelado do Amazonas**. Caruaru: [s. n., 1958].

SILVA, Mariana Caram Dias Coelho da. Os instrumentos de pesquisa das instituições custodiadoras de acervos arquivísticos na cidade do Rio de Janeiro. In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA - CNA, 7., 2016, Fortaleza. **Anais eletrônicos...** Revista Analisando em Ciência da Informação - RACIn, João Pessoa, v. 4, n. especial, p. 402-424, out. 2016.

SILVA, Obdalia Santana Ferraz. Entre o plágio e a autoria: qual o papel da universidade? **Revista Brasileira de Educação**. v. 13, n. 38, p. 357-414, maio/ago. 2008.

SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da (Org.). **Direito autoral, propriedade intelectual e plágio**. Salvador: EDUFBA, 2014.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da; LIMA FILHO, Manuel Ferreira. Por uma antropologia do objeto documental: entre a "a alma nas coisas" e a coisificação do objeto. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 11, n. 23, p. 37-50, jan./jun. 2005.

SILVINO, Antônio. **O interrogatório**. Juazeiro: [s. n.], 1957.

SMIT, Johanna Wilhelmina; KOBASHI, Nair Yumiko. **Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos**. São Paulo: Arquivo do Estado, 2003.

SNAPE, Dawn; SPENCER, Liz. The foundations of qualitative research. In: RITCHIE, Jane; LEWIS, Jane. **Qualitative research practice: a guide for social science students and researchers**. London: Sage Publications, 2003. Disponível em: <https://mthoyibi.files.wordpress.com/2011/10/qualitative-research-practice_a-guide-for-social-science-students-and-researchers_jane-ritchie-and-jane-lewis-eds_20031.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2017.

SOARES, Marli. **Relação de universidades** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <marlis@loc.gov> em 08 set. 2017.

SOUSA, Rosilene Paiva Marinho. **A informação como elemento de regulação dos institutos jurídicos da propriedade intelectual**. 2016. 125 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)– Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

_____; DIAS, Guilherme Ataíde. **A informação e a proteção da propriedade intelectual**. João Pessoa, UFPB, 2017.

_____. *et al.* Direito autoral e liberdade de acesso: seus conflitos e desafios na preservação da memória do autor. In: CONFERÊNCIA SOBRE TECNOLOGIA, CULTURA E MEMÓRIA: estratégias para preservação e acesso à informação, 2., 2013, Recife. **Anais eletrônicos...** Recife, UFPE, 2013.

SOUZA, José Patrício de. **A história do pinto pelado**. [S. l.: s. n., 20--].

SZABATURA, Taísa. **Em leilão, livros podem valer até R\$ 150 mil**. São Paulo: Exame, 11 mar. 2013. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/estilo-de-vida/em-leilao-livros-podem-valer-ate-r-150-mil/>>. Acesso em: 20. nov. 2017.

TAVARES, Braulio. **Arte e ciência da cantoria de viola**. Recife: Bagaço, 2016.

THIESEN, Icléia. **Memória institucional**. João Pessoa: UFPB, 2013.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA (Brasil). **Catálogo de cordéis**: Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida. Campina Grande: UEPB, 2016. Disponível em: <<http://bibliotecaatilaalmeida.uepb.edu.br/#acervo>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

_____. **Folheto de cordel é tema de palestra do professor português Arnaldo Saraiva em João Pessoa**. Campina Grande: UEPB, 2011. Disponível em: <http://www.uepb.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2371:folheto-de-cordel-e-tema-de-palestra-do-professor-portugues-arnaldo-saraiva-no-campus-v-da-uepb-em-joao-pessoa&catid=178:outros-destaques&Itemid=410>. Acesso em: 8 ago. 2011.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ. Núcleo de Inovações Tecnológicas. **O que é propriedade intelectual?** Cascavel: UNIOESTE, [21--]. Disponível em: <<http://200.201.88.180/nit/index.php/propriedade-intelectual/o-que-e-propriedade-intelectual>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

VELOSO, Caetano. **Os Argonautas**. [20--]. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/caetano-veloso/44761/>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

VIANNA, Arievaldo. **Leandro Gomes de Barros: o mestre da literatura de cordel - vida e obra**. Mossoró: Queima-Bucha, 2014.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**. Tradução de José Arthur Giannotti. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

ANEXO A - Lista de cordelistas e profissão, formatada a partir do "Dicionário bio-bibliográfico de repentistas e poetas de bancada" (ALMEIDA; ALVES SOBRINHO, 1978, v. 1).

POETA	PROFISSÃO
A. da Mulatinha	Embolador de coco
Abraão Batista	Xilógrafo e professor público
Aleixo Leite de Albuquerque Filho	Professor e bacharel em direito
Álvaro Leão	Barbeiro, alfaiate e fotógrafo
Anísio Francisco Lira	Comerciante e proprietário de relojoaria
Antônio Américo de Medeiros	Possuiu programa radiofônico na Rádio Espinharas
Antonio Araujo de Lucena	Carpinteiro
Antonio Batista Guedes	Delegado de polícia
Antônio Bezerra da Silva	Fazendeiro
Antonio Bezerra	Sargento da aeronáutica no Recife (PE)
Antonio Canhotinho	Chofer de caminhão
Antonio Dias	Manteve programa radiofônico
Antonio Gomes de Arruda Barreto	Professor público e eleito deputado estadual
Antônio José de Macedo	Funcionário público
Antônio Lourenço da Silva	Chofer de caminhão
Apolônio Cardoso	Bacharel em direito e jornalista
Augusto Laurindo Alves	Comerciante
Bandeirinha	Embolador de coco e funcionário municipal de João Pessoa (PB)
Belarmino França	Proprietário rural
Benon Barreto	Agrônomo
Caetano Cosme da Silva	Raizeiro e editor
Chico Mota	Possuiu programa radiofônico
Cipriano Batista de Sena	Editor
Cotinha	Manteve programa radiofônico
Dedé da Mulatinha	Embolador de coco
Dimas Batista	Professor
Dimas Guedes Patriota	Professor
Egídio Lima	Jornalista e redator
Enéias Tavares dos Santos	Xilógrafo e músico
Enoch José de Maria	Agricultor
Eugenio Carvalho	Médico
Firmino Teixeira Amaral	Funcionário da editora Guaiarina
Francisco Bandeira de Melo	Embolador de coco e funcionário municipal de João Pessoa (PB)
Francisco Ferreira Linhares	Professor com formação de nível superior
Francisco Joel de Oliveira	Possuiu programa radiofônico
Gerson Araujo Onofre de Lucena	Marceneiro e xilógrafo
Gregório Filomeno de Menezes	Comerciante
Heleno Firmino	Soldado da polícia paraibana e funcionário público federal
Homero do Rego Barros	Funcionário público
Inocência Candura	Jornalista

Nogueira de Brito	Boticário
João Barbosa da Silva	Embolador de coco
João Batista de Siqueira	Oficial da justiça na cidade de São José do Egito (PE)
João do Brejo	Jornalista
João F. de Lima	Astrólogo
João José Silva	Agricultor, jornalista, tipógrafo, editor e comerciante
João José Silva	Editor
João Quinto Sobrinho	Santeiro e mestre escolar
João Severo da Silva	Agricultor, jornalista, tipógrafo, comerciante e editor
João Siqueira de Amorim	Jornalista e funcionário público aposentado
Joaquim Batista de Sena	Editor
Joaquim Bento	Funcionário público
José Aires de Mendonça	Funcionário público em Russas (CE);
José Alves Pontes	Editor
José Bernardo da Silva (J. B. Silva)	Maior editor de folhetos do Nordeste de 1950
José Camelo de Melo	Carpinteiro
José Estácio Monteiro	Comerciante de bijuterias
José Gomes da Costa	Pescador
José Joavilim Silva	Astrólogo, editor e manteve um programa radiofônico
José Martins dos Santos	Xilógrafo
José Martins	Xilógrafo
José Oliveira Neto	Astrólogo e horoscopista
José Saldanha M. Sobrinho	Xilógrafo
José Soares da Silva	Xilógrafo
José Uziel Santiago	Jornalista
Josué Gomes da Silva	Agricultor
Leandro Simões	Pescador
Leonardo Rodrigues dos Santos	Funcionário público
Luiz Amorim	Cabo da polícia da cidade de Campina Grande (PB)
Lumerque	Astrólogo
Manoel Barbosa do Nascimento	Agricultor
Manoel Batista	Coquista (embolador de coco)
Manoel Caboclo e Silva	Astrólogo e editor
Manoel Camilo dos Santos	Editor
Manoel Camilo	Editor e carpinteiro
Manoel do Óleo	Comerciante
Manoel Domingos dos Santos	Funcionário público e músico
Manoel Monteiro	Representante comercial
Manoel Pereira Sobrinho	Editor e diretor da Prelúdio editora
Manoel Serafim	Embolador de coco
Manoel Vieira do Paraíso	Agricultor
Minelvino Francisco Silva	xilógrafo
Misael Borborema	Ator cinematográfico
Neco Martins	Fazendeiro
Nilo Tavares	Jornalista
Olegário Pereira Neto	Editor
Paulo Nunes Batista	Jornalista e escritor
Pedro Celestino Alves	Funcionário estadual da Paraíba (PB)

Pedro Cesário Ribeiro	Comerciante
Pereirinha	Prefeito
Poeta Caipira	Embolador de coco
Rodolfo Coelho Cavalcante	Propagandista, palhaço de circo e camelô
Roque Salvador dos Santos	Músico e alfaiate
Rosáfico Saldanha Dantas	Xilógrafo, astrólogo, desenhista e licenciado em geografia
Santino Firmino Alves	Funcionário da prefeitura de Arara (PB)
Sebastião Cesário	Funcionário público
Sebastião José do Nascimento	Funcionário público
Severino Tantão do Rego	Farmacêutico
Teodoro Ferraz da Câmara	Ferreiro
Zacarias Jerônimo da Costa	Agricultor
Zacarias Mendes	Carcereiro
Zé do Pano	Alfaiate

ANEXO B - Lista de cordelistas e fluxo migratório pelas regiões do Brasil, baseando-se nas informações do "Dicionário bio-bibliográfico de repentistas e poetas de bancada" (ALMEIDA; ALVES SOBRINHO, 1978, v. 1).

POETA	RESIDÊNCIA EM ESTADOS BRASILEIROS
Alvaro Leão	Viveu no Rio Grande do Sul (RS)
Antonino Geofre	Paraense (PA)
Apolônio Alves dos Santos	Guarabirense (PB) que residiu no Rio de Janeiro (RJ)
Chagas Batista	Nascido em Teixeira (PB), residiu em Anápolis (GO)
Eugenio Carvalho	Viveu no Rio de Janeiro (RJ) e João Pessoa (PB)
Firmino Teixeira do Amaral	Piauiense (PI) que viveu em Belém (PA)
Florianio Nabuco de Campos	Residiu no Pará (PA)
Francisco Borges	Natural de Bezerros (PE), expôs seu trabalho como xilógrafo e poeta em São Paulo (SP) e no Rio de Janeiro (RJ)
Francisco Guerra Vascurado	pernambucano (PE), radicado em Anápolis (GO)
Gonçalo Ferreira da Silva	Natural de Ipu (CE) migrou para o Rio de Janeiro (RJ)
João José dos Santos	Nascido em Sapé (PB), morou no Rio de Janeiro (RJ)
João Lopes Freire	Bananeirense (PB) que residiu no Rio de Janeiro (RJ)
João Melchiades	Bananeirense (PB) que residiu na Bahia (BA) e no Acre (AC)
Joaquim Barauna	Filho de Bananeiras (PB), mudou-se para o Rio de Janeiro (RJ)
Joaquim Batista de Sena	Bananeirense (PB) que morou em Fortaleza (CE), Guarabira (PB) e no Rio de Janeiro (RJ)
José Ferreira da Silva	Tabira (PE), mudou-se para São Paulo (SP)
José Francisco de Souza	Natural de Alagoa Grande-PB, fixou residência em São Paulo (SP)
José Luiz Filho	Natural de Serraria (PB) passou a viver em São Paulo (SP)
José Nilton de Oliveira	Residiu em São Paulo (SP)
Lindolfo Mesquita	Paraense (PA)
Manoel Barbosa do Nascimento	Nascido em Alagoa Grande (PB), residiu em Juazeiro (CE) e em Belém (PB)
Manoel Messias	Residiu no Rio de Janeiro (RJ)
Manoel Pereira Sobrinho	Natural de Patos (PB), residiu em Campina Grande (PB) e em São Paulo (SP)
Palmeirinha	Filho de Ingá (PB), fixou residência no Rio de Janeiro (RJ)
Paulo Nunes Batista	Nascido em João Pessoa (PB), mudou-se para Anápolis (GO)
Raimundo Lopes da Rocha	Natural de Belém (PA), residiu no Ceará (CE)
Severino Simeão de Melo	Natural de Gravatá (PE), foi residir no Pará (PA)
Tadeu de Serpa Martins	Provavelmente cearense que se mudou para Belém (PA)

ANEXO C - Lista de cordelistas e acróstico utilizado (ALMEIDA; ALVES SOBRINHO, 1978, v. 1).

POETA	ACRÓSTICO
ALBUQUERQUE , Luiz Gomes de (Bananeiras-PB, 1905 – Sapé-PB, 1959)	LUMERQUE
ALEXANDRE SOBRINHO , João (Santana de Ipanema-AL)	JALEXANDRE
ALMEIDA (Alagoa Grande-PB)	ALMEIDA
ALMEIDA , Manoel Peixoto	PEIXOTO
ALMEIDA , Severino Carlos	SCARLOS
AMANCIO , Antonio	AMANCIO
AMARAL , Firmino Teixeira	FIRMINO
AMARO , Antenor	ANTENOR
ANJOS , Josefa Maria dos	JOSEFA
AREDA , Francisco Sales (Campina Grande-PB)	FSALES
ARMANDO , Pedro (Anadia-AL)	ARMANDO
ATHAYDE , João Martins de (Ingá-PB, 1880 ⁸ – Recife-PE, 1959)	ATHAIDE / ATAIDE
ATAIDE , José Livino de	JLDATAIDE
BANDEIRINHA (Guarabira-PB)	FBMELO
BARAUNA , Cipriano (Bananeiras-PB)	CIPRIANO / CIPRIANOBARAUNA
BARAUNA , Joaquim (Bananeiras-PB)	BATISTA / JOAQUIMBATISTA
BARRETO , Benon	INFAOL
BARROS , Cícero	CICEROBARROS
BARROS , Homero do Rego (Olinda-PE)	HOMERO
BARROS , João A. de	BARROS / JOTABARROS
BARROS , Leandro Gomes de (Pombal-PB, 1865 – Recife-PE, 1918 ⁹)	LEANDRO
BASILÉA , Cesario	CESARIODEBASILEA / CESARIO
BATISTA , Paulo Nunes (João Pessoa-PB)	BATISTA
BATISTA , Severino José (Parelhas-RN, 1915)	BATISTA
BORBOREMA , Misael (Paraíba)	RAFAEL
BORGES , Francisco (Bezerros-PE)	JBORGES / JFBORGES / FBORGES
BORGES , Severino (Aliança-PE)	BORGES
CABRAL , João Firmino (Itabaiana-SE)	FIRMINO
CAJAZEIRAS , Manoel (Cajazeiras-PB, 1918)	CAJAZEIRAS

⁸ Há controvérsias: a Biblioteca de cordel (2010) adota 23 de junho de 1877 como data de nascimento do poeta por ocasião da distribuição de "santinhos" pelos familiares em missa de morte.

⁹ As informações de ano de nascimento e morte, bem como acróstico, obtidas na obra de Vianna (2014).

CAMELO , José (Pilõezinhos-PB – Rio Tinto-PB)	JOSECAMELO
CAMILO , Manoel (Guarabira-PB)	CAMILO / MANOELCAMILO / MANOELCAMILODOSSANTOS
CAMPINA , Manoel de Assis (Sergipe, 1897 – Palmeira dos Índios-AL, 1952)	CAMPINA
CAMPONÊS (Bananeiras-PB)	IFDPAULA
CAMPOS , Francisco de Souza (Timbaúba-PE)	FSOUZA / FSOUZACAMPOS
CAMPOS , José de Souza (Timbaúba-PE)	JSOUZA
CAMPOS , Manoel de Souza (Timbaúba-PE)	MSOUZA
CANDIDO , Manoel	CANDIDO
CARIOCA , Inacio	INACIO
CARLOS , Adalgiso	ACARLOS
CARLOS , José (Campina Grande-PB)	JOSÉ / JOSECARLOS / JOSECV / JOZECARLOS
CARNEIRO , Leonel (Pilar-PB)	PADREZE
CAVALCANTE , Joaquim Barros (Santana do Matos-RN)	BARROS
CAVALCANTE , Rodolfo Coelho (Rio Largo-AL)	JOAOPESSOACAPITALDAPARAIBA / RODOLFO
CAZUZA , Zé de (Monteiro-PB)	JOZÉNUNESF
COSME , Caetano (Nazaré da Mata- PE, 1927)	CAETANO
COSTA , João	JCOSTA
COSTA , José Severino	JCOSTA / JSCOSTA
COSTA , Luiz da	LUIZDACOSTA
CRUZ , Antonio Apolinario da (Guarabira-PB)	MORENO
CRUZ , Antonio (Ingá-PB)	ANTONIOFERREIRA
CUNHA , Euclides Terto da	EUCLIDES
DANTAS , Zaira	ZAIRAD
DELARME (Recife-PE)	DELARME
DILA (Bom Jardim-PE)	DILA / DILASS / DSOARES / JCDILA / JCFDILA / JSDILA
ELIAS , Romano (Mamanguape-PB)	ROMANO
EVANGELISTA , João Lucas	JOÃOLUCAS
FAUSTINO , José	VILANOVA
FERNANDES , Manoel (Rio Grande do Norte, 1888 – Araruna-PB, 1948)	FERNANDES / MANOELMARINHEIRO
FERNANDES , Olegario (Caruaru-PE)	OLEGARIO
FERREIRA , Caetano	CAETANO
FERREIRA , Luiz Ventura	VENTURA
FREITAS , João Anísio de	JOAOANISIO

GEOFRE , Antonino	ANTONINOGEOFRE
GONÇALVES , Severino (Santa Cruz do Capibaribe-PE, 1908 – Gravatá-PE, 1953)	CIRILO
GUERRA , V.	ARREUG
GUSTAVO , José (São José do Egito-PE)	GUSTAVO
J. L. JUNIOR (Serraria-PB, 1916 – São Paulo-SP, 1975)	ZELUIS
LEITE , José Costa (Sapé-PB, 27-2-1927)	COSTALEITE / JCOSTA / JOSECLEITE
LIMA , Alfredo pessoa de	CALUNGUINHA
LIMA , Antonio Higino de	ANTONIO
LIMA , Natanael de (Fagundes-PB, 11-1-1922)	NDELIMA
LIRA , Anísio Francisco (Guarabira-PB)	ANISIO LIRA
LIRA , Luis de	LUIZDELIRA / LUSIDELURIGUASIOLIS / LUISDELIRA / LUSIDELURIGUASIO
LIRIO , Perminio Valter	PERMINIO
LOPES , Manoel Fernandes (Rio Grande do Norte, 1888 – Araruna-PB, 1948)	FERNANDES / MANOELMARINHEIRO
LOURINHO	JGUALBERTO
LUCENA , Gerson Araujo Onofre (São Mamede-PB, 1927)	ARAUJOLUCENA / GERSONARAUJOONOFRE / LUCENA
LUIZ FILHO , José (Serraria-PB, 1916 – São Paulo-SP, 1975)	ZELUIS
LUIZ SOBRINHO , Joaquim	JOAQUIM
LUMERQUE (Bananeiras-PB, 1905 – Sapé-PB, 1959)	LUMERQUE
MACHADO , Franklin de C.	MAXADO
MARIANO , José (Areia-PB, 1936)	JOSEMZ
MARTINS , José (São José da Lage-AL, 10-1-1917)	MARTINS / OJOSEM
MATTOS	MATTOS
MELO , Francisco Bandeira de (Guarabira-PB, 12-1-1927)	FBMELO
MELO , Joaquim Manoel d'Oliveira	JOAQUIMMELO
MELO , Manoel Amaro de	MAMARO
MINÉ (Orobó-PE, 4-5-1942)	JOSÉCAMILO
MOCÓ	VIEIRA / CICEROVIEIRA
MONTEIRO , José Estácio (Bezerros-PE, 14-3-1921)	ESTACIO
MONTEIRO , Manoel (Bezerros-PE, 4-2-1937)	MANOELMONTEIRO / MANOEL
MOREIRA , Aristeu Guerra	ARISTEU
MOTA JUNIOR , Moisés M. O.	MOTAJUNIOR
NASCIMENTO , José Alves do	JOSEAN
NASCIMENTO , Manoel Barbosa do (Alagoa Grande-PB, 5-3-1919)	MELBATISTA
NOBRE , João Damasceno	AMADOR

NORDESTINO , Cantor (Mamanguape-PB, 25-1-1901)	ROMANO
NOVA , José Faustino Vila (Caruaru-PE, 30-3-1911 – idem, 21-4-1969)	VILANOVA
NUNES , José Antonio	ANTONIO
NUNES FILHO , José (Cerro Corá-RN, 1901)	JOZENUNESF
NUNES FILHO , José (Monteiro-PB, 13-12-1929)	JOZENUNESF
OLIVEIRA , Abilio Cesar de	CESARIODEBASILEA / CESÁRIO
OLIVEIRA , Adalgiso C. de	ACARLOS
OLIVEIRA , Artur Alves de (Pesqueira-PE, 1918 – Paulo Afonso-BA, 1957)	ARTUR / ARTHUR
OLIVEIRA , Hermes Gomes de	HERMES
OLIVEIRA , José de	PEQUENO / OLIVEIRA
OLIVEIRA , Severino G. de (Santa Cruz do Capibaribe-PE, 1908 – Gravatá-PE, 1953)	CIRILO
PACHECO , José (Porto Calvo-AL, 1890 – Maceió-AL)	PACHECO
PAULA , Arquimedes F. de	DEPAULA
PAULA , Francisco Firmino de (Pilar-PB, 1911 – Recife-PE, 1967)	DEPAULA
PAULA , Ismael Freire de (Bananeiras-PB, 30-7-1924)	IFDEPAULA
PEIXOTO , Manoel	PEIXOTO
PEREIRA , João Amâncio	AMANCIO
PEREIRA , José Jerônimo	PEREIRA
PEREIRA , Manoel Apolinário (Pernambuco – Juazeiro-CE, 1955)	APOLINARIO / MANOELAPOLINARIO
PEREIRA SOBRINHO , Manoel (Patos-PB, 8-8-1918)	PEREIRA / MANOELPEREIRA / MANOEL
PINHEIRO , Luiz da Costa	LUIZDACOSTA / LUIZDACOSTAPINHEIRO / LUIS
PONTES , José Alves (Pilar-PB)	JALVESP / JOSEAP
PONTUAL , José Pedro	JPEDRO / PONTOAL / PONTUAL
PONTUAL , José Pedro	PITU / PONTUAL / PONTOAL
QUARESMA , Amaro	ALIPIO
RIBEIRO , João Gualberto Pereira	JGUALBERTO
ROMÃO , Antonio Batista	BATISTA
RUAS , Frutuoso Lages	FRUTUOSO
SALES , Francisco (Campina Grande-PB, 26-10-1916)	FSALES
SAMPAIO , Marcos	SAMPAIO
SANTOS , Alipio Bispo dos	ALIPIO
SANTOS , Amaro Quaresma dos	AMARO
SANTOS , Apolonio Alves dos (Guarabira-PB)	AALVES

SANTOS , Cicero Pereira dos	CICERO
SANTOS , Eneias Tavares dos (São Miguel dos Campos-AL, 22-11-1931)	ENEIAS / FEITICEIRO / TAVARES
SANTOS , José João dos	AZULÃO
SANTOS , José Martins dos (São José da Lage-AL)	JEZUSC
SANTOS , Manoel Camilo dos (Guarabira-PB, 9-6-1905)	CAMILO / MANOELCAMILODOSSANTOS / MANOELCAMILO
SANTOS , Manoel José dos	MANOELJOSE / MANOELJOSESANTOS / MELJOSE
SANTOS , Manoel Luiz dos (São José do Egito-PE, 29-9-1926)	BRASILEIRO
SANTOS , Manoel Vicente dos (Cajazeiras-PB, 1918)	CAJAZEIRAS
SANTOS , Mario dos (Natuba-PB, 7-7-1932)	MARIOPAULO
SANTOS , Pedro Armando dos (Anadia-AL 8-12-1928)	ARMANDO
SANTOS , Roque Salvador dos (Porto da Folha-SE, 5-10-1918)	SALVADOR
SENA , Cipriano Batista de (Bananeiras-PB, 23-9-1909)	CIPRIANO / CIPRIANOBARAUNA
SENA , Joaquim Batista de (Bananeiras-PB, 21-5-1912)	BATISTA / JOAQUIMBATISTA
SILVA , Antonio Eugenio da (Areia-PB, 1907)	ANTONIOEUGENIO
SILVA , Antonio Ferreira da	AFSILVA
SILVA , Argemiro Galdino	ARGEMIRO
SILVA , Arthur Rodrigues da	ARTHUR
SILVA , Caetano Cosme da (Nazaré da Mata-PE, 1927)	CAETANO
SILVA , Cícero Vieira da	CICEROVIEIRA / VIEIRA
SILVA , Damásio Paulo da	DAMASIO
SILVA , Inácio Francisco da	INÁCIO
SILVA , João José	JOSILVA
SILVA , João Severo da (Ingá-PB)	CICERO / JSEVERO
SILVA , Joaquim	JOAQUIMSILVA
SILVA , José Bernardo da (Palmeira dos Índios-AL, 1901 – Juazeiro-CE, 1972)	JOSEBERNARDODASILVA
SILVA , José Camilo da (Orobó-PE)	JOSECAMILO
SILVA , José Luiz da	ZELUIZ
SILVA , José Soares da (Bom Jardim-PE, 17-9-1937)	DILA / DILASS / JSDILA / DSOARES / JCFDILA / JCDILA
SILVA , Manoel Caboclo e (Juazeiro-CE, 2-1-1916)	MANOEL / MANOELCABOCLOESILVA / MCABOCLO

SILVA , Manoel Candido da	CANDIDO / MANOELCANDIDO
SILVA , Minelvino Francisco	MINELVINO
SILVA , Olegário Fernandes da (Caruaru-PE, 29-3-1932)	OLEGÁRIO
SILVA , S. Bernardino	SBSILVA
SILVA , Severino Borges da (Aliança-PE, 8-10-1919)	BORGES
SILVA , Severino Cesário da (Bezerros-PE, 1913)	CESARIO
SILVA , Severino Paulino	PAULINOJUASEIRO
SILVA , Silvino Pereira da	PEREIRA
SILVA , Vicente Porto da	VICENTE
SILVA , Zaira Dantas	ZAIRAD
SOARES , Abdias	ABDIASSOARES
SOARES , Marcelo	MARCELO / SOARES / OLEGRAM ¹⁰
SOUZA , F. (Timbaúba-PE, 26-9-1926)	FSOUZA / FSOUZACAMPOS
SOUZA , Manoel Alves de (Cuité-PB, 1903 – idem, 1976). Conhecido por Manoel Caetano	CAETANO / FAMÍLIA
V. G.	ARREUG
VIEIRA , José (Patos-PB)	JVIEIRA

¹⁰ Informação obtida em entrevista semi-estruturada realizada em 18 maio 2017.